

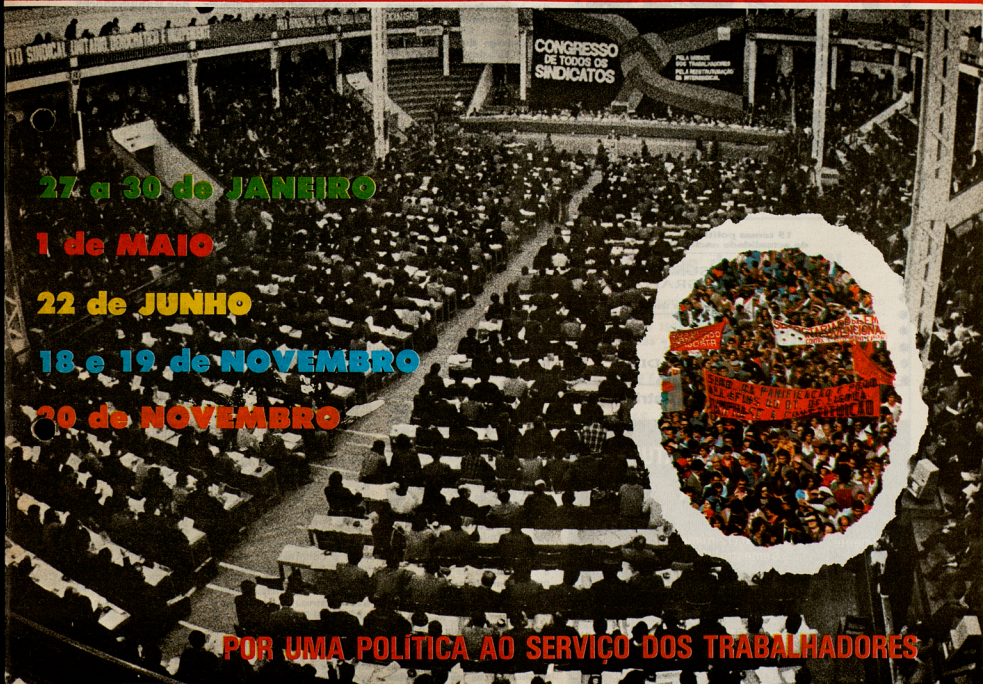
alavancada

CGTP-IN

ANO 1 — N.º 10

— JANEIRO 1978 —

PREÇO 15\$00



27 a 30 de JANEIRO

1 de MAIO

22 de JUNHO

18 e 19 de NOVEMBRO

20 de NOVEMBRO

POR UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES



As crianças são os trabalhadores

e os dirigentes sindicais de amanhã

ver na pág. 18

notícias e comentários

tiva, que é composta por sete e duas críticas, das sugestões e opiniões surgidas sobre o mesmo.

marcado um prazo para a recolha das críticas, das sugestões e opiniões surgidas sobre o mesmo.

Derrotada manobra divisionista

O Sindicato dos Ferroviários do Centro informa que a manobra de divisão, na linha de Cascais com a pretensão formação de um sindicato paralelo, foi repudiada pela esmagadora maioria dos trabalhadores.

Foi grande a mobilização dos ferroviários mobilizados durante a manobra de divisão na linha de Cascais, mas absolutamente justificada, nesta altura, pela gravidade da situação, motivada pela manobra de divisão dos trabalhadores ferroviários, com a pretensa constituição de um sindicato paralelo naquele linha. Essa manobra, que foi denunciada com claros argumentos foi eçaçada e claramente desmarcada os apoios com que contavam os divisionistas. Três votos, apenas, a favor da criação do sindicato paralelo, revela bem a verdadeira motivação desses trabalhadores, que se esquecem que só com a força da nossa unidade se consegue fazer valer a razão de quem trabalha.

Sempre que alguém elemento da Executiva tiver de intervir em sessões públicas, as suas intervenções terão de ser por escrito e apresentadas previamente à Comissão Executiva.

Decidiu-se a criação de dois grupos de trabalho, tendo o primeiro, que é constituído por Tavares de Almeida, Gilberto e Amadeu, a função de elaborar as bases de um Estatuto e o segundo, a que pertencem Fúrdado, G. Norte e Amadeu, tem por missão a feitura das bases do Projecto de um Caderno Revindictivo Nacional.

Também ficou decidido a necessidade de um contacto mais estreito com as Unidades Distritais, bem como a nomeação de elementos com essa responsabilidade. Além destas resoluções, houve outra que responsabiliza toda a Comissão Executiva pelos Comunicados à Imprensa que foram feitos, os quais deverão ser imediatamente conferenciados a seguir a acontecimentos a que se referem.

Quanto ao trabalho já efectuado sobre o Caderno Revindictivo, o mesmo deve ser analisado pela Coordenadora Nacional dos Reformados e, em seguida, submetido a todas as Comissões de Freguesias, Associações e pelo Movimento Sindical, de vendo, no entanto, ser

custo de vida.

Reforçando, cada vez mais, a nossa unidade, o nosso esforço, a nossa organização, estamos em condições de fazer face a todas as dificuldades que, tanto os divisionistas, como os que por detrás deles se encontram, nos pusem no caminho. Porque só com uma forte e cada vez mais necessária e reforçada unidade seremos capazes de alcançar mais amplas, mas justas e as mais desejadas vitórias!

Seguros do Norte abandona «Carta Aberta»

Em Assembleia Geral convocada pela Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, terminada no dia 3 de Dezembro no Porto, foi aprovada por esmagadora maioria (172 votos a favor, 25 contra e dois abstencionistas), uma proposta da Direcção, que desvincula a que se o Sindicato da «Carta Aberta».

Ente outras razões que fundamentam a proposta da Direcção, está o desrespeito das directivas da «Carta» pelos princípios e objectivos iniciais daquele movimento e a incompatibilidade da actual política sindical do MADRISA com o programa da Direcção do Sindicato dos Seguros do Norte, aprovado pelos trabalhadores.

A Direcção do Sindicato propõe-se «manter numa posição crítica construtiva no quadro do Movimento Sindical Português».

2º Encontro Interacional de Magistrados

Como referimos no nosso número anterior, emnosse no passado dia 27 de Novembro, no Palácio de Justiça de Lisboa, o 2º Encontro Interacional de Magistrados. Porque a realização deste Encontro coincidiu com o fecho da nossa edição, voltamos a referir-nos, agora com mais desenvolvimento, a este importante

acontecimento.

A iniciativa do Encontro pertenceu ao Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, tendo no estado de encerramento passado presentes o representante-coronel Costa Neves, e o representante do Conselho da Revolução, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, deputados à Assembleia da República, o Ministro da Justiça, representantes da CGTP/Inersindical Nacional dos Sindicatos da Função Pública e dos funcionários Públicos e das associações de Oficinas de Justiça e da Associação dos Magistrados Judiciais Portugueses.

Participaram ainda no Encontro, como convidados especiais, o Procurador-Geral da República do Cabo Verde, do

Sindicato da Magistratura Francesa e da Justiça Democrática de Espanha.

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, depois de lidado e discutidas as lesões que cobrem num amplo leque de perspectivas ideológicas sobre o «Estado do Magistério», em perspectiva futura do Direito entendido embora se ainda prematuro o encerramento des debate, decidiu extrair desde já as conclusões respeitantes a alguns dos mais actual e prementes problemas, dos quais ressaltamos: condições concretas e objectivas para que a autonomia do Ministério Público consiga ganhar o seu significado e significado, na realidade; conjugação para o M. P. de todos os direitos e deveres consagrados para o cidadão, nomeada-

Contas da CGTP-IN

Em cumprimento da deliberação tomada no Plenário da Intersindical Nacional de 30 de Dezembro de 1975, vimos apresentar o «Balancete de Receitas e Despesas» relativo ao 3.º trimestre de 1977.

RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS

Quotização 1977	12.896.549.10
Quotizações 1976	3.712.220.80
Solidariedade	1.152.438.20
Receitas Diversas	639.953.20
Iniciativas	3.209.961.30

Saldo Negativo

21.411.122.80
2.998.028.20

24.410.150.80

DESPESAS

Secretariado	636.510.80
Despesas Administrativas	2.154.932.40
Pessoal	6.633.321.80
Equipamento	200.328.80
Unidades Distritais	8.211.918.30
Unidades Locais	710.995.00
Actividades Normais	4.006.390.10
Actividades Programadas	115.469.10
Desp. Eventuais (anos ant.)	113.907.80
Compromissos 1976	1.162.376.70

24.410.150.80



Edições "ALAVANCA"

PROGRAMA DE ACCÃO

APROVADO NO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

7\$50

CONTRATAÇÃO COLECTIVA E POLITICA DE SALÁRIOS

UM VOLUME CARTONADO, COM 250 pág. 60\$00

SE O PACOTE 2 FOR APLICADO

2.ª Edição 1\$500

LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS

A SAIR BREVEMENTE

CALENDÁRIO PARA 1978

do MOVIMENTO SINDICAL 30\$00

"ALAVANCA" ÓRGÃO CENTRAL DA CGTP-INT A REVISTA DE TODOS OS TRABALHADORES



Recorte e envie para Centro Iniciativas Editoriais "Alavanca", Rua Victor Gordon, N.º 1 - 2.ª - LISBOA 2

Form fields for Name, Morada, Localidade, Profissão, and subscription details.

Contínente - Semestral - 85\$00 - Anual - 165\$00
Líhas - Semestral - 130\$00 - Anual - 260\$00
Estrangeiro - Semestral - 260\$00 - Anual - 500\$00

mento a sua integraçao politica/social plena na sociedade em que vive; restituição dos métodos de formação de magistrados; a urgência de serem garantidas, em todas as partes do território nacional, as liberdades elementares, e em especial, a segurança do exercício do Poder Judicial.

As conclusões a apontam, ainda, direitos fundamentais, como o direito de defesa, o direito do asilo político e não o impedimento do exercício, pela mulher, de qualquer profissão, em paridade com o homem.

Por último, as conclusões reconhecem as lutas ideológicas, nomeadamente com os países africanos de língua portuguesa, como forma válida fundamental de troca de conhecimentos mas, sobretudo, a promoção da solidariedade entre os povos, tendo sempre em vista a salvaguarda da Paz.

Desnecessário se torna, pois, salientar a importância deste 2.º Encontro Inter-nacional de Magistrados, numa altura em que cada vez mais se sente a urgência de repensar as estruturas jurídico-institucionais portuguesas, de forma a podermos corresponder ao espírito de justiça manifestado no 25 de Abril.

Continuam os ataques à Reforma Agrária

adubações e mondas, operações decisivas para alcançar boas produções.

Nada disso: os técnicos dos centros continuam a cumprir e continuam o corte de créditos às UCP's e Cooperativas e aos pequenos e médios agricultores, numa altura em que o dinheiro é preciso para a compra de adubos, para as mondas e os salários. Também a diretiva do MAP para destruir as UCP's e Cooperativas continua, com a entrega de terras desbravadas e semeadas pelos trabalhadores, aos antigos agricultores sabotadores e absenteístas.

Porante esta grave situação, os trabalhadores das UCP's e Cooperativas colocam ao país e aos órgãos do Poder estas questões:

Val, ou não, o MAP colaborar e apoiar as adubações e mondas?

Que garantia nos dá o Governo e os órgãos competentes, de que não nos tiram amanhã as terras onde já investimos e onde agora vamos investir milhares de contos em adubações e mondas?

O MAP está, ou não, decidido a abrir créditos às UCP's e Cooperativas Agrícolas de trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores de modo a estes podermos aumentar a produção, para que haja pão, carne, leite e hortaliça para o nosso povo, ou persiste o MAP e o Governo na sua actualção sabotadora e criminosa do ponto de vista táctico e económico?

O tempo urge para as adubações e mondas que não se comegar a fazer, ou as sementes e pão do povo português ficam em perigo.

Pelo lado dos trabalhadores, como sempre, todofa mais pa que a produção seja grande. Neste sentido é perante a incompetência sabotadora do MAP e dos Centros, informamos o País, os órgãos do Poder e a Imprensa de que os secretários de distritais das UCP's e Cooperativas, em colaboração com os técnicos de Cooperativas da Reforma Agrária (CRA) e outras vão organizar pequenos cursos e plenários sobre a questão das adubações e mondas, de modo a que se efectuem com êxito.

Em face desta situação, continuamos, portanto, a luta dos heróicos trabalhadores do campo para assegurar a todos os trabalhadores portugueses, e em particular as importantes conquistas do 25 de Abril, que é a Reforma Agrária.

notícias e comentários

Gestão do Inatel continua em foco

As irregularidades cometidas pela actual Comissão Administrativa do Inatel têm sido devidamente contestadas pelo Movimento Sindical.

Em Penúria realizado em Novembro passado, as Unões Distritais de Lisboa, Porto, Faro, Castelo Branco, Viseu, Leiria, Santarém, Braga, Setúbal, Aveiro, Coimbra, e as Unões Locais de Montemor-o-Novo, S. João da Madeira, Torres Vedras, Torres Novas e Sintra, aprovaram por unanimidade uma moção na qual considerando as irregularidades cometidas, nomeadamente o importante afastamento dos representantes do Movimento Sindical da gestão do Inatel, deliberaram:

«Repudiar o despacho do Ministro do Trabalho que exonerou os representantes do Movimento Sindical da Comissão Administrativa do INATEL e o que em 25 de Outubro deu lugar à nova Comissão Administrativa à qual pertence em representação da chamada Cúria Aberta, grupo faccioso e divisionista do Movimento Sindical Unitário, por suas despaços colidirem frontalmente com disposições legais e constitucionais;

«Dar conhecimento à opinião pública e aos órgãos do Poder do uso arbitrário do Poder de gestão do Inatel, de carácter desautorizado, do sr. Ministro do Trabalho, exigindo a respectiva da legalidade, o que só se verificará com a confirmação dos representantes sindicais nalgum órgão administrativo com base na (re)afirmação ou confirmação pelo Plenário da CGTP-IN de 8-10-77, aberto a todas as Associações Sindicais legalmente existentes em Portugal;

«Afirmar que a reestruturação do INATEL só poderá ser feita de forma eficaz com a participação activa dos representantes do Movimento Sindical, e não com o seu afastamento;

«Exigir que a reestruturação do INATEL tenha por base o projecto apresentado pelo Movimento Sindical, aprovado em Julho último e nessa data enviado ao Ministério do Trabalho e a os órgãos do Poder.

Uma situação insustentável

Desde há muito que os trabalhadores da indústria de conservas de peixe, através dos seus Sindicatos, têm tentado, sem êxito, negociar com o patronato respectivo, a revisão do CCT para essa indústria.

Alegando «quem muito que faz», as Associações dos Industriais de Conservas do Norte e as do Sul, têm boicoteado essas negociações, não comparendo às reuniões previamente estabelecidas, com o acordo de ambas as partes interessadas. Isso aconteceu com a reunião marcada para o dia 13 de Dezembro, em que os representantes dos trabalhadores dessa indústria.

Os Sindicatos dos Trabalhadores das Conservas de Peixe alertam, portanto, todos os conserveiros para esta situação patronal, que, na realidade, é, pura e simplesmente, um acto de boicote. Este boicote desde há tanto tempo convencionadas entre ambas as partes.

O jogo do patronato é o mesmo que empregou já em 1976, quando das negociações do CCT em vigor. Por isso, todos os trabalhadores conserveiros de trabalho estão prontos a responder com firmeza a essas condenáveis atitudes patronais, com a sua adesão nessa altura.

Todavia, em 22 de Dezembro, as direcções dos Sindicatos de Conservas de Peniche, Setúbal do Norte (Matosinhos) e do Sul (Oleiros) aceitaram a proposta da Associação patronal, acordando para o dia 10

de Janeiro de 1978, o início das negociações concernentes à revisão do Contrato Colectivo de Trabalho do sector.

Entanto, e em face de desfavoráveis experiências anteriores, os Sindicatos alertam todos os trabalhadores desta indústria para que se conservem atentos às informações que deles e manerem, sobre este problema. Porque, como se sabe, há muitos e organizados, em todas as fábricas, conseguem vencer!

Manobras divisionistas na TAP

Os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Mecânica do Distrito de Lisboa e dos Electricistas do Sul, denunciaram, em comunicado, as tentativas em curso, na TAP, para a criação de denominado Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves.

Estas manobras — acentua o comunicado — não podem ser dissociadas das tentativas de enfraquecimento e de divisão do Movimento Sindical, por mais que os seus promotores se sirvam, na mira de atingir os seus objectivos, da alegada «defesa de interesses profissionais».

Depois de comparatista a iniciativa com as manobras para a criação de Sindicatos para a indústria química, indústria e comércio farmacêuticos, etc.) o comunicado afirma que «provetando-se de legítimas reivindicações e de problemas sentidos pelos trabalhadores com funções profissionais específicas no âmbito nacional, procura-se essencialmente fraccionar ainda mais a representação sindical na empresa, criar conflitos e divisões entre os trabalhadores e proporcionar ao patronato que concorre a sua intenção de fazer cair sobre os trabalhadores as consequências dos problemas que a TAP enfrenta».

Declarando estarem abertos à discussão das legítimas reivindicações daqueles trabalhadores, os Sindicatos de Metalúrgicos e de Electricistas alertam para que todos os trabalhadores seus associados na TAP se oponham com a sua firme mobilização e serenas tomadas de posição às medidas

divisionistas que, parecendo alianças, serão, a médio prazo, de graves consequências.

Trabalhadores em luta, em Vila Real

Nos piniários da zona dos Distrito de Vila Real, organizados pela respectiva União de Sindicatos, foram aprovadas várias moções reveladoras do espírito de unidade e de luta dos trabalhadores transmontanos.

Do teor dessas moções ressaltam as denúncias da política económica de recuperação capitalista, não cumprimento do Distrito, dos Contratos Colectivos de Trabalho, e a solidariedade para com a luta dos assalados agrícolas do Norte e do Centro do País.

As firmes decisões tomadas de apoio dos trabalhadores transmontanos opõem-se às ideias divisionistas dos caciques do patronato, que pretendem ver no norte um campo acessível às suas manobras reaccionárias e divisionistas.

O espírito de unidade e a firmeza da luta demonstrada pelos trabalhadores do Distrito de Vila Real impõem-se na luta mais vasta de todos os explorados deste País de Abril que, segundo esta a Constituição da República, estão vivendo num regime de moção, a caminho do Socialismo.

A Festa de Natal na Covina

Com a colaboração da Cooperativa Rafael de Oliveiras efectuou-se, na sala grande, a Festa de Natal da Covina, destinada aos filhos dos trabalhadores dessa grande empresa, festa que foi um autêntico sucesso.

A sala estava repleta, com cerca de 600 crianças e de 500 adultos, que aplaudiram com entusiasmo o bom teatro que a Cooperativa Rafael de Oliveiras lhes proporcionou.

Houve os tradicionais piniques, distribuição de brinquedos, com conjuntos seleccionados por diade, de acordo com critérios de pedagogia

(como, aliás, se pratica, nestes casos, noutros países, como na França, por exemplo).

A reforçar o brilhantismo desta festa de Natal, houve uma exposição de trabalhos das crianças da Creche, organizada com alto padrão de qualidade, o que se testemunha o bom trabalho pedagógico levado durante o ano, na Creche. Também, como complemento desta importante actividade, a Comissão de Festas teve a feliz iniciativa de publicar um volumezinho, «Luz Nova», com desenhos e poesias de crianças dos 5 e 6 anos. Uma delas, assinada por Pedro Sôbolos, com desenho do próprio, diz assim sobre «A Fábrica»: «É grande! há muitos trabalhadores! corram, vridro! vridro! que tira do ferro! muito grande! cheio de gemas de ouro! não morde!».

A fim disso, José Gil organizou um opúsculo, sob o título de «Oficina de poesia», no qual se publicam pequenos poemas de jovens de 11 a 15 anos, filhos dos operários da Covina. Alguns destes poemas são autênticas maravilhas.

Está de parabenizar a Comissão de Festas da Covina, que levou à prática tão bela que útil iniciativa.

A Situação Financeira da Previdência

A propósito da garantia dada ao país através dos Sindicatos, do Instituto de Gestão Financeira da Previdência, do pagamento aos pensionistas, antes do Natal, os 12 meios, vários jornais publicaram uma local em que se afirmava estar pela notícia em contadigo com as afirmações feitas pela CGTP-IN em conferência de imprensa.

Veio o sr. Marcelino dos Santos confirmar, em entrevista dada ao semanário «O Tempo», que a notícia em contadigo com as afirmações feitas pela CGTP-IN são números reais, e que «relativamente aos outros montantes apresentados na Inter (...) os números são sensivelmente esses».

Para mais completo esclarecimento, deve acrescentar-se, na «última conferência de imprensa», a CGTP-IN manifestou a preocupação na actual situação, com conjuntos seleccionados e pelas nefastas consequências que daí advém para

Transportado pelos

Caminhões de Ferro Portugueses



Mulheres de Abril

MARIA TERESA HORTA

Tanto povo!
Tanto povo!

Tanta bandeira
vermelha!

Tanta mulher que caminha
cantando à sua maneira
Camponesas e operárias
todas às companheiras

Ombro a ombro com os homens
os filhos às cavaleiras

Tanto povo!
Tanto povo!

Tanta bandeira
vermelha!

Mulheres - companheiras
ombro a ombro

o ventre a crescer-nos
de coragem

Como tarefa temos
o que somos:
no interior da luta
a sua face

mulheres - companheiras
ombro a ombro

na construção dos dias
de mão dada

Agora água e depois
o fogo

Foi de dureza Amanhã ternura
vencendo um destino de desgraça



a distribuição
Preço 80\$00

Nome _____ Para o

Endereço _____

Cidade _____

Estado _____

Código Postal _____

Telefone _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____

Assinatura _____



notícias e comentários

os trabalhadores portugueses. Tanto mas que, até final de 1977, eram necessários 5,3 milhões de contos para cobertura dos encargos com os empréstimos contrai-à Banca por livranças, e com os pagamentos inadiváveis de subsídios de Natal, pensões de ruras, vencimento, abonos de família e subsídios por maternidade.

Os encargos com os empréstimos contrai-à Banca por livranças perfazem 1500 mil contos, assim distribuídos: Caixa Geral de Depósitos, 600 mil contos; Banco Português do Atlântico, 600 mil contos; e Banco Nacional Ultramarino, 300 mil contos. Estas verbas, não sendo liquidadas até ao fim de 1977, significam novos empréstimos, com os encargos inerentes - o que corresponde ao seu agravamento.

Os outros encargos de pagamento inadivável, referenciados pela CGTP-IN com a mesma necessidade, perfazem o total de 3.800 milhões de contos, assim distribuídos: subsídios de Natal (pensões), 1.400 milhões de contos; pensão de ruras - 1.200 milhões de contos; vencimentos ao pessoal (subsídio de Natal) - 700 mil contos; abonos de família e subsídios por doença e maternidade - 900 mil contos.

Na mesma conferência de imprensa, a CGTP-IN afirmou que, na defesa dos legítimos interesses do povo trabalhador responsável, mas uma vez, o Governo, pelas consequências que advirão da falta de uma tomada de posição oportuna para garantir a cobertura do referido défice, se mantém a incorrer na deterioração política de descapitalização dos títulos de crédito da Previdência, dos quais já só estão disponíveis 2,7 milhões de contos.

Na mesma conferência de imprensa, a CGTP-IN afirmou que, na defesa dos legítimos interesses do povo trabalhador responsável, mas uma vez, o Governo, pelas consequências que advirão da falta de uma tomada de posição oportuna para garantir a cobertura do referido défice, se mantém a incorrer na deterioração política de descapitalização dos títulos de crédito da Previdência, dos quais já só estão disponíveis 2,7 milhões de contos.

Na mesma conferência de imprensa, a CGTP-IN afirmou que, na defesa dos legítimos interesses do povo trabalhador responsável, mas uma vez, o Governo, pelas consequências que advirão da falta de uma tomada de posição oportuna para garantir a cobertura do referido défice, se mantém a incorrer na deterioração política de descapitalização dos títulos de crédito da Previdência, dos quais já só estão disponíveis 2,7 milhões de contos.

Na mesma conferência de imprensa, a CGTP-IN afirmou que, na defesa dos legítimos interesses do povo trabalhador responsável, mas uma vez, o Governo, pelas consequências que advirão da falta de uma tomada de posição oportuna para garantir a cobertura do referido défice, se mantém a incorrer na deterioração política de descapitalização dos títulos de crédito da Previdência, dos quais já só estão disponíveis 2,7 milhões de contos.

Na mesma conferência de imprensa, a CGTP-IN afirmou que, na defesa dos legítimos interesses do povo trabalhador responsável, mas uma vez, o Governo, pelas consequências que advirão da falta de uma tomada de posição oportuna para garantir a cobertura do referido défice, se mantém a incorrer na deterioração política de descapitalização dos títulos de crédito da Previdência, dos quais já só estão disponíveis 2,7 milhões de contos.

que sejam as suas crenças religiosas ou as suas tendências políticas, unam os seus esforços para a permanente e efectiva defesa da Paz no mundo.

Já o X Festival Mundial, celebrado em Berlim, capital da RDA, tinha sido uma enorme contribuição na luta pela solidariedade anti-imperialista, pela Paz e pela Amizade entre os povos.

O XI Festival será, portanto, um acontecimento de fulcral importância, visto que, na sua preparação, intervirá a Juventude de todo o mundo. Na base desse preparativo estão, entre outros motivos:

Impulsionar continuamente acções conjuntas dos diversos sectores da Juventude e dos estudantes na luta comum com as forças democráticas e progressistas, pela Paz e Segurança dos Povos; assegurar, cada vez mais amplamente, os princípios da assistência pacífica entre os estados com diferentes sistemas sociais; apoiar as exigências gerais de limitação da corrida aos armamentos e adoptar medidas eficazes para o completo desarmamento político/militar com o fim de conseguir-se o desarmamento geral e completo.

Manifestar a mais ampla solidariedade com o novo e a Juventude do Chile, com todos os democratas e patriotas chilenos que, em difíceis condições, lutam heróicamente pela Democracia e pela Liberdade, unindo os seus esforços contra a Junta Militar Fascista que continua a praticar crimes e torturas e mantém milhares de presos políticos em campos de concentração.

Na Nota Informativa sobre a reunião convocada pelo subsector da Juventude da CGTP-IN, efectuada em 19-11-77, estavam presentes os organismos sindicais das seguintes organizações:

União dos Sindicatos de Lousã, Porto, Setúbal, Aveiro, Leiria, Beja e Faro; Comissões de Juventude dos Sindicatos do Distrito do Porto: Comércio, Hoteleiros, Gráficas, Químicos, Metalúrgicos, Farmacêuticos e Panificação; Distrito de Leiria: Comércio, Gráficas, Electricistas, Escritórios, Celulosos, Enfermeiros, Função Pública e Hoteleiros; Distrito de Setúbal: Construção Civil, Metalúrgicos, Ferroviários e Têxteis (delegação de Amada); União Local de São João do Madeira; Trabalhadores de Aveiro, Vidreiros de

Leiria, Ferroviários do Centro (delegação do Entroncamento), Mineiros e Metalúrgicos de Beja; Secretário dos Estudantes de Lisboa e, ainda, o Departamento de Juventude da CGTP-IN, acompanhado por um elemento do Secretariado Nacional.

A «JUC» e a «JOC», que também tinham sido convidadas para esta reunião, a qual se destinava à formação do Comité Preparatório Português para este Festival, não estiveram presentes e por desconhecimento os assuntos que iam ser tratados.

O grupo de trabalho ficou, finalmente, constituído pelo Departamento de Juventude da CGTP-IN, União dos Sindicatos do Porto, União dos Sindicatos de Setúbal e União dos Sindicatos de Lisboa, assim como pelo Secretariado dos Trabalhadores Estudantes de Lisboa.

Este grupo terá que fazer contactos, o mais rapidamente possível, com outras organizações comunistas e socialistas, nomeadamente Juventudes Católicas, Juventude Socialista e Juventude Comunista, no sentido da formação do «Comité Nacional Preparatório» do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efectuará em Havana, no Verão de 1978.

Este grupo terá que fazer contactos, o mais rapidamente possível, com outras organizações comunistas e socialistas, nomeadamente Juventudes Católicas, Juventude Socialista e Juventude Comunista, no sentido da formação do «Comité Nacional Preparatório» do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efectuará em Havana, no Verão de 1978.

Este grupo terá que fazer contactos, o mais rapidamente possível, com outras organizações comunistas e socialistas, nomeadamente Juventudes Católicas, Juventude Socialista e Juventude Comunista, no sentido da formação do «Comité Nacional Preparatório» do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efectuará em Havana, no Verão de 1978.

Este grupo terá que fazer contactos, o mais rapidamente possível, com outras organizações comunistas e socialistas, nomeadamente Juventudes Católicas, Juventude Socialista e Juventude Comunista, no sentido da formação do «Comité Nacional Preparatório» do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efectuará em Havana, no Verão de 1978.

Este grupo terá que fazer contactos, o mais rapidamente possível, com outras organizações comunistas e socialistas, nomeadamente Juventudes Católicas, Juventude Socialista e Juventude Comunista, no sentido da formação do «Comité Nacional Preparatório» do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se efectuará em Havana, no Verão de 1978.

Edições ALAVANCA:
CONTRATAÇÃO COLECTIVA
E POLITICA DE SALÁRIOS
Um volume de 250 págs.
Preço - 60\$00

alavancas

CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
— INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vitor Cordon, N.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JOSE ERNESTO CARTAXO

LEIA NESTE NÚMERO :

Editorial	6
Balanco de um ano de actividades sindicais	8
Mesa-redonda sobre «que politica serve o Pais e os trabalhadores»	12
Jornadas de luta em Vila Real, Ovar e Portimão	16
Festas de Natal para os filhos dos trabalhadores	18
Sobre o direito de antena: as organizações sindicais e profissionais na Rádio e na Televisão	20
Encontro Nacional dos Trabalhadores do sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico	22
A linguagem da crise	24
Dois sindicalistas falam sobre o Movimento Sindical na Madeira e nos Açores	26
«Alavancas» na Polónia: visita ao «Campo de Majdanek»	28
Reforço da amizade da CGT com a CGTP-IN	30
Uma bomba de longo alcance	31
Os sindicatos agrícolas no Norte e nas Ilhas	32
Um plano global para os assuntos sociais	33
Por uma politica ao serviço dos trabalhadores e da independência nacional	40
Uma entrevista com o actor Rogério Paulo • Desporto • Rádio e Televisão • Cinema • Teatro • Turismo Social • Um conto de Carlos Malheiro Dias • Notícias e comentários • Passatempo • etc.	

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VITOR CORDON,
N.º 1, 2.º, LISBOA

COMPOSTO E IMPRESSO NA RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
DISTRIBUIÇÃO: CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

editorial

A politica praticada pelo Governo demissionario, politica apelada e incentivada pelas forcas da direita, do grande capital e do imperialismo, conduziu ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores e à deterioração da situação económica e financeira do pais.

O aumento do desemprego e dos despedimentos, a subida brutal do custo de vida e o congelamento dos salarios e das pensões de reforma, o aumento dos impostos sobre as camadas mais desfavorecidas, levaram à diminuição do nivel de vida das classes trabalhadoras e à redução do mercado interno.

O grande patronato, os intermediarios parasitarios vitam, pelo seu lado, os lucros aumentarem e continuam a fazer manobras especulativas, o acambarcamento, a falta de generos (leite, bacalhau, oleo, açúcar, etc.) a falsificação de produtos, a repressão patronal e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

Ao contrario do que era anunciado, esta situação não conduziu, nem poderia conduzir, à melhoria da situação económica e financeira. O endividamento externo aumentou e, consequentemente, aumentou também a dependência do Pais face ao estrangeiro. As promessas feitas no Plano para 1977 não se concretizaram e a politica dos «pacotes» conduziu ao agravamento dos principais problemas do Pais.

A luta dos trabalhadores nas empresas e nos respectivos sectores, pela defesa das suas condições de vida e de trabalho contra a repressão patronal; as lutas de âmbito nacional como no 1.º de Maio, em 22 de Junho e em Novembro, por uma nova politica ao serviço dos interesses dos trabalhadores e do Pais contra a politica de recuperação ao serviço dos interesses do grande capital nacional e internacional, impediram um agravamento ainda maior da sua situação, minimizaram os efeitos dos ataques reaccionarios às grandes conquistas revolucionarias do Povo Português — nomeadamente, Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário — condenaram a politica antipopular e antioperaria do Governo demissionario, demonstraram a firme vontade dos trabalhadores em combater a reacção e o fascismo e em defender a Democracia, a liberdade e a Constituição.

Os trabalhadores e o Movimento Sindical sempre atencamente as varias fases que se desenvolvem no plano politico, no sentido de que seja definida uma nova politica e constituído um novo Governo.

A CGTP-IN não deixa de salientar o contraste entre a serenidade e consciência dos trabalhadores face ao actual momento não obstante continuarem a sofrer, no dia a dia, os efeitos da politica de direita aplicada pelo Governo demissionario e as tentativas desestabilizadoras das organizações do patronato reaccionario, no sentido de tentarem criar um clima de intimidação e pressão proprio a justificar exigências de soluções politicas que sabem não ter qualquer apoio popular.

Os trabalhadores portugueses têm demonstrado uma maturidade e consciência suficientes para, ao mesmo tempo que rejeitam provocações e aventuras, encontrarem formas de luta ajustadas à sua indesejavel capacidade organizativa e de mobilização e as condições concretas do actual momento para responderem às manobras da reacção que, nas empresas e no plano politico, tentam tirar proveito da situação existente.

A CGTP-IN considera que continuam actuais as posições fundamentais definidas no Plenario realizado em 8 de Outubro ultimo e reafirmadas na sua resposta ao «Memorando» apresentado pelo Governo, o que significa que não avaliará a sua politica e um Governo que não demonstrarem querer respeitar o projecto consagrado na Constituição nem satisfazer as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores.

Os trabalhadores e o Movimento Sindical estão certos que um novo Governo que, eventualmente, se venha a constituir, tirará as lições da experiência negativa da politica do Governo demissionario, e terá de encontrar soluções que correspondam aos anseios dos trabalhadores e às necessidades económicas e financeiras nacionais, que possibilitem uma grande mobilização do Povo Português para a superação da crise e a melhoria das suas condições de vida.

A reincidência ou aprofundamento da politica do Governo demissionario estaria, à partida, votada ao fracasso pela resistência dos trabalhadores, o que, em qualquer situação económica e financeira que o Pais atravessasse, significaria por em grave perigo a regim e democrático.

As repetidas vitorias nas eleições sindicais de listas que se identificam com as posições da CGTP-IN são uma prova, concreta e indiscutivel, que a dinamica que se verifica no seio dos trabalhadores e no sentido da Democracia e da Liberdade, no sentido da Constituição, e não no sentido contrario.

A CGTP-IN confia que os trabalhadores portugueses, qualquer que seja a evolução da situação da vida politica no nosso Pais, saberão encontrar as formas de acção adequadas à defesa dos seus interesses de classe, da Democracia, da Independência Nacional e do projecto socialista que a Constituição, da Republica Portuguesa consagra.

BALANÇO DE UM ANO DE ACTIVIDADES SINDICAIS

1977

o ano mais significativo na história do sindicalismo português



O ano de 1977 que acaba de findar foi profundamente marcado pela realização, em Janeiro, do Congresso de Todos os Sindicatos. Foi aí que o Movimento Sindical unitário realizou, definitivamente, o enlace entre os interesses de classe dos trabalhadores e a mais elevada consciência dos problemas nacionais, na caminhada rumo à democracia e ao socialismo.

De entre as conclusões finais apontadas neste grandioso congresso, será difícil dar-se relevo a algumas em relação às demais. Na realidade, os trabalhadores conseguiram então um grau tão elevado de consciência de classe, de sentido histórico e de organização que — lidas as conclusões quase um ano após a realização do congresso — se pode ver, claramente, ter sido do conjunto das medidas então tomadas que nasceu o reforço e o azeno do movimento unitário — traduzido, na prática, pelas sucessivas vitórias nas eleições sindicais, pela crescente adesão dos trabalhadores às grandes manifestações de massas verificadas em todo o País, pela firmeza, confiança e disciplina que caracterizaram as lutas reivindicativas, pelo desabar das estruturas divisionistas, pela perda de velocidade do processo de recuperação capitalista, pela queda de um Governo antipopular e antioperário, pela instalação da certeza, a nível dos responsáveis no poder, de que nada — a não ser o regresso ao fascismo — poderá ser feito em Portugal sem os trabalhadores ou contra eles.

Escrevia-se em editorial do

número de Abril de «Avançada»: «O Movimento Sindical decidiu no Congresso de Todos os Sindicatos, defender a Constituição. Por isso, cumpri-la e lutar para que todos a cumpram.

«A luta dos trabalhadores contra o desemprego e os despedimentos, contra o aumento do custo de vida, contra a entrega das empresas ao patronato, o combate contra a legislação antiooperária, a defesa da Reforma Agrária, são lutas que se desenvolverão no quadro da Constituição e na defesa do 25 de Abril.

«Os trabalhadores não pactuarão com a recuperação capitalista mas estão dispostos a sacrificios, se tiverem a certeza de que os seus esforços serão feitos no sentido da satisfação, logo que possível, das necessidades das classes mais desfavorecidas».

Começamos agora a poder verificar, concretamente, a justiça desta análise e os frutos positivos que o movimento unitário tem colhido, ao levá-la à prática. Basta que se atente nos resultados obtidos em 1977 nas eleições para as diversas direcções sindicais. Em 100 actos eleitorais realizados foram obtidas cerca de 80 por cento de vitórias de listas unitárias.

Estes resultados seriam altamente improváveis antes do Congresso de Todos os Sindicatos. Foi de facto, ali, que o Movimento Sindical realizou um salto qualitativo e se transformou na expressão de poder, mais forte e mais disciplinado, com há sempre que contar na rejuvenescida sociedade portuguesa. E com real apreensão, que os nossos inimigos temem essa gigantesca força

organiza
confim
sua luta.

No ser
caso —
sas reali
rante o
maiores
trabalha
nuas.
lho, justi
to do pro
fesa int
dência
Congres

— e, em
sequênc
naifest
vieram d
sibilidad
entrelaç
e da que
de Deze
vo da C
editorial
psada
côndes
a relação
em crise
respons
política,
tução,

«Os tra
da pers
grada n
único qu
de que
esforços
a favor d
A. As es
l. Pres
ções
Lisboa,
forma A
ríveis d
Julho e
bro, con
sa, profu
gravidade
que o P
a realiza
lítica e
pendênc

Mas,
vitórias
res. Os
trário, n
nário e
rialismo
dos latif
tas des
de 1977

Abril, est
to domi
e do
poder p
do 25 d
des fora
capitalis

organizada e os trabalhadores confirmam nela para conduzir na sua luta, justa e patriótica.

No seu conjunto — ou caso a caso — as manifestações de massas realizadas no nosso País, durante o ano que finda, foram as maiores de sempre. Milhões de trabalhadores desfilaram pelas ruas de Portugal exigindo trabalho, justiça social, prosseguimento do processo revolucionário, defesa intransigente da independência nacional. Tal como no Congresso de Todos os Sindicatos — e, em grande parte, como consequência deste — as imensas manifestações realizadas em 1977 vieram demonstrar a elevada sensibilidade dos trabalhadores ao entrelaçamento da questão social e da questão nacional. No número de Dezembro do órgão informativo da CGTP/IN afirmava-se, em editorial: «Se é um facto que a pesada herança do fascismo e a dependência da nossa economia em relação ao mundo capitalista, em crise profunda, têm pesadas responsabilidades na actual situação, também é verdade que a política dos «Pacotes», adoptada sob a pressão e com o aplauso do patronato reacçãoário e das forças da direita e do imperialismo, está a ter graves consequências, nomeadamente quanto ao agravamento do desemprego, do défice externo e da subida do custo de vida». E, pouco mais à frente, conclui-se afirmando: «Os trabalhadores não abdicam da perspectiva socialista consagrada na Constituição, objectivo único que lhes assegura a certeza de que os resultados dos seus esforços e sacrifícios reverterão a favor do povo português».

As centenas de milhares de trabalhadores que vieram à rua nas demonstrações memoráveis de Lisboa, da zona da Reforma Agrária, nas datas memoráveis de 1 de Maio, de 22 de Julho e de 18, 19 e 29 de Novembro, constituíram uma massa coesa, profundamente consciente da gravidade do momento histórico que o País atravessa e decidida a realizar a necessária viragem política e a exigir a defesa da independência nacional.

Mas, 1977 não foi um ano de vitórias fáceis para os trabalhadores portugueses. Bem pelo contrário, nunca o patronato reacçãoário e sabotador, nunca o imperialismo revanchista, nunca o ódio dos latifundiários e dos monopolistas desapaçoou-se pelo 25 de Abril, esteve tão perto do completo domínio das estruturas do Estado e do regresso ao controlo do poder político. Nunca — depois do 25 de Abril — tantas facilidades foram facultadas aos grandes capitalistas e aos agrários: nunca

leis como as que, no ano de 1977, vimos serem votadas na Assembleia da República por uma maioria de direita, vieram ferir tão directamente os homens, as forças e as conquistas alcançadas pelos trabalhadores desde o derrube do fascismo. Nem sequer a demagogia acumulada pela anterior política, poderá fazer esquecer aos trabalhadores toda a iniquidade e toda a ofensa contidas nas leis, tais como as da delimitação dos sectores público e privado, das indemnizações, do controlo de gestão, dos despedimentos, da greve, das «novas bases da Reforma Agrária», etc.

Tudo o peso do aparelho do Estado e da sua força repressiva apoiou os rudes golpes desferidos pela reacção sobre as conquistas dos trabalhadores e sobre as suas organizações de classe. Puseram-se em causa as nacionalizações, sancionaram-se despedimentos colectivos, fecharam-se os olhos dos governantes perante o bloqueio institucional, delegados sindicais foram impedidos de exercerem as suas funções democráticas e — não raro — despedidos dos seus locais de trabalho, membros de comissões de trabalhadores foram levados a tribunal, cortou-se o crédito agrícola a unidades colectivas de produção, o Governo geriu as empresas intervencionadas de forma a provocar a sua reprivatização, entregaram-se alfaias e gados aos agrários; a tudo o Governo lançou mão, perante nada recou, de forma a diminuir a produção, nas fábricas e nos campos e a dar satisfação aos grandes senhores do capital. Tudo isto se passou no ano agora findo.

A provocação souberam responder os trabalhadores portugueses com tranquila firmeza, fazendo prova do mais elevado espírito de sacrifício, sempre apoiados nas suas associações de classe, sindicatos, federações, uniões e CGTP/IN.

A verdadeira e revolucionária Reforma Agrária — aquela que foi feita nos campos pelos trabalhadores e não a outra, a Reforma Agrária palaciana combinada na sombra dos gabinetes com os latifundiários de nova geração — constituiu o alvo preferido da grande ofensiva reacçãoária apoiada pelas estruturas governamentais. Em nome do cumprimento de leis iníquas, aprovadas na Assembleia da República com o apoio dos partidos de direita — e representam no jogo democrático os interesses daqueles contra quem a Revolução de Abril foi feita — o Governo não hesitou em lançar sobre os heróicos trabalhadores dos campos todo o pe-





22 de Junho de 1977: No seu conjunto — ou caso a caso — as manifestações de massas realizadas no nosso país, durante o ano que findou, foram as maiores de sempre.

so da repressão. Os espectaculars êxitos alcançados pelas UC P's e pelos pequenos e médios produtores da zona de intervenção da Reforma Agrária parecem, em todo o caso, não compensar os latifundiários expulsos como para o Governo Constitucional.

A repressão a todos os níveis — administrativo, económico, policial — restringiu os trabalhadores agrícolas com demonstrações da mais elevada consciência cívica e com acentuado patriotismo, recusando as provocações e lançando à terra as sementes de Outono. O balanço de toda esta movimentação unitária dos trabalhadores da zona de intervenção foi feito, da forma mais precisa e mais clara, durante as jornadas de trabalho, em Outubro, da 2.ª Conferência da Reforma Agrária realizada, em Évora, pelos sindicatos agrícolas da zona. Esta conferência constituiu outro forte pilar na construção da unidade entre a cidade e o campo. Afirmava, então, a CGTP/IN na saudação que, na ocasião, enviou aos conferencistas reunidos em Évora: «A solidariedade entre os trabalhadores da cidade, do campo e do mar, tornará irreversível esta grande conquista do 25 de Abril: avante, pela Reforma Agrária!»

Mas não foi apenas na frente da Reforma Agrária que a direita e o patronato explorador avançaram, pela mão do Governo Constitucional e Contra a Constituição. Quem não recorda os casos da Sanimar, da Facar, da Copam, da Duarte Ferreira, da J.F. dos Santos, da Luis Pedro Mendonça, da Auto-Reconstrutora do Garreiro, de tantas outras empresas onde o Governo tentou estancar o Processo Revolucionário para se entregar (muitas vezes com indemnizações de vulto ao patrão saboteador) a quem as tejas abandonada, exportado ilegalmente os lucros, vendido máquinas e «stocks» de matérias-primas, roubado o País, financiado o terrorismo e a sabotagem económica.

Neste ano de 1977, repetiu-se uma constante da história do capitalismo: em tempo de crise, todo o peso dos sacrifícios a suportar para debelá-la é transferido para os trabalhadores. Surgiram os «Pacotes» e os preços aumentaram em flecha. Congelaram-se os salários, na prática, com a famigerada «Lei dos 15 por cento» e só a vigilância e a unidade entre os trabalhadores foi suficientemente forte para fazer cumprir pelo patronato a contratação Colectiva acordada; o Governo, ao intervir, é sistematicamente a favor

dos patrões, e os tribunais de trabalho não funcionam.

A palavra de ordem oficial é reduzir o Jii irrisório produto nacional, diminuir pela força e pela repressão — pelo represamento violento se tal for necessário — o poder de compra e o nível de vida dos trabalhadores. Comprimir drasticamente as verbas públicas atribuídas a sectores vitais como o da educação, da habitação, etc., mas preparar mais 100 milhões para pagamento de indemnizações aos inimigos do povo e da democracia.

Quando se fala em congelamento de salários e se cita a «Lei dos 15 por cento» denuncia-se o facto de que, efectivamente, os salários reais dos trabalhadores baixam constantemente face à taxa brutal de inflação situada, em 1977 (segundo os números oficiais, sempre fantasistas), em cerca de 30 por cento, a mais grave das taxas inflacionárias da Europa capitalista.

Se a política dos «Pacotes», dos empréstimos e da inflação, atinge os trabalhadores, em geral, que difere da forma como se agravou, no decurso de 1977, a situação dos pensionistas e dos reformados? Como se sobrevive com dois mil escudos mensais? Os pensionistas e reformados portugueses representam, no entanto, um importante grupo social de um milhão de cidadãos aos quais a Constituição da República contempla com «um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com participação das associações sindicais e outras organizações de classe dos trabalhadores» (Art.º 63.º, n.º 2).

A CGTP/IN cumpre os seus deveres constitucionais e as suas elementares obrigações para com aqueles que estão ligados a sua força de trabalho: viu crescerem e reforçarem-se, por todo o País, as associações de reformados e da terceira idade, as quais se encontram já organicamente estruturadas e partem para uma luta justa que é, também, de todos os outros trabalhadores.

Qualquer que seja o ângulo através do qual se olhe a vida sindical portuguesa — no decurso de 1977, um factor — da unidade — ressalta permanentemente.

Unidade, na luta travada nas empresas Contra o regresso do patrão saboteador, Contra a destituição iminente, contra o não cumprimento da contratação ou Contra os despedimentos.

Unidade, nas grandes manifestações de massa, contra a intervenção nacional, pela defesa e

pelo avanço da Reforma Agrária, da via socialista, do aumento da produção, pelo cumprimento da Constituição da República.

Unidade, nos vementes protestos contra o custo de vida, contra os «desprezíveis» contra as desocupações, contra a política de educação, de habitação, de saúde, de segurança social.

Unidade, enfim, em torno da CGTP/In e sindical, pólo de atracção e posto de vanguarda na luta pela construção de uma sociedade clara e abertamente virada para a democracia e para o socialismo, fiel à perspectiva nacional que a Constituição define. Esta unidade, difícil de alcançar num povo amodorrado e dividido durante meio século de botifarra fascista, está à vista, e é uma realidade. O ano de 1977

consolidou entre a maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses a reconfortante certeza de que a sua gigantesca força reivindicativa tinha um eixo central bem definido e uma linha de frente responsável e organizada. A Confederação Geral dos Trabalhadores, a Intersindical

«O aumento do custo de vida, o congelamento da contratação colectiva, o crescimento do desemprego e dos despedimentos, reflectem a subserviência aos ditames do imperialismo. A sistemática denúncia que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional tem feito do desastre à que tal política conduz, a constatação unânime do agravamento da situação daí resultante, justifica e reforça as tomadas de posição da central sindical portuguesa em vindo a adoptar — omeadamente ao desenvolver os maiores esforços no sentido do reforço da unidade combativa dos trabalhadores e no desmancharmento das tentativas divisionistas que os seus inimigos de classe continuam a desenvolver — em vista à consciencialização, mobilização e organização do seu justo descontentamento como forma de obstar a tal política» — referia-se no editorial de «Alavanca», no seu número de Novembro.

Nomomento em que se balançou provisório se estabeleceu, na altura em que o número de Janeiro de «Alavanca» está na máquina, o País e o povo português aguardam a nomeação de um Segundo Governo Constitucional. Importa muito menos o nome dos novos ministros do que a política que o novo elenco tome o compromisso de realizar. Contra a corrente



revolucionária, contra o povo e contra os trabalhadores, nenhuma acção governativa — contrária com o apoio das forças do trabalho, das massas, da população em geral. Se, em defesa da Constituição, em reforço das conquistas democráticas, no assumirmo de decisões severas e intransigentes para protecção de uma verdadeira independência nacional, revestida de dignidade, toda a política governamental encontrará os trabalhadores portugueses o mais sólido baluarte, os peitos generosos prontos ao sacrificio e os braços fortes dos trabalhadores.

A CGTP/IN é clara no enunciar das condições básicas que arrastariam — se cumpridas pelo novo Governo — suporte activo das massas trabalhadoras ao II Governo Constitucional, respeito absoluto pela Constituição, garantia efectiva dos direitos dos trabalhadores, respeito pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego, garantia do cumprimento da livre contratação, fim do congelamento de salários é defesa do poder de compra dos trabalhadores e das camadas sociais de mais baixos rendimentos.

Nunca houve demagogia, por parte da CGTP/IN. Foram os trabalhadores que — com os seus indizíveis sacrificios, com a sua cada vez mais clara consciência de classe, com uma disciplina cívica que ninguém esperaria ver brotar do negre da grande noite fascista — lutaram para conquistar e conquistaram as suas posições de combate, a fortaleza de onde se fazem remidos pelos velhos exploradores.

Em 1977, aprendeu-se a unidade. Unidos em torno da Confederação Geral dos Trabalhadores, percorramos caminhos, determinados, firmes na nossa decisão, o caminho que leva à democracia e ao socialismo.

JORGE MESSIAS





MESA REDONDA

ALAVANCA. No início desta mesa-redonda, eu proponha que nos debruçássemos sobre a situação política ou sindical no nosso país, tal como ela se apresenta, neste dia 13 de Dezembro, os alba-dores. Que, a part i das experiências colhidas na vos-sa prática sindical, discutíssemos as origens próximas da grave crise com que nos defrontamos, e as soluções que, do pon-to de vista dos trabalhadores ou, pelo menos, deste grupo de trabalhadores que nós somos existim para a crise económica e o impasse político.

CANDEIAS. Para nós é claro que não há muitos caminhos, para o futuro que a Constituição aponta para o nosso País. Diferente, mesmo, que há um só, e esse passa pela mobilização de todos os trabalhadores para a tarefa patriótica de resolver a grave crise económica que ameaça a independência nacional.

Para que isso se torne possível, nenhum Governo pode deixar de ter em conta as exigências que os trabalhadores expressam através das suas organizações representativas, nomeadamente os sindicatos, comissões de trabalhadores e a sua Central Sindical. Ultimamente têm os trabalha-

dores reunito, no passado dia 13 de Dezembro, um grupo de activistas e dirigentes sindicais e convidou-a a discutir livremente sobre «a política que poderá (deverá) servir o país e os trabalhadores». Estiveram presentes os camaradas Rosa Maria, da Função Pública; Marcelino, dos Trabalhadores da Imprensa; Candeias, dos Metalúrgicos; Caiano Pereira, dos Escritórios; e Helder, dos Químicos.

Falou-se do fracasso da política de direita conduzida pelo I Governo Constitucional. Falou-se na crise e na única saída possível para a crise sem empenhar a independência nacional. Falou-se, portanto, na participação de todos os trabalhadores e na forma de obter essa participação. Falou-se de unidade, falou-se muito de unidade como condição indispensável para consolidar a democracia e levar à prática o projecto constitucional. Alavanca registou dessa conversa, muito mais do que lhe é possível dar aos seus leitores atendendo às naturais limitações de espaço e de equilíbrio, e à extensão de outros artigos igualmente importantes e complementares.

Esperamos que a leitura do que foi dito nesta mesa-redonda nos traga os ecos das discussões que não deixará de suscita, e que nós iremos publicando nas nossas próximas edições.

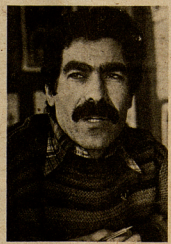
dores mostrado, de viva voz, de norte a sul e do interior ao litoral do País, quais são as suas preocupações e quais são as suas aspirações. Essas aspirações, que são as aspirações mais profundas do povo português, não transcendem, antes se circunscuem, os princípios consignados na nossa Constituição.

O novo Governo tem que ter em conta os avisos que de toda a parte lhe vêm de que os trabalhadores querem que a Constituição seja aplicada e que a democracia seja defendida e consolidada. Tem que pôr um travão ao aumento do custo de vida. Tem que dar melhores condições de vida e de trabalho à população. Tem que combater o desemprego, acabar com os despedimentos, respeitar e fortalecer as conquistas da revolução. Tem que encontrar, com os trabalhadores, uma saída para a crise que ponha o país a salvo da ingerências do imperialismo e não ceda às exigências do FMI.

Não foi com as últimas manifestações que se descobriu que os trabalhadores são a mais poderosa força da Nação. Nos sempre o sabemos, sabemos-lo já no tempo do fascismo. Mas só com o 25 de Abril se criaram as con-

dições para que essa enorme força criadora fosse o motor de arranque para um futuro de liberdade e de justiça, de responsabilidade e de progresso, de toda a sociedade portuguesa.

Durante o VI Governo Provisório os trabalhadores



Forças estranhas aos trabalhadores actuam dentro do movimento sindical para o dividir, para o enfraquecer

compreenderam que estavam a ser enganados. E com a política do I Governo Constitucional, em que se aproveitava uma coisa e se fazia outra, os trabalhadores e principalmente os sindicalistas, sentiram a enorme responsabilidade histórica que lhes cabia do futuro da democracia portuguesa e do futuro de Portu-

gal como país independente, e assumiram, por inteiro, essa responsabilidade. A expressão social e política desse assumir dum responsabilidade histórica pela classe trabalhadora, é a unidade da maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses em torno da sua Central Sindical.

HELDER. Concordo inteiramente com o que disse o camarada Candeias. Os trabalhadores quínicos, como a generalidade dos trabalhadores portugueses, constataram que a política desenvolvida pelo I Governo Constitucional mostrou, na prática, a impossibilidade de resolver as questões fundamentais do país com: cedeências à direita e hostilizando os trabalhadores. Estamos, pois, conscientes de que não foi o fracasso de um Governo P.S., mas sim, o fracasso de uma política de direita. Porquê as medidas adoptadas pelo I Governo Constitucional eram, de facto, comandadas pelas organizações patronais, a GIP no sector industrial, a CAP no sector agrícola, e visavam a restituição dos monopólios e dos latifúndios, a submissão da economia nacional aos interesses do capitalismo internacional, a divisão

dos trabalhadores para o enfraquecimento do Movimento Sindical e a destruição das conquistas empenhadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril, a revisão da Constituição, e a destruição do processo revolucionário por uma política autoritária e repressiva.

A impossibilidade desta política está manifesto no vazio político que se seguiu à derrota da política do Governo, derrotá que foi precedida de imponentes movimentações de massas, como no 1.º de Maio de 1977, 22 de Junho, 18 e 19 de Novembro e outras, por todo o País, em que os trabalhadores afirmaram, com inextinguível disciplina e dignidade, que quem um Governo que sirva os seus interesses e defenda os seus direitos, que mereça a confiança dos trabalhadores e obrenha a sua participação, em que os trabalhadores tenham voz activa para a resolução de todos os problemas que lhes digam respeito, e onde, nunca mais, nada seja resolvido nas suas costas.

Qualquer governo que não tenha, em conta a vontade tão claramente expressa pelos trabalhadores, poderá, talvez, constituir-se, mas não poderá durar. A crise económica-financeira, entretanto, agravar-se-á e poderá aproximar-se da situação de ruptura.

Só com a participação dos trabalhadores possível vencer a crise sem comprometer a independência nacional. Porque os trabalhadores estão dispostos a fazer os sacrifícios para defender a democracia e o projecto constitucional, mas nenhum sacrifício se lhes poderá pedir que contribua para aumentar a sua submissão à exploração capitalista, e agravar as suas já precárias condições de vida e de trabalho.

O sentimento dos quínicos, e cremos que da generalidade dos trabalhadores, é de que, com um Governo que queira aplicar a Constituição e ouvir os trabalhadores, podemos aumentar

rapidamente para o caso de importação, que a quantidade comprada e das vorecificação.

Só com a participação dos trabalhadores possível vencer a crise sem comprometer a independência nacional.

vencer a crise sem comprometer a independência nacional.

ROS não n... que o quínicos é o que camaradas suas e dos com o flecte dado portu import mor... para o portan govern soas q... os inte de fac esse q... aqui f... Govern para o caso do frac direita... Nos brado... sobre agrava dições mento

O PAÍS

rapidamente a produção para cobrir as necessidades internas e reduzir as importações, criar mais riqueza, reduzir o desemprego, aumentar o poder de compra dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas, e reduzir a inflação. Isto é, poderemos



Só com a participação dos trabalhadores é possível vencer a crise sem comprometer a independência nacional

vencer a crise sem empenhar a nossa independência.

ROSA MARIA Não tenho nenhuma dúvida de que o que o camarado químico acabou de expor é o que disseram os outros camaradas, decorente das suas práticas sindicalistas e dos contactos diários com os trabalhadores, reflecte o sentir da generalidade dos trabalhadores portugueses. E isso é muito importante que se diga neste momento.

Tenho a certeza de que para os trabalhadores o importante não é o que um governo diz ser ou as pessoas que o constituem, mas os interesses que ele serve de facto e a política que esse governo faz. Como já aqui foi dito, a queda do Governo não representou para os trabalhadores o fracasso do Governo PS, mas o fracasso da política de direita no nosso país.

Nós estamos bem lembrados de que a repressão sobre os trabalhadores, o agravamento das suas condições de vida, os despedimentos, foram crescendo a

partir do 1.º pacote; e de que o 1.º pacote teve os aplausos da CIP e da CAP e a condenação unânime dos trabalhadores, das suas organizações representativas e da sua Central Sindical.

Para os trabalhadores isto é que é bem claro: qualquer política que venha a ser aplicada a partir de vazios de governação, tem que ser uma alternativa à anterior política, tem que ser uma nova política, uma política de esquerda que tem de ser realizada.

CANDEIAS Reforçando o que disse o Helder e, agora, a Rosa Maria, eu queria apenas acrescentar algumas palavras. Sim, nós aceitámos os sacrifícios, não porque gostamos particularmente de nos sacrificarmos, mas porque sabemos que só nós, os trabalhadores, podemos evitar ao país a humilhação do colapso, com todas as nefastas consequências que daí forçosamente advirão. Ao contrário, mesmo, dos que afirmam demagogicamente que só os sabotadores e os capitalistas é que devem pagar a crise, nós afirmamos claramente que, em qualquer circunstância, os trabalhadores assumem pateticamente a sua quota-parte de sacrifícios.

Alis, se ninguém conte com os trabalhadores para que as empresas sejam devolvidas aos antigos patrões sabotadores, para que continuem a ser abolvidos e elogiados os terroristas e bombistas; para que continuem a ser postos em liberdade os assassinos e os torturadores que massacraram os melhores filhos do povo; para que continuem impunes e activos os piores inimigos dos trabalhadores; para que se procure destruir a Reforma Agrária e se responda com a repressão e o espanca-

mento aos trabalhadores que a quem defrontar, como uma das mais importantes conquistas de Abril; para que se atire para o desemprego com milhares de jovens; para que os salários reais continuem a descer, e os trabalhadores voltem a ter fome e a viver em barracas.

MARCELINO Pouco tenho a acrescentar ao que os camaradas disseram. Quanto a mim, o único mérito que teve a desastrosa política do I Governo Constitucional, foi o de reforçar a unidade dos trabalhadores, e o de lhes fazer sentir como lhes eram gratas e importantes as conquistas revolucionárias.

Os trabalhadores aprenderam à sua custa uma lição que não era nova. E a prova de que a aprendizagem está na sua crescente unidade em torno da estrutura do Movimento Sindical Unitário, e das sucessivas vitórias das listas unitárias para as direcções sindicais. Esperemos que certas forças políticas também te-

nham aprendido a sua lição: de que nenhuma delas, isoladamente ou em alianças, poderá de futuro governar este país contra os interesses dos trabalhadores.

CAIANO Eu penso que a síntese da vitória do tema inicial está feita, e que ela define o que os trabalhadores e o Movimento Sindical pensam do que deve ser o novo governo e, sobretudo, a nova política que esse governo tem que pôr em prática.

Eu limitava-me, agora, a pegar num aspecto que já foi abordado mas que gostaria de ver mais desenvolvido: a ampla prova de unidade que os trabalhadores têm dado na denúncia da política errada que o Governo PS, aliado à direita, utilizou. As grandiosas manifestações realizadas, a que todos os camaradas se referiram, e a vitória das listas unitárias em quase todos os sindicatos, mostram que uma fase de perturbação verificada no Movimento Sindical, a partir de

factores que lhe era estranha, como a crise criada pelo problema da unicidade em princípios de 75, está a ser aceleradamente ultrapassada pelos trabalhadores. E uma das consequências desse profundo propósito de unidade, é a impossibilidade que a direita tem tido de criar, de modo significativo, sindicatos paralelos no nosso país.

Neste momento, os trabalhadores têm que estar particularmente atentos ao reforço da sua unidade, e não dar tréguas, no combate, às forças que, nos momentos de vazios político e de crise, sempre se aproveitam para lançar a confusão.

Há já indícios de um certo recuo de actividade das forças que tradicionalmente utilizam uma falsa linguagem de esquerda, com slogans e palavras de ordem muito atraentes, para confundir os trabalhadores e atrair-lhes para posições indefensáveis que não visam, e impedem, as soluções que concretamente interessam aos trabalhadores. Isso verifica-se em

Da esquerda para a direita: Candeias, Caiano Pereira, Helder, Marcelino e Rosa Maria



QUE POLÍTICA SERVE AOS TRABALHADORES?

Quase todas as eleições sindicais. Um bom exemplo é o que se passa, neste momento, nos escritórios, onde uma das listas se serve das designações da lista unitária e da própria denominação dada pelo Comité Organizador na lista unitária, para baralhar os trabalhadores.

Precisamos, pois, de estar extremamente vigilantes, de contrariar abertamente essas manobras e de denunciar todos aqueles que querem confundir os trabalhadores e desviar os seus objectivos correctos para enfraquecer a sua unidade.

ROSA MARIA — Acerca do problema da unidade, e da forma como os trabalhadores têm sabido responder aos que, no seu próprio seio, os tentam dividir, eu queria falar de como se passa no meu sector, na função pública.

Eu pertenço ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul, que é o maior sindicato do sector, com os seus 65 mil sócios. Como todos estão «recordados», este sector não tinha, antes do 25 de Abril, direitos sindicais, e só em 1976 conseguiu formar os seus sindicatos. Isto porque, de 1974 a 1976, sucederam-se as tentativas de boicote dos actos eleitorais, de divisão dos trabalhadores, que tinham uma fraca consciência de classe e nenhuma prática sindical.

Pois, no nosso sector, os divisionistas convenceram-se, depois da vitória das listas unitárias, que no seio dos próprios sindicatos já não podiam manobrar, e apareceram então com tentativas de formação de sindicatos paralelos, alguns dos quais, curiosamente, encabeçados por pessoas que tinham já encabeçado listas concorrentes às direcções dos nossos sindicatos.

Apareceram, assim, com um direcção sectorial, numa direcção geral que tem centenas de trabalhadores no nosso sindicato e uma tentativa de formação dum sindicato dos chamados quadros técnicos do Estado. E preciso notar que os nossos sindicatos são verticais, e que a maioria dos quadros técnicos do Estado estão, de

facto, nos sindicatos verticais. Portanto, qualquer que seja a direcção, tem sido profundos fracassos, e muitos dos trabalhadores que tinham chegado a pedir a anulação da inscrição no nosso sindicato para se inscreverem num dos outros, estão a regressar, contando-nos, alguns mesmo por escrito, como se tinham deixado enganar, e as suas constatações de que esses «sindicatos» servem, exclusivamente, objectivos políticos, de divisão, e não defendem os seus interesses dos trabalhadores.

Para negociar com o Governo os novos salários e outras condições sociais e disciplinares, foi possível chegar-se à formulação dum proposta única e à eleição dum comissão negociadora na base de 23



A maioria dos Sindicatos não filiados, participa em todas as reuniões empreendidas pela CGTP-INT, em todos os plenarios, em todas as suas iniciativas e realizações

sindicatos, com linhas sindicais e direcções as mais diversas, filiados ou não na CGTP-INT, tendo sido a unanimidade votada a exclusão dos sindicatos paralelos dessa comissão. Esta plataforma da mais ampla unidade conseguiu, pela primeira vez, santar à mesa das negociações o 1.º Governo Constitucional. Veremos como os divisionistas vão encaixar mais esta estrofanosa derrota.

CAIANO — Eu pegava também no caso concreto do meu sector, os escritórios de Lisboa, para mostrar a que se crnduziu a prática sindical partidarizada, sectária e burocratizada, que aí se tem verificado.

O Sindicato dos Escritórios é um sindicato rico em militância. Era o 1.º portes do 25 de Abril, quando centenas de activistas, mais dezois forçados na luta

contra o fascismo, faziam dele um sindicato vivo e participado. A situação de desmobilização e de divisionismo a que se chegou, resulta, fundamentalmente, de os corpos directivos actuais terem saído dum lista totalmente constituída em termos partidários.

Os actuais corpos grandes puseram os grandes meios de que o Sindicato dispõe, não ao serviço dos interesses dos trabalhadores de escritório, mas do seguidismo em relação à política do Governo. Prosseguido uma prática sindical reformista, tem procurado, sem o conseguir, afastar os trabalhadores de escritório das iniciativas da CGTP-INT — veja-se a posição por eles tomada em relação à última manifestação — pela participação activa no projecto divisionista da Carta Aberta, de que têm sido um dos principais suportes, por uma prática sindical burocrática, fugindo ao contacto ao trabalho com as massas e privilegiando a solução dos conflitos de trabalho, mas dos problemas que surgem aos trabalhadores, pela via contenciosa. Dum sindicato

vivo e activo, passou-se a uma situação em que a desmobilização é generalizada.

HELDER — Em relação ao meu sector, as últimas eleições para o Sindicato dos Químicos de Lisboa reflectiram bem o espírito de unidade e a participação da classe no Movimento Sindical Unitário. Com 70 por cento de votos na lista unitária, as tentativas divisionistas ficaram amplamente desacreditadas.

Estamos certos de que o trabalho desenvolvido pela nossa Central Sindical em conjunto com todas as associações sindicais, quer as que estão filiadas, quer as que não estão filiadas mas participam no movimento sindical unitário, conduzir ao objectivo comum, que é a existência dum política sindical que de-

fenda todos os trabalhadores do país, para que se atinja a sociedade que todos nós desejamos, de onde desaparecerão os exploradores e os explorados.

CANDEIAS — O movimento sindical português é unitário por tradição, melhor, por uma necessidade histórica. Mas a consciência dessa necessidade tem-se grandemente ampliado nos últimos meses.

A defesa dos objectivos concretos e nacionais que orientam a luta dos trabalhadores, tem de estar baseada na unidade. Isto é a experiência que os metalúrgicos têm, e que já vem de antes do 25 de Abril. Os trabalhadores, combatendo o fascismo e a exploração capitalista, exploravam as situações concretas que enfrentavam nos sindicatos corporativos, ultrapassando as diferenças ideológicas e forjando a unidade do dia a dia.

Hoje se frivela de pluralismo sindical, não se discutia sobre sindicatos paralelos, não era um problema haver um ou três boletins num sindicato, não havia disputas sobre a existência de duas ou três comissões nu-

ma empresa, porque o fundamental era combater o fascismo, e ter a força de unidade necessária para lutar pelas aspirações mais prementes nesse altura. Já não há guerra, a unidade é hoje muito mais difícil. E é mais difícil porque forças estranhas aos trabalhadores actuaem dentro do movimento sindical, para o dividir, para o enfraquecer. Os agentes dessas forças não utilizam uma linguagem de direita, os fascistas não dizem que são fascistas, os inimigos dos trabalhadores não dizem que são inimigos dos trabalhadores.

Nos alertamos para o trabalho que tem que ser intensificado no combate aos elementos de direita que, infiltrados no nosso seio, usam uma linguagem de esquerda. O Comité não são só os sindicalistas, mas a qualquer trabalhador que se

considere de vanguarda, assumir a responsabilidade moral da denúncia do divisionismo.

Não queria terminar esta minha intervenção sem lembrar um caso que conheço de perto, a TAP, onde, pela formação de sindicatos profissionais em sectores específicos, 300, 400, ou 500 trabalhadores ficam isolados, num contexto nacional na óptica do qual têm de ser vistos os problemas de sindicatos fortes que têm, de facto, um grande poder de reivindicação.

MARCELINO — A minha experiência, no Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, é recente. As eleições realizaram-se há dias, e a lista unitária venceu, por ter votado mais que as outras três listas em conjunto.

Ao contrário das outras listas concorrentes que atacavam abertamente a CGTP-INT outras que não o diziam claramente mas que a atacavam na prática — a nossa lista defendia a unidade do movimento sindical e a participação activa do nosso sin-

dacato no movimento sindical unitário. As forças divisionistas saíram de tal forma derrotadas que a empresa, um grupo que se rotulava de «sindicalistas de esquerda» e usava a linguagem de slogans pretensamente revolucionários que já não enganam os trabalhadores, conseguiu, depois dum grande actividade, 30 votos no total dos 2.000 trabalhadores da empresa.

Isto mostra que os trabalhadores, ao contrário do que acontece há alguns meses atrás e em especial antes do Congresso de Todos os Sindicatos, apercebem-se, já, de quem fala uma linguagem de verdade e de coerência, de quem realmente defende as suas reivindicações, de quem está ao seu lado nos momentos importantes para a defesa das conquistas que os

trabalho não quem o ismo para

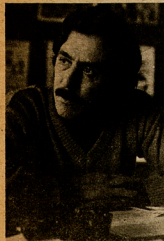
De trabo porco de três forças que vario pre se a confusã

sáveis.

Como impossíveis das f... dos sindicatos... a intenção... criação... nosso... de que... ser feitos... Jurante... esclareceram... codical e... ao result

ROSA — para cada dizer... os sindicatos na CGT... frequen... de inform... RTP

trabalhadores já fizeram e não querem perder, e de quem os arrasta com verbalismos românticos e ociosos para posições indefen-



Os trabalhadores têm que estar particularmente atentos ao porco da sua unidade e não dar tréguas, no combate, às forças que, nos momentos de vazio político e de crise, sempre se aproveitam para lançar a confusão

escandalosamente escancararam as portas a pessoas que, sem nenhuma representatividade, se propõem falar em nome dos trabalhadores — referências ao «grande número» de sindicatos não filiados na CGTP-IL. Eles lançam esta frase para o ar, não osando sequer formular a ideia que pretendem sugerir aos trabalhadores. Ao dizer que há um «grande número» de sindicatos não filiados, eles pretendem dizer que, porque não estão filiados, esses sindicatos estão contra a CGTP-IL.

Esta é uma falsa questão, que foi desmentida no Congresso de Todos os Sindicatos, em todos os plenários e nas grandes manifestações que se realizaram por todo o País ao longo do ano. Creio que é possível afirmar que a maioria dos sindicatos não filiados, participa em todas as lutas empreendidas pela



A Unidade é indispensável do Projecto Constitucional

sáveis.

Como já aqui foi dito, a impossibilidade dos divisões levarem por diante as suas posições, dentro dos sindicatos, e a sua recusa em aceitar a democracia interna do MSU, levava-nos à tentativa da criação de «sindicatos» paralelos. Pois também no nosso sector já há rumores de que tal tentativa está a ser feita, exactamente por aqueles que apregoavam. Durante as campanhas de esclarecimento, que não eram contra a unidade sindical e que se sujeitaram ao resultado das eleições...

ROSA MARIA — Talvez para acabar, eu gostaria de dizer alguma coisa sobre os sindicatos não filiados na CGTP-IL. Nós vemos frequentemente nos órgãos de informação, e ouvimo-lo na RTP e na RDP — que

CGTP-IL, em todos os plenários, em todas as suas iniciativas e realizações.

Isto passa-se com o meu sindicato, que não está filiado na CGTP-IL, e do qual participaram na manifestação do dia 19 de Novembro, em Lisboa, cerca de 7.000 trabalhadores.

Para os trabalhadores é cada vez mais claro que a democracia está na discussão dos problemas que nos unem e que nos dividem. E os plenários da CGTP-IL, abertos a todos os sindicatos filiados e não filiados — e não só os plenários mas toda a política sindical da CGTP-IL — têm permitido chamar à participação todos os sindicatos que estão de facto empenhados na defesa dos interesses de todos os trabalhadores.

E já agora, só mais uma observação sobre um outro

aspecto que não gostaria que passasse em claro. Nós pensamos que a unidade se desdobra e se fortalece com a participação de um número cada vez maior de trabalhadores nas suas organizações de classe. Isto, para lembrar que não existem ainda, no nosso país, estruturas que permitam à mulher trabalhadora uma grande participação nas lutas que lhe dizem directamente respeito. Ora é bom que não esqueçamos que a mulher representa mais de metade da nossa população adulta, e que a mulher trabalhadora constitui uma elevada percentagem da nossa população activa.

Pelo reforço da unidade, deixo aqui um apelo às trabalhadoras para que intensifiquem a sua participação nas suas organizações de classe, nas assembleias gerais, nos ple-

nários, nas comissões de trabalhadores, nas manifestações e comícios; e aos trabalhadores para que facilitem essa participação, tomando para si uma parte das tarefas que elas, para além do trabalho profissional, têm em casa, com os filhos, etc.

E, também, da participação da mulher trabalhadora que depende o re-

forço da nossa unidade.

ALAVANCA — Embora constataremos que os camaradas se preparavam para novas intervenções, temos que encerrar aqui este debate. Cremos, aliás, que os temas mais importantes foram abordados e que a síntese das intervenções, pela própria sequência, se impõe como uma avizidência: a unidade de todos os trabalhadores é condição essencial para a defesa da democracia e para a aplicação do projecto constitucional; mas essa unidade é, hoje, já tão forte, que não é possível governar este país sem respeitar a democracia e aplicar a Constituição. Isto é, não é possível a qualquer força política governar sem ouvir os trabalhadores, e muito menos governar contra os trabalhadores.



Os trabalhadores, ao contrário do que acontecia há alguns meses atrás e em especial antes do Congresso de Todos os Sindicatos apercebem-se, já, de quem fala uma linguagem de verdade e de coerência, de quem realmente defende as suas reivindicações

JORNADA DE LUTA EM VILA REAL, OVAR E PORTIMÃO

Por uma política ao serviço dos Trabalhadores

Em mais três distritos do país realizaram-se manifestações de trabalhadores, no âmbito das promovidas pelo Movimento Sindical Unitário a nível nacional.

Expressando a natural apreensão e repúdio dos trabalhadores e do Movimento sindical, face às constantes investidas contra as conquistas da revolução, e as consequências da política de direita que vinha a ser seguida pelo Governo, realizaram-se por todo o país grandes manifestações reflectindo o justo descontentamento dos trabalhadores e provando a sua firme disposição em defender as conquistas já alcançadas e em não permitir o prosseguimento duma política anticonstitucional e antipatriótica.

Vitória da unidade de todos os trabalhadores, estas grandiosas jornadas de luta provam também o reforço de organização do Movimento Sindical, barreira que as forças do passado não conseguirão destruir.

Vila Real: maior manifestação de sempre

Milhares de trabalhadores deste distrito realizaram no passado dia 10 de Dezembro, uma das maiores manifestações até hoje realizadas em Vila Real.

A manifestação convocada pelo Movimento Sindical, sob a égide da União dos Sindicatos do distrito, tinha como objectivos a luta contra o aumento do cus-

to de vida, contra os despedimentos e o desemprego, pelo cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, pela publicação das leis mínimas para os trabalhadores agrícolas, pela defesa da Constituição.

No comício intervieram José da Silva Gonçalves e Manuel Martins Fernandes, membros do Secretariado da União dos Sindicatos de Vila Real, e João Ribeiro, membro do Secretariado da CGTP-IN que salientaram o significado das lutas dos trabalhadores no actual momento político e a demonstração de firmeza e unidade da impressionante jornada.

João Ribeiro, a dado passo da sua intervenção, afirmou: «Os trabalhadores portugueses têm exigido a aplicação de uma política que sirva os seus interesses e os do País. Por isso, continuarão a exigir a aplicação de uma política que respeite a Constituição e as conquistas revolucionárias nela consignadas, que promova o desenvolvimento do país criando as condições que assegurem uma verdadeira e profunda justiça social, reforcem a democracia e garantam o exercício efectivo das liberdades.

«A presença massiva dos trabalhadores e das suas organizações de classe nesta manifestação, representa a afirmação clara de que estes estão firmemente decididos a continuar a luta pela concretização de tais objectivos, vontade que se irá transgredientemente prosseguida pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-intersindical

Nacional.»

Durante a concentração foram ainda aprovadas várias moções reforçando as ideias contidas nas palavras de ordem: «Trabalho Sim, Desemprego Não!», «Democracia Sim, Fascismo Não!», «CGTP, Unidade Sindical», «O Custo de Vida Aumenta, o Povo não Aguenta», «Os Trabalhadores São a Força da Nação.»

Ovar: Trabalhadores não temem tempestades

Nem o vento forte, nem a chuva impiedosa impediram milhares de trabalhadores do distrito de Aveiro de se manifestarem no passado dia 10 de Dezembro em

Ovar. Objectivos imediatos da jornada, a luta contra o desemprego e pelo direito ao trabalho; contra a repressão, pelas liberdades sindicais; contra o aumento do custo de vida, pela defesa das conquistas dos trabalhadores; contra as desintervenções, pela defesa das nacionalizações; contra o fascismo, cumprir a Constituição, defender a democracia; pela recuperação económica ao serviço dos trabalhadores.

Sob a égide da União dos Sindicatos de Aveiro, foram promotores da manifestação dezenas de sindicatos e comissões de trabalhadores do distrito, enquadrados no âmbito nacional das manifestações do Movimento Sindical Unitário.

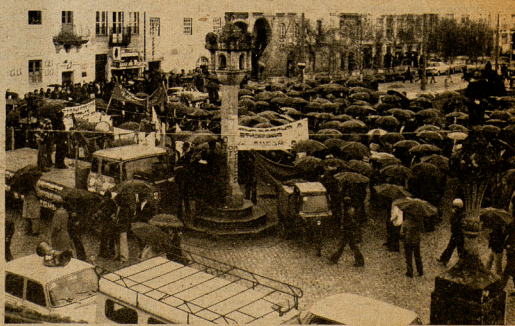
A concentração teve lugar no jardim do Parque da

Estação, após o que os manifestantes desfilarão até à Praça da República, onde se realizou um comício em frente à Câmara Municipal. Durante o desfile os trabalhadores não cessaram de repetir as palavras de ordem, expressão resumida das suas justas reivindicações e apreensões:

«Não queremos aqui o FMI!; «Contra a reacção, defender a Constituição»; «Contra o Fascismo Unidade dos Trabalhadores!; «Direito à Educação, Manda a Constituição!; e «Os Trabalhadores Dizem Não ao Governo da Reacção!», entre outras.

No comício usaram da palavra, um elemento da Comissão Organizadora da Jornada de Luta e António

Um aspecto de uma das maiores manifestações verificadas em Vila Real



Jorge, m
riado da
Foi ai
unanimi
uma mo
rigente
Gráficos
se decid
«Exigi
bro à re
tividade
e, paral
gração
lhadore
o abusiv
pensos
«Man
veemen
política
ditalista
Governo
foi a uni
situação
que nos
gir, que
«Grã
«Assar
ravel di
do o t
«A
gente
volução
Reforma
nalizaçã
rário, a
dicadas
duramen
«Man
do prote
aument
a actual
e a recu
de comp
política
trabalha
exigir a
dos Co
de Traba
enlame
«Exigi
das as
blicadas
ses dos
populaç
sua imp
que os t
dispost
crifícios
crise ac
ses sacr
nificio d
da eccl
«Decl
de qual
venha a
de ter a
posições
ses dos
economi
verifica
polític
nada ac
acontec
verno.»
Esta
tação de
lhadores

Jorge, membro do Secretariado da CGTP-IN.

Foi ainda aprovada, por unanimidade e aclamação, uma moção (lida por um dirigente do Sindicato dos Gráficos de Aveiro) em que se decidiu:

«Exigir que seja posto coberto à repressão sobre a actividade sindical existente e, paralelamente, a reintegração de todos os trabalhadores que prepotente e abusivamente foram suspensos ou despedidos».

«Manifestar o seu mais veemente repúdio pela política de recuperação capitalista seguida pelo ex-Governo, declarar que ela foi a única responsável pela situação de crise actual em que nos encontramos, exigir que a Constituição seja integralmente cumprida, expressar a sua firme e inalterável disposição em defender o texto constitucional e lutar pela defesa intransigente dos interesses da Revolução, nomeadamente a Reforma Agrária as Nacionalizações, o Controlo Operário, as liberdades Sindicais e outras conquistas duramente alcançadas,

«Manifestar o seu profundo protesto pelo constante aumento dos preços, exigir a actualização dos salários e a recuperação do poder de compra perdido com a política e as medidas anti-trabalhadores aplicadas, exigir a livre negociação dos Contratos Colectivos de Trabalho e o seu descongelamento;

«Exigir a revogação de todas as leis e medidas publicadas contra os interesses dos trabalhadores e da população, manifestar a sua inoperância, e declarar que os trabalhadores estão dispostos a fazer sacrificios para superação da crise actual desde que esses sacrificios sejam em benefício dos trabalhadores e da economia nacional;

«Declarar que a política de qualquer Governo que venha a constituir-se terá de ter em consideração as posições e os justos interesses dos trabalhadores e da economia Nacional. A não verificar-se esta condição, tal política ver-se-á condenada ao fracasso, como aconteceu com a do ex-Governo.»

Esta grande manifestação de unidade dos trabalhadores do distrito de Avei-

ro, prova plenamente a justeza das palavras dirigidas em Manifesto pela Comissão Organizadora da Jornada de Luta.

«O grande patronato, a direita, têm procurado dividir os trabalhadores, os Sindicatos e todo o povo, de modo a conseguir o regresso de Portugal ao 24 de Abril. Não o tem conseguido. Aos ataques encobertos ou descarados da direita e do grande patronato reaccionário, tem respondido os trabalhadores reforçando a unidade e a sua organização de classe. A resistência organizada e vigorosa dos trabalhadores às manobras do capital interno e externo obrigaram à mudança de métodos. O bombardeio e o terrorismo reapareceram como método de ferir da direita e do grande capital. E, enfim, o desespero que a resistência popular contra os ataques às conquistas democráticas e revolucionárias, provoca nos hostes fascistas.

«A manifestação fascista ultimamente realizada, em Aveiro, e a inexpressiva participação que obteve, é uma prova cabal do abandono à população e aos trabalhadores mereceu os instintos e acções das organizações fascistas e fascizantes que a convocaram. Os agricultores, proprietários e rendeiros não deram ouvidos à demagogia da CAP, mostrando assim, também eles, que não estão com as forças da reacção.

3333 «Em contrapartida, as grandes manifestações de massas que constituíram as jornadas de luta do dia 19, em Lisboa e do dia 19 no Porto, convenceram todos os Sindicatos contra o aumento do custo de vida dos despedimentos, etc. provam como os trabalhadores reforçam cada vez mais a unidade e estão dispostos a defender serenamente mas com firmeza as conquistas da Revolução ameaçadas.

Portimão:

Também no Algarve a luta continua

Perlo de 300 trabalhadores algarvios confirmaram,



Mesmo com mau tempo, os trabalhadores de Ovar manifestaram-se por melhores

na prática, o nome honroso dado ao largo de Portimão onde se concentraram: LARGO 1.º de Maio. De facto o 1.º de Maio forja-se diariamente na luta, nos escritórios, nas fábricas, nos campos. Primeiros de Maio necessários no enfrentar de manobras políticas da reacção, do patronato, do imperialismo.

No passado dia 3 de Dezembro, os trabalhadores algarvios, mais uma vez, disseram não à política anti-popular e antioperária de qualquer governo. Passado ou futuro.

«Os trabalhadores têm a alternativa para sair da crise, mas ela será em defesa dos direitos adquiridos e da Constituição e não em benefício do capitalismo!» — frisou, no meio de grande entusiasmo dos manifestantes, Raimundo Pedro, elemento da União dos Sindicatos de Faro.

A tónica, de unidade e firmeza, prolongou-se não só nas palavras de ordem, como na moção aprovada no comício, por unanimidade e aclamação. Nesta moção, os trabalhadores algarvios, interpretando as aspirações de todos os trabalhadores portugueses, reclamaram:

«Uma mudança da política em curso que ponha um fim ao aumento escandaloso do custo de vida, que

acabe com a repressão governamental e patronal, que ponha fim aos despedimentos e que melhore as condições de vida principalmente dos sectores mais desfavorecidos do POVO PORTUGUÊS;

«Uma mudança da política em curso de forma que sejam defendidas e consolidadas as grandes conquistas da Revolução (Reforma Agrária, nacionalizações, empresas intervencionadas e em autogestão) que seja respeitada a CONSTITUIÇÃO, e garantidos os direitos dos trabalhadores;

«Uma mudança de política de forma que sejam satisfeitos não só os interesses dos trabalhadores, mas também de outras camadas desfavorecidas da população, nomeadamente, pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes;

«Uma mudança de política que defenda a independência nacional perante a ingerência cada vez maior do imperialismo.

«Nestas condições, a recuperação económica do país é possível, com um grande esforço nacional que empenhe decisivamente os trabalhadores e aproveite as suas contribuições criadoras já demonstradas em numerosas empresas, e mobilize todas as ca-

masdas antimonopolistas que não querem o regresso ao passado fascista de exploração e opressão, e que constituem a maioria esmagadora do povo português. Os interesses dos trabalhadores identificam-se com os mais profundos interesses nacionais consagrados na Constituição. A unidade de todas as forças patrióticas com os trabalhadores é o caminho para sair das dificuldades actuais. Os trabalhadores, e as suas organizações de classe, têm um papel determinante a desempenhar para vencer a crise, e garantir o prosseguimento do regime democrático para as metas de libertação e progresso social previsto na Constituição.

«Nestas condições, os trabalhadores portugueses proclamam:

O prosseguimento do regime democrático, a defesa da Constituição, a vitória sobre as manobras e conspirações reaccionárias, uma solução democrática para a crise são possíveis com os trabalhadores.

— Qualquer pretensão de saída da crise ignorando os trabalhadores e contra eles, não só comprometerá o regime democrático, a recuperação económica e ainda independência nacional e o cumprimento da constituição da República Portuguesa».

Festas de Natal



Houve alegria e muito entusiasmo, nos milhares de crianças que encheram os vastos recintos do Palácio de Cristal, no Porto (dia 4) e do Pavilhão dos Desportos, em Lisboa (dia 10).

Em Lisboa, a festa de Natal destinada aos filhos dos trabalhadores, foi levada a cabo pela União dos Sindicatos (USL), e teve a participação dos familiares das crianças, que enchem por completo as escadarias e as galerias dessa enorme sala de espetáculos, que é o Pavilhão de Desportos de Lisboa.

A nota mais saliente desse ambiente festivo foi dada pelos milhares de balões coloridos que se viam por todos os lados, não só na sala como nas escaletas. Eram milhares e milhares mesmo levando em conta muitas dezenas dos que bentam e de algumas centenas que, tomados de asas do desuoido das mãozinhas infantis que os suportavam, através de finos cordões, se taram lançados para as alturas, onde somente as traças e o tecto dessa vasta sala os impediria de poderem voar pelos ares fora!

Na parte da manhã, houve torneios desportivos, com as crianças a praticarem futebol de cinco, patinagem artística e ginástica infantil.

No programa da tarde, propriamente festivo, colaboraram, com a activa participação vocal de milhares de vozes infantis, e com o entusiasmo que habitualmente põem nestas manifestações artísticas, despertando um grande entusiasmo na assistência, José Jorge Letria, José Barata Moura, Tino Costa, Carlos Mendes, Maria do Amparo, Carlos Moniz, Júlia Babó e o Conjunto de Jorge do Nascimento.

Houve, também, a participação de um grupo (trio) de teatro infantil, ilusionistas, malabristas e equilibristas, assim como os sempre indispensáveis palhaços, que vertiram a miudagem com as suas momicas, ao longo do espectáculo.

A sensação de alegria, de vivacidade, de infantilidade era dada pelas correrias constantes, ao longo de uma ampla parte da grande sala reservada para esse fim. Crianças de vários tamanhos e idades saltavam, pulavam, perseguiam, cabecavam, os balões «sem asas» que, tinham, como seus portadores agerados, a terra, em não quererem voar.

Na realidade, sentiu-se bastante entusiasmo de crianças que acorrem ao Pavilhão dos Desportos de Lisboa. Porque

a ban
as dia
ordem
rartir
dico
te da
nto re
nham
dizi
só fo
alegr
com
soube
espe
les, q
para
compl
do. No
natur
mais
perda
fio se
mãozi
r at
de sal
Nes
Pavilh
estive
public
dos pe
os co
nho, d
sia co
niado
cartos
força
ta. Est
vam s
ma: «
lhador
prémio
cursos
gues
tarde
Estad
S.L.
iniciat
filhos
Só que
fosi
a comp
ao fim
de rui
til, ser
rados
maner
duran
como
fustian
quanc
ala o

d

a barulheira que faziam, as diabruras eram de tal ordem que, podemos garantir, impediam uma audição razoável pela parte da assistência que se interessava por acompanhar quanto no palco se dizia e passava. E isso só foi (impossível pela alegria, pelo entusiasmo com que a mudança soube emprestar a um espectáculo que era deles, que tinha sido criado para eles, que lhes era completamente destinado. Nota curiosa era a da naturalidade com que os mais miúdos assistiam à perda do seu balão, cujo fio se soltava de suas mãozinhas, e os viam subir até ao tecto da grande sala de festas.

Nessas instalações do Pavilhão dos Desportos estiveram patentes ao público trabalhos enviados pelas crianças para os concursos de desenho, de pintura e de poesia com que o Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa quis reforçar a beleza desta festa. Esses trabalhos estavam subordinados ao tema: «O Natal dos Trabalhadores». Houve vários prémios para estes concursos, que foram entregues no decorrer desta tarde infantil.

Está de parabéns a U.S.L. por esta magnífica iniciativa dedicada aos filhos dos trabalhadores. Só que os menos «meninos» que tiveram de acompanhar de princípio ao fim este espectáculo de ruidosa alegria infantil, saíram como que varados pela ruidosa e permanentemente gritaria mantida durante tantas horas — como fruto da alegria esfusante da malta infantil quando sente que é para ela o espectáculo, quan-

do se sente em liberdade no meio de uma multidão de gente da sua idade, infantil e juvenil.

...E NO PORTO

As crianças, os filhos dos trabalhadores, foram os principais animadores da FESTA organizada pelos Sindicatos e pela União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, realizada em 4 de Dezembro no Palácio de Cristal no Porto.

Muita cor muita alegria, algumas «gulseirinhas (...)», e sobretudo, uma enorme vontade da pequenada de provar aos mais graduos que podem contar com eles no futuro próximo. Sim, porque as crianças de hoje, como referiu a camarada Conceição do Secretariado da USP numa curta intervenção, «são os trabalhadores e os dirigentes sindicais de amanhã!»

Grupos de Teatro Infantil, Ranchos, Cantores, Desenho, Pintura, Palhaços, jogos e muito, muito mais, preencheram o programa da FESTA DE NATAL - 1977.

Um esforço bem sucedido dos Sindicatos do Porto e da USP, que aproveitarão esta muito rica experiência para fazer mais e melhor nos anos seguintes.

As crianças merecem e continuarão a merecer do Movimento Sindical Unitário, a dedicação, o carinho e o empenho na luta por um futuro melhor para todas elas.



Aspectos do Pavilhão dos Desportos, em Lisboa (em cima), e do Palácio de Cristal no Porto (em baixo), durante as festas de Natal realizadas pela U.S.L. e U.S.P.



Para os filhos dos trabalhadores



É este direito emanado directa do principio democrático e constitucional da coloccão da imprensa e, em concreto, desses meios de comunicação — rádio e televisão — ao serviço do grande objectivo constitucional que é o de assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercicio do Poder pelas classes trabalhadoras, como ordena o Art.º 2.º da Constituição Política.

É este um direito essencial, pois, dos trabalhadores, de quem a Constituição exige a criação da sua unidade e dinamização para vencerem todos os obstaculos á transformação da nossa sociedade numa sociedade justa, e sociedade sem classes. Conforme ao repositio gritado pelo Art.º 1.º desta Constituição Política de 1976.

É assim esse direito de antenna um direito maior daqueles que, por essência, são o póvo em quem assenta a Soberania Nacional — Art.º 3.º da Constituição.

É porque é um direito maior, um direito fundamental, o legislador constitucional inscreveu-o no Titulo II da Constituição sob a grande designação de «Direitos, Liberdades e Garantias» e é assim que lhe surge aqui ao lado de outros tamanhos direitos como o do direito á vida.

É não e aquéle menos importante que este se tivermos em consideração que a melhor defesa do direito á vida está na organização e união dos mais efectivos em termos de Poderem criar necessidades e condições para que, na prática, essa consagração não seja apenas o reconhecimento á vida de alguns privilegiados, os hereditariamente, ou do modo seleccionados, possuidores dos bens protectores ou represados dos males.

No verdade, a vida, como tudo, defende-se melhor prevenindo que te-

mediando e assim, é na exercitação do direito ao trabalho, na efectivização da segurança nele e no alcance da sua remuneração justa, isto é, na criação e distribuição da riqueza pelos que a produzem, que a vida melhor se afirma e se garante.

Mas, para que tal aconteça, necessário que o emprego humilhado demostrem — que todos aqueles cuja vida depende do trabalho se organizem e se solidarizem em torno do objectivo comum que é a construção da sociedade dignificada pelo pleno emprego de todos, como condição de vida, a sociedade socialista.

É para esta organização seja total, seja uma força invencível, impõe-se uma mobilização profunda que vença a apatia, o medo, o obscurantismo e a inércia, acumulados ao longo dos anos.

Por tudo isto, o legislador constitucional, atento á linha dialéctica da vida ou rumo da história, apontou o caminho do socialismo para a nossa sociedade, por ser aí e só aí, que os verdadeiros direitos humanos se realizam. E os verdadeiros e grandes direitos humanos são o trabalho, a saúde, a cultura e a habitação para todos, e só quando forem para todos.

Com vista a este objectivo, necessário era que se armassem os que aqui anonymous construtores do mundo, que são os trabalhadores, com os apetrechos necessarios para criar o germen da eclosão social que em definitivo supulisse a secular toxicidade da igualdade entre os homens e sobre ela fizesse nascer a fraternidade na caminhada, a força na unidade de todos, a confiança no si-

A Constituição Política Portuguesa de 1976, no seu Art.º 40, n.º 1, atribuiu ás organizações sindicais e profissionais o DIREITO DE ANTENA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO, no mesmo diploma fundamental, no seu Art.º 18, n.º 1, garante e exige a aplicabilidade deste direito pelas entidades publicas e privadas.

A liberdade sindical definida no Art.º 57, n.º 1 da Constituição Política, antes de ser a consagração do principio da livre criação dum movimento ou organização sindical, é a manifestação da entrega constitucional aos trabalhadores do equipamento juridico mais eficaz para a criação da condição e garantia da construção da sua unidade em defesa dos seus direitos e interesses.

Este o esclarecimento que nos dá a leitura integral desse mesmo preceito constitucional e a necessidade de lhe dar sentido, pois, a «liberdade de associação», sindical ou outra, como fenomeno criativo já estava consagrada no Art.º 46 da mesma Constituição Política. A titulo exemplificativo, define aquelle Art.º 57, alguns instrumentos desse equipamento de defesa dos trabalhadores e suas organizações e, assim, enuncia a liberdade de constituição associativa a diversos niveis sindicais, a liberdade de inscrição, a liberdade de organização e regulamentação e o direito de exercicio de actividade sindical na empresa, etc.

Outros direitos assistem, porém, aos trabalhadores e suas organizações e que, por razoes de ordem técnica e não só, não foram aqui enumerados mas igual e mais fortemente estão garantidos quanto ao seu exercicio na Constituição Política e por isso, se impõem a todo o portador do Estado. É o caso do direito de antenna na Rádio e na Televisão consagrado no Art. 40 daquele Diploma fundamental.

Cesso final. De entre esses apetrechos que o legislador constitucional afirmou para a construção da unidade dos trabalhadores, tendo em vista, precisamente, o alcance da sociedade justa, um deles é, para além do direito de associação e liberdade sindical, o «Direito de Antena» atribuído pelo seu Art.º 40, às organizações sindicais.

É que, de sobremaneira, os atavismos apáticos, repressos e obscurantistas que o fascismo semeou com a olicia da sub-remuneração, do desemprego da incultura e da persiguição, impunham que entre os trabalhadores surgisse uma voz firme de Comando, de estímulo e de esclarecimento na luta pela unidade e pela denúncia e remoção das injustiças, que o legislador Constitucional já reviste, mesmo abalada a qualquer do fascismo, haviam de aparecer os fariseicos neopcorporativistas a pregar o «divisionismo» ou a «libertação» sindical entre os trabalhadores como modo de vencer a crise económica que esses próprios pregadores ou seus pais fabricaram.

Depois, a Constituição Política, no seu Art.º 2, destina aos trabalhadores o exercicio democrático do Poder na caminhada já para o socialismo. Mas como? Importava estimular e formar quadros de trabalhadores a nível do sector para o desempenho das grandes tarefas de mobilização dos inertes e orientação dos indolentes ou incredulos, com vista á obtenção da massa humana solidaria capaz de, pela unidade no objectivo comum, converter a quantidade de trabalhadores juntos em capacidade humana movente humana nacional dinamizadora da independência económica, do progresso e da satisfação equitativa das necessidades de todos.

Foi por isso que a Constituição, no seu Art.º 57, n.º 3, impõe á lei o dever de estabelecer as garantias adequadas da independência das organizações sindicais, fundamento da unidade das classes trabalhadoras. E é por isso que no seu Art.º 185, n.º 2, impõe ao Governo que defina e execute a sua politica com respeito á Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo, como



lhe impõe, no seu Art.º 200, alinea d), que pratique os actos que lhe sejam cometidos pela Constituição. E foi por isso, também, que a mesma Constituição, no seu Art.º 170, n.º 1, lhe atribuiu a Competencia necessaria para a iniciativa de lei.

Mas, ironia, hoje acusam-se os trabalhadores de impropriedade para o exercicio do Poder, de desorganização das empresas de não produção, de gastos excedentarios e não afilhos e, ao mesmo tempo, nega-se-lhes o uso do equipamento constitucional para que, por si, possam alcançar o senso geral do justo e possivel em cada momento, o informatico necessaria á gestão e desenolvimento equilibrado da empresa, a certeza aficante de que a grande produção é riqueza para maior distrib-

SOBRE O DIREITO DE ANTENA

As organizações sindicais e profissionais na Rádio e na Televisão

Por Lúcio Teixeira, Juiz de Direito

buição, o aviso de que em «Finanças de promessas» o desperdício de hoje é carência de amanhã.

E, paralelamente a essa contensão do avanço programado dos trabalhadores para a tomada constitucional do poder nos seus meios, escancararam-se as portas do mundo do capital, as suas garras do desemprego, da sub-remuneração e do analfabetismo e, depois, para o legítimo, expande-se a utopia de parcerias de forças sociais antagonicas e empurra-se para eles a subjugação dos trabalhadores em nome dum utilitarismo microbiano que a Constituição não consagra porque não lhe faitou o senso duma opção certa.

Foi para prevenir tudo isso que necessário se tornou definir o direito em nome de constitucionalização daqueles que são os constitucionais destinatários do Poder, e de denúncia ampla dos limites do alinhamento duma força social bastante forte que ara sempre acabasse com a exploração do homem pelo homem.

É que, quer esse abraço de unidade e esclarecimento, quer esse aleta para o perigo, só podiam ser levados com sucesso total a todos os trabalhadores, se transmitidos por aqueles meios de comunicação que se podem dizer, hoje, as asas da mensagem, o berço da opinião pública, que se impõem a todos pelo seu alcance e penetração: a rádio e a televisão.

Esta ateno o Legislador Constitucional a urgência imperiosa do eficaz exercício do direito de antena pelas organizações dos trabalhadores, e, por essa razão, em vez de o incluir no elenco do art.º 57 da Constituição Política entre a enumeração dos instrumentos da «Liberdade Sindical», levou-o para a categoria dos «Direitos, Liberdades e Garantias».

Com tal, qui-se não só significar o seu reconhecimento como «Direito Fundamental», como se quis atir-

bur-lhe o benefício da aplicação imediata previsto no art.º 18, n.º 1 do Texto Constitucional e que determina que os preceitos constitucionais referentes aos «Direitos Liberdades e Garantias» são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.

Contra essa aplicação, imediata do direito de antena às organizações sindicais, nada pode o pseudo argumento da indefinição da representatividade e crítica a seguir num estatuto escrito de criação de que, porventura, fale o mesmo art.º 40,º, a menos que se veja a esse estatuto ali colocado o que, adiat-teso, não é certo — como um espectro das restrições ou arárgaos cerceadores do exercício dos Direitos Constitucionais tanto a nível nos tabuleiros das constitucionais e Políticas de 1933.

Sejamos simples, não simplórios, e reconheçamos o que todos os dias vemos pelos nossos olhos e ouvimos dentro a rádio e a televisão, mesmo sem estatuto de informação.

Não, esse direito de antena tem aqui, também, exercitação directa e imediata e os «parágrafos eliminadores», se os há, eles são exteriores à Constituição e ate produzidos contra ela, que quis e tudo fez para que, a partir da sua vigência em 25 de Abril de 1976, ficasse em exercício pelos seus titulares as Organizações Sindicais.

Para tal criou o mecanismo apropriado, atribuiu-lhe a eficácia imediata, sua impo, desde logo, a Administração desses órgãos de comunicação, como aplicadores do direito vigente a propósito, a ultrapassagem da falta de estatuto escrito pelo improviso funcional.

É que « bom e bem » que nos habitamos a praticá-lo, em termos de direito ou de justiça não pode o regulamento ou a sua falta ser fundamento para contrariar ou destruir a lei, sobretudo se esta é a Constituição Política dum

ovo, como no nosso caso.
Pois, bem, a Constituição criou o direito de antena para as organizações sindicais e determinou que estas, seus titulares, o pudessem exercer imediatamente, sem dependência de qualquer regulamento. É este o único alcance possível do n.º 1 do art.º 18 da Constituição, quando determina que o preceito do seu art.º 40,º, que criou aquele direito, se aplica directamente e obriga entidades públicas e privadas ao seu cumprimento, isto é, obriga a administração da rádio e da televisão a facultar o acesso das organizações sindicais às suas antenas.
E que o único aspecto de excepção

o estatuto ou regulamento de informação foi o da representatividade e critério da distribuição de tempos. Estes aspectos, porém, nem contêm nem o exercício do direito de antena (o direito do acesso à antena) nem são ultrapassáveis emquanto a Constituição não tiver definido se o estatuto a que se referia era um estatuto escrito ou verbal, definitivo ou provisorio, interno ou externo, relativamente ao órgão de comunicação requerido e sua função.

Certo que a Constituição quis o exercício imediato deste direito, e este seu desejo constitucional é bastante para impor à entidade administrativa detentora da antena, que vença logo



dos os obstáculos à sua concretização e, assim, que adopte o conceito mais favorável de estatuto de funcionamento, enquanto o órgão legislativo, com competência, não emita a lei geral definitiva.

E outros obstáculos de natureza técnica, e aqui são os únicos legitimamente equívocos, não existem, já que a aferição da representatividade das organizações sindicais e a definição dum critério equitativo de distribuição de tempos para os diversos níveis da estrutura sindical constitucional, são aspectos de tal modo de termináveis objectivamente que um simples apelo a uma percepção sensata os dita.

Assim se queira... E se assim se não quiser nem fazer, nem por isso a Constituição deixou os trabalhadores desamados para afastar o obstáculo ao exercício do seu direito. A Constituição Política de 1976, integrada num ambiente dialéctico, já conta, com este tipo de obstrução ao seu desenvolvimento e, por isso e concretamente, no que respeita à aplicação directa e imediata do direito de antena às organizações sindicais, vai mais longe na sua garantia e, pelo seu art.º 279, expressamente vincula o Conselho da Revolução ao poder de recomendar aos órgãos legislativos competentes que emitam, em tempo razoável, as medidas legislativas necessárias para tornar exequíveis as normas constitucionais e, assim, a do seu art.º 40.º que permanece inconstitucionalmente inexecutável por omissão.

E para que esta inconstitucionalidade por omissão se não ficasse por uma mera consagração normativa sem actuação, estabeleceu a mesma Constituição, no seu art.º 281.º, a vinculação individual do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, do Primeiro-Ministro, do Provedor de Justiça e do Pro-

curador-Geral da República, à tomada da iniciativa para a sua declaração pelo Conselho da Revolução.

Como integral texto, fundamental que é a nossa actual Constituição Política, ela não podia deixar os trabalhadores e suas organizações entregues somente à definição ou indefinição do poder político e, suprindo-o, pôs-lhes ao alcance o recurso aos Tribunais, já para, emparelhando a aplicação do direito de antena às organizações sindicais, já para obterem a efectiva responsabilização civil do Estado e demais entidades públicas pelas actas ou omissões obstruidoras ou obnubiladoras do exercício desse direito de antena, como estatui o art.º 18.º n.º 1.º e o art.º 21.º da Constituição Política de 1976 que assim mesmo se expressa.

Há, pois, que cumprir e fazer cumprir esta Constituição, sobretudo nos pontos essenciais, como este, à execução do seu programa de vida, na certeza de que para ser constitucional não basta ao poder como tal autodenominar-se.

A constitucionalidade é uma prática de vida, e uma governação notada pelo cumprir e fazer cumprir a Constituição que nos rege e juramos, não se no aspecto formal e orgânico mas também, e sobretudo, no aspecto material, a pedra de toque que denuncia a aproximação ou desvio do que é justo, nos actos e omissões daqueles a quem foi confiada a sua guarda.

Vamos todos cumprir a Constituição Política da República Portuguesa de 1976, se necessário até recorrendo ao direito de resistência contra ordens que impeça o exercício dos direitos, sobretudo os nela mesmo consagrados como directamente aplicáveis, como o permite o seu art.º 20.º, n.º 2.º, até para qualquer outro direito menor.

LUCIO Teixeira



Efectuou-se em Lisboa, nos últimos dias de Outubro, uma importante reunião dos trabalhadores do Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico e cujas conclusões, embora com atraso, não queremos deixar de dar o merecido relevo.

Referimo-nos ao «Encontro Nacional dos Trabalhadores do Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico» que teve a participação de 200 delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, representando cerca de 90 por cento dos trabalhadores, a nível nacional, deste sector.

Os trabalhos foram divididos por três Secções, que se debateram atentamente sobre os problemas ligados a essa actividade, apresentando conclusões que foram aprovadas por unanimidade e aclamação, durante o Plenário de encerramento.

Damos, a seguir, um resumo das conclusões dessas três Secções de trabalho, a fim de melhor podermos dar uma ideia da grande importância que, para este sector da actividade nacional, assim como para os trabalhadores portugueses, em geral, teve este Encontro Nacional de Trabalhadores do Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico, que tanto tem batalhado pela Unidade dos trabalhadores e pelas conquistas de Abril.

As vias da reestruturação do sector de máquinas

Empregando actualmente cerca de 30 mil trabalhadores e exportando mercadorias no valor de cerca de 45 milhões de contos, o Sector de Máquinas, Aparelhos e outro Material Eléctrico e Electrónico é um sector cuja expansão e desenvolvimento em Portugal se deveu à política levada a cabo por Salazar e M. Caetano, através de isenções fiscais, protecção de mercados e facilidades de acesso ao crédito. A par da inexistência de qualquer controlo efectivo dos preços de importação e exportação e da limitação por via repressiva do poder contra-

tual dos Sindicatos, permitiu-se a instalação e/ou desenvolvimento de um conjunto de empresas multinacionais, que, trazendo consigo tecnologias sem correspondência interna (embora em alguns casos obsoletas a nível internacional), e desenvolvendo consideráveis aptidões produtivas de uma mão-de-obra, cujo custo era 4 a 10 vezes inferior ao dos seus países de origem, puderam expandir o Sector segundo um ritmo de crescimento superior ao verificado na generalidade das Indústrias Transformadoras.

Esta política de abertura ao imperialismo teve por consequência a quase total entrega do sector a empresas de capital estrangeiro, 15 das quais (num total de 223 empresas nacionais e estrangeiras) absorviam cerca de 75 por cento do volume total de vendas e 2/3 do emprego total. A isenção dessas empresas em poderosos grupos multinacionais muito sensíveis a alterações de carácter político-social, leva a que os destinos da larga maioria dos trabalhadores do sector e bem assim a riqueza nele gerada, estejam em quase total dependência de centros de decisão localizados no exterior, cujo comportamento ignora as necessidades nacionais, pautando-se no essencial pela obtenção do máximo lucro.

A profunda dependência do sector em relação a mercados externos tão concentrados e sensíveis a fortes flutuações conjunturais de cariz negativo constitui, naturalmente, uma forte

ameaça tempo-trabalho divisivas tor.

Actu nível nómico cresce forçadas tando destru Abril, deoçoço Agrário, cando cal e dos os balhad volta a a truição das libe Assi não nómico País, t «pacot tem tica mis o econo» A se

E

a dema política da cor satisfie capital estrange face à

act política ceira e

A contra inícia de 197 de 19 por un e decr sençia de re após o do fa quem d o o nómico se moc poder co dos tas e a Asp das pel cas e Comis res em trabal

as de
hado-
léctri-
co
ecido

S Tra-
terial
ção
omisa-
de
ional,

permi-
ou de
em con-
muni-
zando
is sem
inter-
ca
inter-
na
otões
mão-
era 4
o do
m, pu-
Sector
e cres-
verifi-
o das
mado-
o

aberto-
o teve
a quase
ector a
tal es-
or que
smpre
rangia-
de volu-
m 2/3
sencão
em po-
ultima-
íveis a
carácter
a que
a maio-
r a fi-
este-
depen-
e deci-
o exte-
o me-
sidades
o-se no
tenção

depen-
em re-
teridos e
s flu-
sais de
nstitui,
a forte

amega à estabilidade temporal dos postos de trabalho e dos fluxos de divisas originais no sector.

Actualmente, quer a nível político, quer económico, verifica-se uma crescente ofensiva das forças reaccionárias, tentando por todas as formas destruir as conquistas de Abril, fazendo tudo para denegar as Nacionalizações, a Reforma Agrária, o Controlo Operário, a Constituição, atacando o Movimento Sindical e procurando por todos os meios dividir os trabalhadores, querendo a volta ao passado, a destruição da democracia e das liberdades.

Assiste-se à deterioração da situação económica-financeira do País, tendo a política dos «pacotes» que o Governo tem posto em prática agravado ainda mais o já débil estado da economia portuguesa.

A saída do Pacote 2 é

vieram permitir que as teses-base elaboradas pela Comissão Organizadora do Encontro fossem enriquecidas e ampliadas pela experiência e pelos problemas concretos de cada empresa em particular e do sector em geral.

A apresentação dos problemas, a sua análise e discussão, as alterações formuladas demonstraram que os trabalhadores conseguem justificar as suas reivindicações sem perder de vista a situação económica das empresas, a garantia e expansão dos postos de trabalho e os interesses mais gerais do nosso País.

Faça a actual ofensiva concertada das forças capitalistas a nível económico e político, devem os trabalhadores, não só para a defesa do interesse nacional, mas também, para a garantia da estabilidade dos seus empregos e do sustento das suas famílias, dar uma resposta



meio, concluiu-se pela necessidade de a curto prazo se iniciar o processo de verticalização sindical do sector, procedendo à correspondente alteração nos Estatutos dos Sindicatos dos Electricistas Norte, Centro e Sul, de molde a que se altere radicalmente o panorama actual, criando as condições necessárias para que numa empresa um único sindicato represente todos os trabalhadores. Quanto ao segundo, concluiu-se pela necessidade imediata de levar à

zações e o Controlo Operário: se estão a defender as conquistas a nível de sector e de empresa.

Mas não basta só defender o que conquistámos pois é necessário continuar a lutar pela satisfação das reivindicações:

A NÍVEL DO SECTOR

Alargar a todas as empresas as regalias já em vigor para alguns locais de trabalho; Manutenção das regalias conquistadas; Melhoria das condições de trabalho, particularmente nos mais penosos ou pre-

res, poderemos alcançar a satisfação das nossas reivindicações, consolidar a Democracia e caminhar rumo ao Socialismo.

O «Encontro Nacional dos Trabalhadores do Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico», teve a presença dos seguintes organismos sindicais que foram, ao mesmo tempo, os seus organizadores: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas; Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio; Fede-

Encontro Nacional de Trabalhadores

a demonstração de que a política do Governo, iniciada com o Pacote 1, não satisfaz as exigências dos capitalistas nacionais e estrangeiros e fracassou face à resistência dos trabalhadores, e se deve pa-ssar a uma situação política, económica, financeira e social do País.

A ofensiva legislativa contra os trabalhadores iniciou no final do ano de 1976 e durante o ano de 1977, caracterizou-se por um conjunto de leis e decretos-leis que no essencial visaram a retirada de regalias conquistadas após o 25 de Abril, tentando fazer recair sobre quem trabalha e produz todo o custo da crise económica, alimentando desse modo a restauração do poder económico e político dos grandes capitalistas e agrários.

As propostas apresentadas pelos Delegados Sindicais e pelos membros das Comissões de Trabalhadores em representação dos trabalhadores do sector,

activa a essa ofensiva, resultando em dois conselhos e um organismo de reestruturação do Sector, orientado quer para a criação e defesa dos postos de trabalho, quer para a satisfação de necessidades básicas da população não satisfeitas, quer ainda para a redução do deficit interno, o que passa pela atenuação dos diversos locais de dependência que estão na origem desses problemas. As perspectivas existentes neste campo apontam para a obtenção e poupança a médio prazo, de 3 a 4 milhões de contos de divisas e para a criação de a 6 mil postos de trabalho.

Organização sindical do sector dos fabricantes de material

Dois grandes temas foram objecto de profunda análise: a verticalização sindical do sector e a organização sindical nas empresas. Quanto ao pri-

prática o Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, principalmente na parte que respeita à organização sindical, nomeadamente: Eleição de Delegados Sindicais que permita a cobertura total das empresas do sector;

Organização dos Delegados em Comissões Intersindicais e a constituição de Comissões específicas designadamente, de Controlo Operário, de Previdência, de Juventude, de Mulheres, de Higiene e Segurança.

Caderno reivindicativo e problemas dos trabalhadores do sector

A luta por estas reivindicações é parte integrante da luta mais geral dos trabalhadores portugueses, pela defesa e aprofundamento das conquistas do 25 de Abril. Daí que, defendendo a Reforma Agrária, as Nacional-

judiciais à saúde; Criação de infantários ou a concessão de um subsídio de creche; Aplicação do controlo operário e a sua necessária coordenação.

A NÍVEL DE EMPRESA

Abolição do trabalho a prêmio; Pagamento do tempo perdido para as idas às consultas no exterior; Alargamento dos direitos e regalias das mulheres trabalhadoras; Alargamento das facilidades aos trabalhadores estudantes; Aplicação de todas as conquistas conseguidas no CCT, nomeadamente quanto à reclassificação, pagamento de retroactivos, quadros de pessoal, comissões de seguros e de Higiene e Segurança, etc.; Obrigatoriedade do desconto pelo patronato das quotizações sindicais; Criação e melhoria dos serviços de refeição.

As conclusões aqui sintetizadas mostram que só reforçando a unidade e organização, em estreita aliança com as restantes camadas dos trabalhado-

ração dos Sindicatos dos Rodoviários; Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares; E dos Sindicatos dos Electricistas do Sul; Electricistas do Centro; Electricistas do Norte; Metalúrgicos de Aveiro; Trabalhadores Metalúrgicos do Alentejo; Metalúrgicos do Porto; Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa; dos Operários Químicos do Norte; dos Trabalhadores da Indústria Química do Centro, Sul e Ilhas; Moagens do Centro e Sul; dos Trabalhadores de Telecomunicações; dos Escritórios e Comércio do Distrito de Aveiro; e do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho.

O Secretariado da CGTP-IN fez-se representar por Manuel Carvalho que saudou os trabalhadores ali presentes e agradeceu, exortando-os a unirem-se, cadavre mais, em torno das suas organizações de classe.

Cada ramo do conhecimento tem a sua linguagem específica que, por vezes — quase sempre — não é facilmente acessível a quem não tenha feito estudos, mais ou menos aprofundados, na matéria respectiva.

Para quem não tenha sido iniciado nos mistérios do automobilismo e nas técnicas da mecânica e da condução, serão verdadeiramente frustrantes os intermináveis exercícios dialécticos dos cultores dessa especialidade, que se diriamos dessa nova mística.

Quem dentre os raros leigos da erudição futebolística, não se sentiu estrangeiro em terra própria nas 2.ª feiras que se seguem às «gloriosas» batalhas sobre o relvado?

Mas não é de automobilismo, ou de futebol que nos ocuparemos neste espaço da nossa revista, mas da «crise», dessa crise económico-financeira que a todos nos aflige, a todos preocupa e a muitos de nós ocupa e que se conta mede avalia e trata — na busca de soluções ou na crítica das soluções preconizadas — numa linguagem necessariamente específica para ser rigorosa, mas por vezes hermética como um ovo e agreste como varetas de chapéus de chuva alheios em dia de aguaceiros.

E, no entanto, essa linguagem como to das as outras, torna-se acessível a quem considere importante o seu domínio — e de que maneira é importante, para os trabalhadores, o domínio da linguagem económica! — a partir da explicação clara dos conceitos e da definição rigorosa dos termos utilizados.

Foi ao que meteu ombros o economista EUGÉNIO ROSA, que neste artigo faz — a pedido de «Alavanca» — a análise dos principais conceitos utilizados na CONTABILIDADE NACIONAL.

E continuaremos...

Balança comercial e défice da balança comercial

TODOS os anos Portugal compra e vende mercadorias ao estrangeiro. Isto é, importa e exporta mercadorias.

O quadro que tem, num dos lados o valor de todas as mercadorias que o nosso país vendeu a outros países — chama-se **Balança Comercial**.

Se as nossas exportações foram superiores às nossas importações, o País recebeu mais pelas suas vendas do que pagou pelas suas compras — então, houve **saldo positivo na Balança Comercial**.

Se, pelo contrário, as importações de mercadorias foram superiores às exportações de mercadorias, o País pagou mais do que aquilo que recebeu — houve, então **saldo negativo na Balança Comercial**.

Quando a Balança Comercial acusa um saldo negativo, diz-se que há **deficite da balança comercial**.

Em 1976, o défice da Balança Comercial Portuguesa atingiu 73 milhões de contos, e em 1977 deve alcançar os 110 milhões de contos. Portanto, num único ano, o défice da Balança Comercial Portuguesa aumentou 506 por cento.

Este, é um dos problemas mais graves que enfrenta o nosso País pois que, para cobrir o elevado saldo negativo da Balança Comercial, pediu-se dinheiro emprestado, com hipoteca de 50 por cento das nossas reservas de ouro; e chegou-se, mesmo, a vender, em 1977, 60 toneladas de ouro.

Balança de pagamentos e défice da balança de pagamentos

Para além dos recebimentos e dos pagamentos que resultam das exportações e das importações de mercadorias, um país ainda realiza recebimentos e efectua pagamentos, por outras razões.

No caso português, Portugal recebe dinheiro enviado



A linguagem da crise

pelos emigrantes, recebe dinheiro dos turistas, recebe dinheiro por serviços prestados ao estrangeiro (ex: transportes), recebe dinheiro resultante da importação de capitais, etc.; e faz pagamentos por serviço prestados ao nosso País por estrangeiros, por despesas realizadas por turistas portugueses no estrangeiro, por transferências de lucros para o estrangeiro etc.

O quadro que tem, num lado, o valor representativo de tudo aquilo que o País recebe (seja devido a exportações de mercadorias, seja devido ao recebimento das remessas dos emigrantes, etc); e, no outro lado, o valor de todos os pagamentos efectuados pelo País (seja devido a importações de mercadorias, seja por serviços prestados ao nosso País por estrangeiros, etc) — chama-se **BALANÇA DE PAGAMENTOS**.

Quando a soma dos recebimentos é superior à soma dos pagamentos, diz-se que há **saldo positivo na Balança de Pagamentos**.

Quando ao contrário, a soma dos pagamentos é superior à soma dos recebimentos,

diz-se que há **saldo negativo na Balança de Pagamentos**.

Ao saldo negativo da Balança de Pagamentos chama-se **DEFICITE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS**.

Em 1976, a Balança de Pagamentos de Portugal acusou um saldo negativo de 29 milhões de contos, e para 1977 prevê-se um défice de 48 milhões, ou seja um aumento de 65,5 por cento num único ano.

Produto interno bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) é o valor do que é produzido de novo, em cada ano, num determinado país.

Um exemplo imaginado tornará este conceito mais facilmente compreensível: Suponha-se que o valor da produção de uma fábrica foi, durante um ano, de 1 milhão de contos; e que, para produzir esse milhão de contos, aquela fábrica gastou — em matérias-primas, em energia etc — 600 mil contos, não estando incluídos, nesta verba, nem os sa-

lários pagos aos trabalhadores, nem os lucros, nem as amortizações.

Depois de retirarmos ao valor da produção de uma empresa tudo aquilo que ela gastou com essa produção com exclusão dos salários, dos lucros e das amortizações, teremos aquilo a que se poderá chamar **PRODUTO INTERNO BRUTO** dessa empresa, ou **valor acrescentado** por essa empresa.

Passando agora de uma fábrica para todo um país obter-se-á o Produto Interno Bruto desse país, fazendo o mesmo raciocínio para todos os sectores da actividade económica e adicionando os valores obtidos. Ou dito de outra maneira o PIB será o total dos **valores acrescentados** (que se têm retirando ao valor da produção de um ano tudo o que foi gasto com ela, mas que tinha sido produzido no ano anterior) num determinado país.

O produto interno poderá ser considerado ao custo dos factores (cf), ou a preços do mercado (pm). No primeiro caso serão adicionados os **impostos indirectos** e abatidos os **subsídios à produção**. No segundo caso serão adicionados os **subsídios à produção** e abatidos os **impostos indirectos**.

1.º caso:

$PIB\ pm = PIB\ cf + IMPPOSTOS\ INDIRECTOS - SUBSÍDIO\ À\ PRODUÇÃO$

2.º caso:

$PIB\ cf = PIB\ pm - IMPPOSTOS\ INDIRECTOS + SUBSÍDIOS\ À\ IMPORTAÇÃO$

Produto nacional

bruto (PNB)

SE adicionarmos ao Produto Interno os rendimentos provenientes do resto do mundo, e se retirarmos os rendimentos para o resto do mundo obteremos aquilo que efectivamente fica no País, e que, por isso, se chama **PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB)** que tam-

bém pode ser a preços do mercado ou ao custo dos factores.

A diferença entre um e outro — como atrás se referiu em relação ao PIB — é a seguinte: No primeiro (PNB a preços de mercado), estão adicionados os impostos indirectos e retirados os subsídios concedidos à produção; no segundo (PNB ao custo dos factores), não estão considerados os impostos indirectos e estão adicionados os subsídios à produção.

Rendimento

Nacional

Se ao Produto Nacional Bruto ao custo dos factores, se retirar as amortizações, obter-se-á o **PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO** ao custo dos factores, que é o **RENDIMENTO NACIONAL**.

O rendimento nacional também pode ser considerado ao custo dos factores e aos preços de mercado.

É precisamente o Rendimento Nacional que depois é repartido pelos trabalhadores sob a forma de salários e outras formas de remuneração; pelos capitalistas e proprietários sob a forma de lucros e rendas; que fica nas empresas sob a forma de poupança; que vai para o Estado sob a forma de impostos directos, etc.

Portanto:

$RN = SALÁRIOS\ E\ ORDENADOS + RENDAS + JUROS + LÚCROS + IMPPOSTOS\ DIRECTOS\ DAS\ SOCIEDADES$

Segundo dados constantes no estudo que acompanhou a Proposta de Plano para 1978 enviada à Assembleia da República pelo Primeiro Governo Constitucional a parte do Rendimento Nacional que coube aos trabalhadores apresentou, depois de 1974, a seguinte evolução:

PARTE DOS SALÁRIOS NO RENDIMENTO NACIONAL

1974	52,2 por cento
1975	63,2 por cento
1976	59,4 por cento
1977	51,7 por cento

A diminuição da parte que os salários representam no Rendimento Nacional verificada a partir de 1975, é a con-

sequência inevitável dos preços a partir desse ano, terem aumentado muito mais do que os salários, contrariamente ao registado nos dois primeiros anos da Revolução. Neste campo estamos-nos a aproximar vertiginosamente da situação existente no último ano do fascismo, e que se traduz na prática, por um lado, por uma baixa rápida do nível de vida das classes trabalhadoras; e, por outro lado por uma diminuição do mercado interno, o que está a criar graves problemas a muitas empresas, que não conseguem vender uma parte crescente da sua produção.

Eugénio Rosa



DOIS ACTIVISTAS SINDICAIS FALAM SOBRE

O Movimento Sindical na Madeira e nos Açores

E do conhecimento público que o problema do Movimento Sindical nas Ilhas tem origem (e continua a conhecer) dificuldades de várias ordens. E que, contrariando a roda natural da História e a vontade dos trabalhadores, forças reaccionárias tudo têm feito para que o movimento sindicalista ilhéu depara com os maiores contratempos e dificuldades. Tanto para a criação do Movimento Sindical como para o seu desenvolvimento. A tal ponto isso tem sido, e continua a ser, que até os próprios Governos Regionais dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores têm, por todos os meios ao seu alcance, boicotado a aplicação de contratos colectivos de trabalho de âmbito nacional — como se os Açores e a Madeira fossem casos à parte da nação portuguesa!

Em face deste importantíssimo problema, pudemos falar com Artur Teixeira e Clemente Alves, membros da CAMSI (Comissão de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas) acerca dos problemas que mais afectam, nos aspectos laboral e sindical, as populações desses arquipélagos.

ALAVANCA Como se apresenta o movimento sindical na Madeira e Porto Santo?

ARTUR TEIXEIRA No que respeita à Madeira, existem 20 Sindicatos. Destes, apenas 4 têm uma certa e regular actividade e organização. São eles: Construção Civil, Escritórios, Indústria Hoteleira e Bordados. A média de inscrições nestes Sindicatos anda à roda dos 5.000 trabalhadores em cada um. Quanto aos outros Sindicatos, o número de trabalhadores inscritos oscila entre os 150 e os 200, o que, de certo modo, dificulta o reforço da organização do Movimento Sindical nas Ilhas. Porque, na realidade, estes Sindicatos são forçosamente de escassos recursos económicos e materiais e a sua actividade é condicionada pelo reduzido número de filiados.

Além disso, existem uns 60 Sindicatos no Continente que representam os interesses dos associados nas Ilhas, como, por exemplo: Bancários do Sul e Ilhas, Oito de entre estes Sindicatos têm as suas próprias delegações nas Ilhas. São eles: Gráficos do Sul e Ilhas, Construção Civil, Electricistas do Sul, Correios e Telecomunicações, Marinha Mercante, Navegação e Pesca, Bancários

do Sul e Ilhas, Ajudantes de Farmácia e Sintel.

Verifica-se, igualmente, um enorme desejo de trabalho, no que se refere a uns 50 por cento dos Sindicatos com sede própria, mas de menores recursos humanos e materiais, no sentido de melhor se poderem organizar. Assim, depois de um longo trabalho de dois anos, já conseguiram que fossem aprovados os Estatutos para a respectiva União Distrital de Sindicatos.

ALAVANCA E nos Açores? O que tem feito com a finalidade de desenvolver o Movimento Sindical?

CLEMENTE ALVES — As dificuldades para se conseguir um Movimento Sindical válido nos Açores têm sido, e continuam a ser, enormes. Não só pela pequenez da sua indústria como, em especial, pelas dificuldades económicas que atormentam os trabalhadores ilhéus. Por tais razões, não surpreende que seja muito reduzido o número de trabalhadores filiados nos Sindicatos. Porque é fraca a concentração de trabalhadores, em face da pequenez da indústria lá instalada.

De modo geral, os Sindicatos estão organizados por núcleos de trabalhadores no activo. Exemplificando o melhor este problema:

o Sindicato de Transportes e Turismo abrange trabalhadores não somente dos transportes e do turismo como, também, os da hotelaria, os metalúrgicos, os barbeiros, etc.

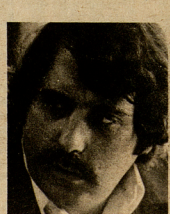
A dissimelhança destas actividades e a fraca concentração de trabalhadores em cada um dos ramos e dos núcleos põe ao Sindicato problemas de várias ordens, especialmente quando da negociação da contratação de trabalho. Por outro lado, os Sindicatos não têm capacidade económica, nem possibilidades materiais, para poderem realizar um trabalho eficaz e continuado. Escasseiam aparelhos técnicos capazes de responder às necessidades presentes e constantes dos trabalhadores.

Além disso, o Governo Regional dos Açores tenta impedir, por todas as formas e meios, o desenvolvimento da organização dos trabalhadores, especialmente à base sindical. Tenta impor aos Sindicatos um processo de regionalização que visa, no fundamental, criar condições para a independência (desligação) efectiva dos Açores sobre as leis do Continente, com o claro objectivo de isolar ainda mais os trabalhadores ilhéus dos seus irmãos de classe do Continente, impedindo-os de serem abrangidos

pela contratação negociada no Continente.

ALAVANCA Mas tem havido, da parte do Movimento Sindical do Continente, iniciativas de apoio ao desenvolvimento sindical nas Ilhas?

ARTUR TEIXEIRA A partir das iniciativas dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Gráficos do Sul e Ilhas, da Federação dos Sindicatos da Indústria Hoteleira, de repre-



ARTUR TEIXEIRA «tem de dizer-se claramente que o Governo Regional tudo tem feito para exercer pressões sobre os Sindicatos»

sentantes da CGTP-IN nos Açores — na Madeira, e ainda, do Secretariado da CGTP-IN, que se reuniram em 13-5-1977, em Lisboa, nasceu a CAMSI, que se propunha estudar mais profundamente a situação sindical nas Ilhas e tentar procurar as melhores soluções para que o Movimento Sindical, nesses Arquipélagos, viesse a ter o desenvolvimento que merece. Assim, depois disso, um delegado da CAMSI deslocou-se, por duas vezes, à Madeira e aos Açores, para colaborar no reforço do Movimento Sindical ilhéu. Propôs-se, nes-

se sentido, a constituição de Unões de Sindicatos, ao mesmo tempo que essa Comissão enviava, como primordial solidariedade, para o Funchal, Horta e Terceira, máquinas de escrever e um projector.

Estamos tentando, agora, conseguir meios de oferecer a essas Unões Sindicais todo o material e mobiliário que necessitam para as poder tornar mais funcionais e melhor apetrechadas, de forma a poderem defender, mais eficazmente, os interesses dos trabalhadores.

Independentemente desta solidariedade, a CAMSI comprometeu-se a realizar colóquios sobre os mais variados temas de interesse geral, entre os quais Economia, Sindicalismo, Informação, etc. Pensa-se que esta actividade solidária durará uns cinco a seis meses. Também já em vista a realização em Lisboa, Porto e Coimbra de três grandes espectáculos para angariação de fundos, durante os quais se procurará dar a conhecer melhor, aos trabalhadores do Continente, as grandes dificuldades, e as lutas existentes nas Ilhas, no que se refere a relações de trabalho e de sindicalismo.

CLEMENTE ALVES

Voltando ainda ao ponto anterior, quero realçar o apoio que o Governo Regional tem dado ao patronato e suas associações, com manifesto prejuízo para os trabalhadores. Isto tem sido verdadeiramente escandaloso. Os Tribunais de Trabalho praticamente não funcionam. Existem processos por julgar com mais de 15 anos! Espantoso! A inspeção do Trabalho, pelo menos nas Ilhas da Terceira e do Faial, não actua

quando
Sindical
independe
outra la
esta di
atenção
briemas
existem
tes da
cialmen
elemento
que tem
todo o a
tivo e a
do Gover

À org
da FLA
mento d
trabalha
independ
cientes
defenso
de expli
briemas
des, que
ves, po
Sindical
ênencia
justas co
trabalha
pela me
dições c
lho.

Não o
do apol
gional r
reacção
ameaças
hoadores

Indep
solidarie
a CAMSI
compreteu-se a realizar
colóquios sobre os mais
variados temas de interesse
geral, entre os quais Econo
mia, Sindicalismo, Informa
ção, etc. Pensa-se que
esta actividade solidária
durará uns cinco a seis me
ses. Também já em vista
a realização em Lisboa,
Porto e Coimbra de três
grandes espectáculos para
angariação de fundos,
durante os quais se procura
rá dar a conhecer melhor,
aos trabalhadores do Conti
nente, as grandes dificulda
des, e as lutas existentes
nas Ilhas, no que se refere
a relações de trabalho e
de sindicalismo.

Volto
ainda a
o ponto
anterior,
quero
realçar
o apoio
que o
Governo
Regiona
l tem
dado
ao patronato
e suas
associações,
com
manifesto
prejuízo
para os
trabalha
dores. Isto
tem sido
verdadeiramente
escandaloso.

Os Tribu
nais de
Trabalho
praticamente
não
funciona
m. Exista
m proces
sos por
julgar
com mais
de 15
anos! Espantoso!

A inspec
ção do
Trabalho,
pelo menos
nas Ilhas
da Terceira
e do Faial,
não actua

ALAVANCA
traz juízo
ao Movim
lhas?

ARTUR
Teixeira
toda-se,
possibili

quando é solicitada pelos Sindicatos, alegando que é independente destes. Por outro lado, e a par de toda esta deliberada falta de atenção para com os problemas dos trabalhadores, existem ameaças constantes da FLA, que é essencialmente constituída por elementos do PSD/PPD e que tem representantes em todo o aparelho administrativo e até no próprio seio do Governo Regional.

A organização terrorista da FLA ameaça constantemente os sindicalistas e os trabalhadores mais conscientes e combativos, mais defensores da sua classe de explorados. Mas, apesar de todas estas dificuldades, que são grandes e graves, pode dizer-se que os Sindicatos têm sabido, no essencial, encontrar formas de mobilização dos trabalhadores para lutarem pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Não obstante o descaído apoio do Governo Regional ao patronato mais reaccionário e das ameaças da FLA aos trabalhadores, algumas grandes lutas têm sido levadas a cabo nos Açores. Tomemos como exemplo a que os trabalhadores da Empresa E.U.T., de Angra do Heroísmo, desenvolveram pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, contra a sabotagem económica, forçando à necessidade de intervenção do Governo Central, que acabou por dar razão aos trabalhadores!

É, agora, propriamente a pergunta de facto, para a continuação do êxito da luta dos trabalhadores e dos Sindicatos, nos Açores, a solidariedade activa do Movimento Sindical do Continente terá sido fundamental. Esta ajuda deve ser e tem de ser... aumentada, multiplicada, de forma a que os Sindicatos açorianos possam continuar a desenvolver a sua actividade e levar de vencida, no mais curto prazo possível, a reacção e o separatismo.

ALAVANCA Que outras ajudas estão previstas ao Movimento Sindical das Ilhas?

ARTUR TEIXEIRA Estuda-se, neste momento, a possibilidade de se conse-

guir, em princípio, a criação de um Fundo de Solidariedade baseado em 1.000 contos. Depois, pelas dificuldades expostas pelos Sindicatos madeirenses, a CAMSI pediu audiências a diversas entidades oficiais, entre as quais ao Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério do Trabalho, Secretaria de Estado das Pescas e do INATEL.

Com estas duas últimas organizações, já discutimos e, pela parte do INATEL, o problema parece ter ficado, em parte, resolvido, pois os Sindicatos da Construção Civil e da Indústria hoteleira têm já representantes seus na Delegação madeirense do INATEL.

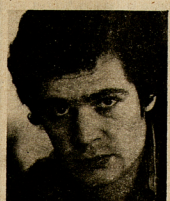
Quanto à Secretaria de Estado das Pescas, o eng.º Pedro Cuelho, com quem nos avistámos em 4 de Novembro passado, em dois recenimentos sobre a falta de redes de frio, dizendo que não existe no Funchal esse melhoramento devido ao impedimento do Governo Regional, pois a Noruega está na disposição de lá montar uma mini-rede de frio gratuitamente, a que o Governo Regional se opôs, está agora. Além disso, existiu um barco congelador em Lisboa, há cinco meses, pronto a seguir para a Madeira, mas que o Governo Regional não permite que vá por motivos, segundo se crê, socio-políticos.

Entretanto, o Governo está a pensar na montagem de uma fábrica de conservas, com capital misto, no sentido de eliminar problemas de postos de trabalho. Porque na ilha de Porto Santo, a única fábrica de conservas de peixe existente foi encerrada pelo patrão, (um italiano manhoso e fascista, grande admirador de Mussolini) que para esse encerramento alegou «falta de matéria-prima» o peixe o que provocou o desemprego de cerca de 200 trabalhadores. O pior de tudo é que o Governo não tomou, até agora, nenhuma medida em relação a este atentado contra os interesses da economia nacional e dos trabalhadores portugueses.

Mas a Comissão sabe que esta fábrica nunca teve problema de falta de peixe, porque até ao 25 de Abril de 1974, sempre hou-

ve tido para a fábrica laborar sem interrupção. Após o 25 de Abril é que o patrão italiano chegou à conclusão que as condições de feroz exploração em que mantinha os trabalhadores portugueses não podiam continuar. E por isso, resolveu encerrar a fábrica, em 1975, com a (falsa) desculpa de não ter peixe para continuar a laboração da fábrica.

CLEMENTE ALVES — Um dos sectores importantes da actividade nos



CLEMENTE ALVES — «Não obstante o descaído apoio do Governo Regional ao patronato mais reaccionário...»

Açores é o dos trabalhadores agrícolas e dos rendeiros. Apenas na Ilha de S. Miguel existe organização de trabalhadores agrícolas. Os Sindicatos existentes são muito fracos, sem recursos económicos, embora haja da parte dos seus dirigentes muita vontade de alargar, mesmo contra todas as dificuldades, a sua influência e organização dos trabalhadores agrícolas. Nestes Sindicatos há a consciência de que só com a ajuda activa e constante dos Sindicatos do Continente poderão resolver os seus mais agudos problemas. A ajuda financeira, técnica e de material de escritório é muito necessária e urgente e deverá merecer da parte do Movimento Sindical do Continente uma resposta rápida e positiva.

No que diz respeito aos rendeiros, o Movimento Sindical considera, também, fundamental o apoio que vier a ser dado à organização e à resolução dos problemas desta larga camada da população açoriana. De facto, cerca de 60 por cento da população activa dos Açores é constituída por rendeiros, na maior

parte, e por pequenos proprietários rurais. Os problemas do arrendamento rural, aficados pelo Governo Regional do PPD/FLA, que é de 1.000\$00 por alqueire ao ano, tem contribuído, nos últimos meses, para uma mais rápida tomada de consciência destes trabalhadores, que até então eram presa fácil da exploração caciquieira que os enganava para melhor da exploração. Daí que ao Movimento Sindical se peça todo o apoio possível para ser dada uma solução ao problema da terra, que é de fundamental importância, na medida em que é determinante ainda nos Açores a exploração agrícola feita pelos próprios operadores das fábricas, que são igualmente, na sua maior parte, pequenos rendeiros, e que sofrem, desta forma, os efeitos do aumento do preço nas rendas.

ALAVANCA — A que atribui as dificuldades do desenvolvimento sindical nas Ilhas?

ARTUR TEIXEIRA

Tem de dizer-se claramente que o Governo Regional tudo tem feito, tudo faz, para exercer pressões sobre os Sindicatos de forma a minimizar o desenvolvimento, a força e a organização dos mesmos. Tais pressões têm ido até ao extremo de querer forçar os Sindicatos a concordar com uma Contratação Colectiva sobre salários, condições de trabalho, etc., diferentes das que se praticam no Continente.

Além disso, existe uma inspecção de Trabalho, cujo Tribunal resolve, regra geral, as contendas com os trabalhadores, a favor dos patrões. A prática geral é simples: os patrões levam 2 ou 3 «testemunhas» por eles arrematadas, ao L. T. ou Tribunal do Trabalho, dizendo que não pode pagar maiores salários do que os que paga. E, com tais «testemunhas», normalmente os processos ficam arquivados. Quando os trabalhadores pretendem, mais tarde, saber a decisão do Tribunal, crentes de terem tudo a razão, já os processos estão arquivados e sem viabilidade de poderem reclamar contra os injustiças dos «juízes».

Os serviços médico-so-

ciais da Previdência são outros tantos problemas a serem gerados, na prática, o nome que possiem. Há apenas 2 radiologistas e 1 oftalmologista para atender a população laboriosa açoriana, na maior parte dos doentes passam semanas e meses sem receber os cuidados clínicos de que estão carecidos. Existem mais médicos na Madeira. Mas estes, com consultórios privados, desligados da Previdência, têm uma clientela de gente rica, que não têm dificuldade alguma na utilização de seus serviços, graças ao dinheiro.

Todavia, há a salientar, no consenso geral da situação nas Ilhas, coisas positivas, como sejam as vitórias das listas unitárias nas eleições para a direcção dos Sindicatos de Construção e do Continente Civil, que são dos Sindicatos mais importantes.

A Indústria Hoteleira tem, pela primeira vez na sua história, na ilha de São Jorge, à frente dos seus destinos, caso que até agora nunca tinha acontecido.

ALAVANCA — Sobre política de informação sindical, em que estado se encontra este importante problema?

CLEMENTE ALVES

Quanto ao problema da informação sindical, os trabalhadores açorianos que contactámos manifestam muita vontade de acompanhar de perto os problemas dos trabalhadores do Continente, ao mesmo tempo que desejam que no Continente os trabalhadores tenham a melhor solução dos seus problemas, as suas lutas, as suas aspirações, de maneira a que melhor possam identificar-se com as mesmas. Nesse sentido, solicitamos aos Sindicatos do Continente o envio dos seus boletins informativos, na medida do possível incluindo neles matéria sobre os problemas laborais, sociais e sindicais, assim como as lutas dos trabalhadores ilhéus.

Os contactos dos Sindicatos e das Federações Sindicais do Continente com os dos Açores são de fundamental importância para a actual situação de muitos dos problemas com que os trabalhadores

“O CAMPO DE MAJDANEK”

campo de extermínio, mas simbolizam, igualmente, a constante esperança na vitória final, de quantos sofreram e morreram em Majdanek.

Este bloco abre a via da homenagem e da memória, longa de vinte e cinco metros, que conduz ao monumento. Nos muros que cercam a abrupta escada que desce vários metros no solo para uma inscrição de fonte uma sentida explicação:

«As vitimas do genocidio hiteriano»

No fundo desse lugar, que parece um término de um defluidor cavado em funda rocha, uma estreita saída, cujas pedras dão a sensação de virem a desabar de um instante ao outro, e que simboliza a grande dificuldade, a quase impossibilidade, dos presos poderem fugir desse infernal campo de extermínio nazi. Depois, outra escada, tão íngreme e perigosa como a primeira, para se poder sair desse fosso. Desta maneira, o engenheiro-arquiteto-escultor polaco Wiktor Tolkin, autor desse projeto, quis significar quão difícil e dura era a vida dos prisioneiros nesse campo de concentração, assim como era perigosíssima, e quase impossível, qualquer tentativa de fuga desse inferno.

Do lado esquerdo da via da homenagem, construíram-se seis pequenos monumentos-fogos, com as inscrições de: 15.39, 1940, 1941, 1942, 1943 e 1944, lembrando, dessa maneira, as datas fatídicas da ocupação da Polónia pelas hordas nazis e, também, o período em que esse campo funcionou.

O outro elemento do monumento que é o mausoléu-panteão, encontra-se, em li-

nha recta, a um quilómetro de distância, num caminho que leva ao que restá, conservado religiosamente, do que foram partes dessas construções de extermínio em massa. Lá se encontram ainda um dos fornos crematórios, com as cinzas e restos de lenha mal arida, tal qual como estavam no momento da recaptura desse campo pelos exércitos libertadores soviéticos. Também, ao lado, uma das câmaras de gás, pode verse, ainda, o quarto de banho do comandante alemão do campo, com uma enorme banheira, cuja água quente era a mesma que

tos de homens, mulheres e crianças, assassinadas e depois queimadas em colossalis fornos crematórios. Este mausoléu-panteão tem a configuração de uma imensa urna redonda, cuja cúpula, coberta e transparente, se eleva, de forma côncava, a alguns metros desses despojos humanos. Tem-se a sensação que um invisível véu cobre essas cinzas humanas, esse enorme túmulo colectivo de tantíssimas vítimas desse terrível negro, que foi o nazismo.

Os visitantes podem penetrar no recinto desse mausoléu-panteão sob uma

mun dos fuzilados. Os rebordos dessas fossas foram consolidados para que tais provas da barbarie fascista não venham a derruir e destruir para sempre, dessa forma, tão importantes documentos para a história do genocidio hiteriano na Polónia.

O campo de concentração de Majdanek, concebido como centro de extermínio em massa e para a capacidade de 250.000 pessoas, abrangia uma área de 270 ha, e compunha-se de cinco campos de barrações. Cada campo tinha vinte e duas dessas enormes habitações de ma-

mo rborço dessa barreira eletrificada, havia dezoito guaritas, da altura de dois andares, ao longo de toda a parte exterior do campo. Nessas guaritas, sentinelas, escolhidas pela sua ferocidade, munidas de holofotes, de metralhadoras e granadas, velavam dia e noite, sem descanso. Toda a área exterior que circundava esse campo, e que se separava das aldeias e vilas vizinhas por escassos quilómetros, estava guardada, além do mais, por uma cadeia de postos SS armados e reforçados com cães policias.

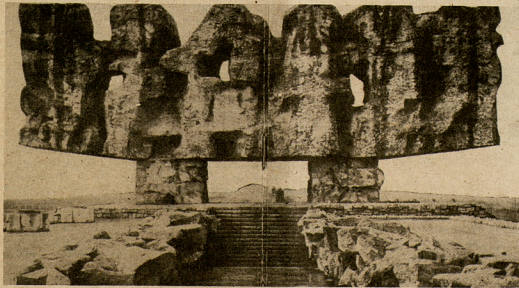
Entre os campos 1 e 2, e 4 e 5, existia um largo espaço a que os alemães chamavam entre-campos, e que servia, entre outras coisas, para a passagem de revista aos prisioneiros.

Foram construídas sete câmaras de extermínio pelo gás, duas das quais instaladas no primeiro dos entre-campos. E dos cinco fornos crematórios existentes em Majdanek, um deles foi igualmente construído no primeiro desses entre-campos. Outras quatro câmaras de gás foram construídas perto do campo cinco. E a restante junto das instalações do outro forno, o maior forno crematório desse campo de morte, por detrás do campo cinco.

A importância que os assassinos alemães davam a este campo era tão grande que chegaram a criar filiais do mesmo em Blizyn, Budzyn, Radon, Varsóvia e duas outras até na própria cidade de Lublin.

Por este campo passaram e morreram prisioneiros de mais de 50 nacionalidades. Mas o maior número de assassinados foi, sem dúvida, composto por polacos.

O pessoal SS empregado na manutenção desse campo era de 1200 nazis. E as condições de existência nesse campo eram tais que o vestuário, o alojamento,



Monumento dos mártires da nação polaca, à entrada do Campo de Concentração de Majdanek

servia as instalações onde os prisioneiros eram exterminados. A algumas dezenas de metros deste lugar de destruição em massa, foi construído o mausoléu-panteão, dentro do qual estão conservadas as cinzas dos prisioneiros assassinados. Esse mausoléu faz pensar na velha tradição, ainda existente em muitos países, de incinerar os mortos, encerrando depois as suas cinzas em pequenas urnas. Só que, neste impressionante lugar, as cinzas amontoadas numa espécie de pequena pirâmide, com res-

cúpula que se encontra apoiada em três pilares e está protegida por um muro de cerca de um metro de altura, a fim de poderem prestar homenagem às vítimas do sádico regime hiteriano. Num dos frisos da cúpula está inscrita uma significativa e impressionante frase:

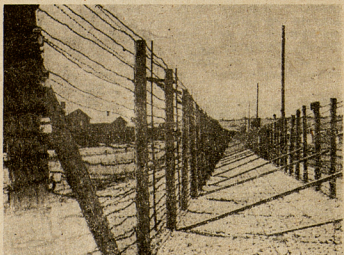
«A nossa sorte é, para todos vós, um aviso»

O mausoléu-panteão comunica com as fossas co-

deira, sem quaisquer condições de habitabilidade e higiene, onde eram amontoados, para serem dizimados, milhares de prisioneiros de guerra soviéticos, polacos e de outros exércitos aliados. Porque quem entrava para Majdanek estava condenado a não mais sair dali com vida. Toda essa monstruosa máquina de aniquilação era cercada por duas espessas filas de arame farpado, eletrificado com corrente de alta tensão, de maneira a não poder permitir quaisquer possibilidades de fuga. E, co-

a alimentação, os trabalhos forçados, as punições e as torturas eram conjugadas para uma só finalidade: aniquilar progressivamente o prisioneiro. E quando este desse provas de não mais poder desenvolver qualquer estorço para o trabalho, ia para o abate, pelo fuzilamento ou através das câmaras de gás.

Documentos encontrados pelos exércitos libertadores soviéticos provaram que, somente na floresta de Krepiec, distante apenas sete quilômetros de Majdanek, as execuções de prisioneiros foram numerosas e monstruosas, especialmente na véspera da libertação de Lublin. E que, ainda em Dezembro de 1943, 2000 prisioneiros de guerra soviéticos tinham sido fuzilados



Fragmento da vedação do Campo 1

no lugar, depois de antes terem sido obrigados a abrir a fossa na qual iam ser enterrados. Também em 3 de Novembro de 1943, enquanto os altifalantes difundiam música clássica e o campo tinha reforçada vigilância, triplicado o número de guardas, foram executados 18 000, ou mais, prisioneiros, militares e civis, de Majdanek.

As execuções massivas tiveram lugar até ao último dia da existência desse campo. Principalmente, os fuzilados de última hora foram prisioneiros políticos polacos, trazidos para esse fim de muitos lugares dessa região, nos chamados «transportes de morte». Até mesmo poucas horas antes da libertação de Majdanek, os nazis fuzilaram ainda 800 prisioneiros que encontravam no Castelo de

Lublin.

Informaram-nos, ainda, que desde o Outono de 1942 matavam também por asfixia os prisioneiros, nas câmaras de gás, servindo-se de óxido de carbono e de «Zyklon B», que mandavam vir de Hamburgo.

Já em Junho de 1942, com os cinco fornos crematórios eram insuficientes para darem vazão aos corpos dos executados, queimavam os mesmos em grandes fogueiras ao ar livre, no próprio campo e, até, nas orlas da floresta de Krepiec. Mas no Outono de 1943 foi posto ao serviço o grande forno crematório, que consumia 1000 corpos por cada 24 horas. Para evitar que os gritos das vítimas pudessem ser ouvidos pelos outros prisioneiros,

melho, na madrugada de 23 de Julho de 1944, mas, não obstante a fulminante rapidez do avanço sobre Lublin, apenas foram aprisionados 6 alemães SS, dos 1200 funcionários e torturadores que haviam nesse campo. Foram mais tarde julgados e condenados por um tribunal militar polaco.

Chegada ao fim da visita, tínhamos a sensação de termos vivido horas de horror, somente possíveis através da fantasia de qualquer cérebro diabólico. E isso não obstante as provas ali à nossa vista, nas cinzas dos que formavam a montanha de escombros humanos do mauoléu-panteão, das cinzas e da lenha mal ardiadas nas bocarras dos fornos crematórios, na terrificante fila de arracos do campo 5, que as autoridades polacas não destruíram para que pudessem lembrar, no futuro, pelo menos fora, o que foi o campo dos condenados à morte que iam parar a Majdanek.

Uma pressão de angústia parecia querer destruir o nosso equilíbrio nervoso. Um nó na garganta, com lágrimas a saltarem-nos dos olhos, a cada instante, dizia bem quanto de impressionante era tudo aquilo que acabávamos de ver e que, só por isso, podíamos acreditar. Não estranhámos, por isso, que o motorista polaco que nos acompanhava chorasse, profundamente emocionado, durante toda essa visita.

Soubemos que tinham sido um dos milhares de resistentes patriotas polacos a quem os nazis tinham assassinado toda a família, e que lutara de armas na mão contra o invasor hitleriano. E que, por sua acção heroica, era medalhado da resistência.

Os dois grandes elementos desse memorial são a expressão da nação polaca em não querer esquecer jamais o que foram esses terríveis anos de ocupação nazi. São, igualmente, a homenagem aos assassina-dos pelas hordas da SS. E, também, o símbolo da vitória da verdade sobre a mentira, do triunfo da liberdade sobre a violência, da democracia sobre a opressão.

A. VICENTE CAMPINAS

A CGTP-IN E O MUNDO

REFORÇO DA A DA CGT COM A

A convite da CGT de França uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, composta pelos camaradas Álvaro Rana, membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional; José Santana e Costa, membro do Secretariado Nacional; Vitor Rania, membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto; e Orlando Laranjeiro, responsável pelo Departamento de Emigração, visitaram a França, de 27 de Novembro a 4 de Dezembro de 1977.

A delegação da CGTP-IN informou a CGT da decisão da sua Direcção Nacional, tomada em 8 de Outubro de 1977, de informar largamente o Movimento Sindical Internacional sobre a situação actual em Portugal.

A delegação da CGTP-IN teve importantes conversações com o Bureau Confederal da CGT e os seguintes departamentos confederais: Departamento Internacional, Mão-de-Obra Imigrada, Departamento de Educação e Formação de Quadros.

O camarada Georges Seguy, secretário-geral da CGT, encontrou-se com a delegação da CGTP-IN. A delegação foi recebida na sede do jornal «Le Vie Ouvrière», e reuniu-se, ainda, com a União Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos-CGT.

A delegação da CGTP-IN foi convidada a visitar a escola da CGT em Courcelles onde tomou conhecimento dos métodos de educação

para a formação dos quadros sindicais. A delegação aceitou o convite para visitar organizações sindicais da CGT nos Hauts-de-Seine e no Norte.

No decurso destas visitas fraternais, as camaradas representantes da CGTP-IN tiveram numerosas conversações com os trabalhadores portugueses emigrados em França.

No decurso de todos estes encontros a delegação da CGTP-IN tomou conhecimento das lutas da classe operária em França contra o desemprego, o aumento do custo de vida, as difíceis condições de vida, e de trabalho, inerente à grave crise do capitalismo cujo peso incide particularmente sobre as camadas populares.

Os representantes dos sindicatos portugueses constatarão, no decurso da grande jornada de luta reivindicativa de 1 de Dezembro de 1977, contra a política governamental de austeridade, a combatividade dos trabalhadores que rejeitam tal política. A delegação da CGTP-IN acompanhou, no decurso deste encontro, que em Portugal, o 1.º Governo Constitucional se esforça por desenvolver

uma idêntica política de austeridade, contra os trabalhadores da cidade do campo e de outras camadas populares. E que, nestes últimos meses, face às greves, às manifestações operárias em Lisboa, Porto e noutras regiões e locais do campo, o Governo usa a repressão anti-sindical e procede a numerosos despedimentos, violando assim as liberdades e os direitos

sindical

A un

gras

interes

consta

racteri

lições

contêd

de 19 d

marcar

balhada

acção

sa das

contra

quistas

para re

liberda

cais pe

económ

ndo n

ciais, p

pendê

os ata

servada

ccion

intern

A C

solidar

aos tra

vo por

bate, o

os que

quistas

cancada

pois d

mo.

As

por oc

de com

osau, d

ca ne

Mocim

reforço

dência

agress

África

ca ne

tências

ropa O

a Fran

Améric

AMIZADE A CGTP-IN

sindicais.

A CGTP-IN representa profundamente os trabalhadores na defesa dos seus interesses. Esta actividade constante e permanente caracteriza-se por novas filiações que reforçam o seu conteúdo unitário. As grandes jornadas de luta de 18 e 19 de Novembro de 1977 marcaram o apoio dos trabalhadores de Portugal à acção da CGTP-IN em defesa das suas reivindicações, contra o abandono das conquistas de Abril de 1974, pela reforma agrária, pelas liberdades e direitos sindicais por uma nova política económica nacional permitindo novas realizações sociais, pela defesa da independência nacional face aos ataques das forças conservadoras e reaccionárias nacionais, estrangeiras e internacionais.

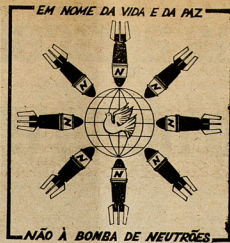
A CGT reafirmou a sua solidariedade à CGTP-IN, aos trabalhadores e ao povo português no seu combate contra as tentativas que visam destruir as conquistas democráticas alcançadas em Portugal de apoio de 48 anos de fascismo.

As duas organizações, por ocasião do seu encontro, declararam-se solidárias com os povos da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, em luta pelo reforço da sua independência nacional, face às agressões dos racistas da África Austral, face à política neocolonialista das potências imperialistas da Europa Ocidental, entre elas a França, e também da América do Norte.

A CGT e a CGTP-IN, cada uma na parte que lhe respeita, apreciam profundamente as disposições tomadas para a realização do IX Congresso Sindical Mundial, convocado pela Federação Sindical Mundial em Abril de 1978, disposições que permitem uma larga participação de todas as centrais sindicais, nacionais, regionais ou internacionais. Esta participação aberta a todos, será uma poderosa expressão de solidariedade operária internacional que marca particularmente a actividade sindical mundial.

A CGT e a CGTP-IN consideram o encontro como extremamente positivo para a consolidação da solidariedade entre os trabalhadores de Portugal e de França. Ambas as delegações acordaram em desenvolver ainda mais a sua cooperação em numerosos domínios: entre outros, o que se refere às lutas operárias na Europa; à acção dos sindicatos dos países da bacia do Mediterrâneo; à luta contra as multinacionais; à defesa dos trabalhadores portugueses emigrados em França; ao intercâmbio de experiências em matéria de educação sindical, e de delegações ao nível profissional e regional.

A delegação da CGTP-IN, transmitiu ao Bureau Confederado da CGT, o convite do Secretariado Nacional para que uma delegação da CGT da França venha em visita a Portugal em 1978. A CGT aceitou este convite cuja data será fixada de comum acordo.



Como vai a corrida aos armamentos?

Nos Estados Unidos, a produção do foguete Cruise faz-se a pleno rendimento, com o acordo financeiro do Congresso. Se Carter retirou do mercado o bombardeiro B1, não o fez de modo nenhum por razões humanitárias, mas antes pelo seu preço elevado, em relação às armas existentes, que podem fazer o mesmo, «trabalho». A bomba de neutrões está ainda em balanço.

De que é que se trata?

A bomba de neutrões é uma arma nuclear, concebida para matar homens através da irradiação radioactiva, num local limitado (um ou dois quilómetros) e durante um período de tempo limitado (24 h). Os imóveis, pontes, tanques e canhões que aí se encontram, não serão destruídos.

As experiências, aliás altamente secretas, que já foram feitas, provaram que também os animais não sobrevivem à explosão. Os homens não morrem todos de uma só vez, podendo sobreviver alguns durante um dia ou dois. Ninguém pergunta se as plantas serão também atingidas, mas isto não será igualmente importante?

A bomba de neutrões é, portanto, uma arma nuclear. A única diferença da bomba nuclear clássica é que o calor e as ondas de choque são suprimidas. Esta é a grande vantagem da bomba, gabada pelos militares: nada de devastações, nada de prejuízos, nada de tiros perdidos. Depois da explosão, o vencedor pode então ocupar o campo de batalha e apoderar-se dos despojos.

O cardinal Aflak, conhecido há muito tempo como um homem corajoso e honesto, afirmou recentemente que os políticos falam demasiado da protecção à

vida antes da nasçença e muito pouco dos próprios seres humanos.

O termo «bomba limpa» é uma expressão particularmente clínica para uma espécie particularmente macabra de armas nucleares modernas; pela primeira vez, chefes de governo e militares, apoiando-se na ciência e impelidos pela corrida aos armamentos, criam uma arma que deixa subsistir todas as coisas e elimina os seres vivos.

Uma bomba insecticida

Os comentadores mais cépticos comparam esta bomba a uma bomba insecticida: não deixa nódoas nos tecidos, não se tem de captar interminavelmente os aborrecidos mosquitos, simplesmente: psst... esperamos cinco minutos e fica tudo morto. Só temos que varrer os cadáveres.

A bomba de neutrões tem, em princípio, a mesma acção, mas para os homens, em vez dos insectos. É curioso o facto de que tal arma seja criada nos Estados Unidos no mesmo momento em que, na sua política externa, o presidente deste país se erige em defensor e guardião dos direitos do Homem. Felizmente, existe oposição, mesmo nos meios onde se não es-

Uma bomba de longo alcance

perava. O ministro da Alemanha Ocidental, Egon Bahr, para grande espanto do seu próprio governo, qualificou o engenho como «um símbolo da degradação do espírito».

Todavia, esta concepção não é partilhada pelos partidários da bomba. O comandante em chefe da NATO, o general Haig, declarou à imprensa que a decisão já tinha sido tomada no seio da organização: cerca de dezoto meses depois do início da produção, as primeiras bombas de neutrões chegarão à Europa para serem armazenadas.

O governo da Holanda protestou contra esta declaração prematura, mas o novo ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Simonet, parece aplaudir as ideias de Haig e teria já oferecido a Bélgica para local de armazenamento.

Mas ainda não chegámos lá. Temos ainda tempo para reflectir naquilo que vamos fazer. Gracias à resistência dum parte importante do Congresso americano — pena é que ainda seja uma minoria — Carter não pode dar a sua aprovação definitiva à produção sem mais nada. Embora haja dinheiro disponível no orçamento americano, só no próximo mês de Agosto se decidirá se este dinheiro se destinará à bomba de neutrões ou

Continua na pág. 39

Os sindicatos agrícolas no norte e nas ilhas

O movimento sindical, na zona rural, feneceu em Portugal logo após o 25 de Abril de 1974. Desde o início do século os trabalhadores agrícolas lutam pelas suas organizações de classe tendo conseguido formar vários sindicatos e promover alguns congressos. Já naqueles tempos, como fruto de uma tradição de luta no Alentejo e no Ribatejo, os trabalhadores reivindicavam medidas governamentais que obrigassem os proprietários a cultivarem a terra e darem emprego aos trabalhadores. Em 1918 num congresso realizado em Lisboa pelos trabalhadores agrícolas do Sul, foi proposto ao Governo um programa onde era lançada a ideia do planeamento da produção agrícola em vista o pleno aproveitamento dos recursos nacionais: terra e mão-de-obra.

O regime salazarista reprimiu todas essas iniciativas, destruiu os Sindicatos Agrícolas, perseguiu os dirigentes e deu todo o tipo de protecção aos grandes agrários para que mantivessem as suas terras no abandono ou como reservas para a caça. As consequências foram sofridas por todo o Povo português: o atraso na economia agrária, a necessidade de importar alimentos, a dependência económica nacional e a miséria de toda uma população vítima do desemprego e da perseguição política.

Nem por isso os trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo desistiram da luta organizada. Encontraram outras formas de associação: Comissões de Praça, Comissões Locais, Comissões de Herdade, Comissões de Rancho, etc. A sobrevivência do espírito de luta e da iniciativa de organização de classe, permitiu que fossem realiza-

das importantes manifestações durante o período da repressão fascista. Graças a esse esforço os grandes agrários foram obrigados a aceitar a regulamentação do horário de trabalho e a padronização do salário mínimo no campo.



Tais antecedentes explicam como e porque já em Maio de 1974 nasceram as Comissões Pro-Sindicatos nos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém, com força para obrigar a AIA (Associação Livre dos Agricultores, mãe da CAI) a assinar os primeiros Contratos Colectivos de Trabalho. Com o apoio do Ministério do Trabalho, que na época abriu as suas portas aos trabalhadores foram constituídas por técnicos e trabalhadores as Comissões Distritais para os estudos do desemprego rural, que levaram à prática a antiga orientação dos trabalhadores: todas as terras deverão ser cultivadas e a mão-de-obra disponível será contratada. Esta foi a palavra de ordem que deu im-

portância ao processo da Reforma Agrária. Os latifundiários que não aceitaram a medida governamental, que insistiram em não cultivar as terras e dar trabalho aos desempregados, em resumo, aqueles que prosseguiram na sabotagem a

economia nacional e no sacrifício do Povo, tiveram as suas herdades ocupadas pelos trabalhadores. Em defesa da produção e do desemprego, os trabalhadores agrícolas assumiram a gestão das empresas agrícolas. Corrigindo as suas deficiências, estudando desde a alfabetização até às técnicas de administração, contabilidade e planeamento económico, as camaradas agrícolas organizaram a gestão das empresas dando nascimento a uma economia agrária em moldes colectivos que já provou a sua viabilidade com o aumento surpreendente da produção dos postos de trabalho, do número de cabeças de gado, de máquinas e de obras de engenharia rural.

As condições existentes no Centro, Norte e Ilhas de Portugal, onde as forças de direita ainda exploram o seu direito explorador, sempre foram muito mais difíceis para que os trabalhadores se associassem na criação do seu principal

instrumento de luta: o Sindicato. Nessas zonas ainda hoje, quase 4 anos após o movimento do 25 de Abril, aqueles que desenvolvem um trabalho sindical são perseguidos e expulsos dos seus empregos. Entretanto, a experiência do Alentejo e Ribatejo tanto nos anos recentes como na época do fascismo é actualmente do conhecimento de todos e serve como estímulo à luta dos nossos camaradas agrícolas das zonas mais difíceis

Com todas as inensas dificuldades, as sérias agressões por parte da direita, as tentativas divisionistas, a total falta de recursos financeiros, nasceram Sindicatos Agrícolas em Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Viseu, Porto, Braga e Vila Real. Caminha-se para a constituição em Bragança e Viana do Castelo. Nas Ilhas já estão formados, a nível de freguesia, nos Açores: em Pico da Pedra, Livramento, Lagoa e o Sindicato dos Trabalhadores da Cultura de Ananás de São Miguel; e na Madeira, o Sindicato Agrícola do Funchal.

O aparcamento de um Sindicato nessas zonas tem significado um grande avanço para toda a população. Em aldeias onde até ontem o cacique local utilizava todas as maneiras para controlar a acção dos trabalhadores, desde o uso da religião, das leis, dos serviços médico-sociais, até a agressão, o espancamento, a expulsão de famílias, intarraz, surgiu o Sindicato como a organização de toda a classe trabalhadora, capaz de multiplicar a força de um em centenas e milhares para impor o respeito aos princípios democráticos e constitucionais. O Sindicato passa a ser o pólo de atracção de todos os desempregados e ali são estudados os problemas de cada um e procuradas as soluções com a ajuda dos advogados, dos médicos e dos técnicos progressistas em geral.

A função do sindicato, é a libertação de toda a população subjugada pelas forças reaccionárias. Oferece a cada um o apoio para a defesa dos seus direitos e da sua dignidade. Apresenta ao Povo a perspectiva de construção de um Portugal mais justo.

Realizado em Coimbra 3/7/76 com todos os direitos reservados.

REFORMADOS NÃO AS PENSÕES DE MSÉR



Um plano global para os assuntos sociais

O Departamento de Segurança Social e Condições de Vida da CGTP-IN, tem vindo a desenvolver, nos últimos tempos, uma intensa actividade por todo o país. Esta actividade é decorrente da necessidade de lançamento de um plano global dos Assuntos Sociais, que envolve a Segurança Social, a Previdência, a Saúde, o Inatel, o GIDEC, os Reformados e o GITUS, no sentido de o Movimento Sindical a coordenar, a nível nacional.

Assim, o Departamento promoveu reuniões com os Secretariados das Unições, seguintes do Plenário com a participação dos Sindicatos aderentes a essas Unições, para com base nas realidades concretas de cada região, se lançar essa actividade, de acordo com as possibilidades do Movimento Sindical e com o interesse de que se revestem esses assuntos, em relação aos salários indirectos e à organização dos tempos livres.

Realizou-se, igualmente, em Coimbra, no passado dia 31/7/77, uma reunião com todos os representantes sindicais nos Con-

selhos, Delegações do Inatel e Unições, para deliberar sobre a participação do Movimento Sindical no Inatel; quanto à participação na Comissão Administrativa do Inatel, em Lisboa, continua a subsistir a resolução aprovada no Plenário de 8 de Agosto.

Participação no I.G.F.

Outra questão corrente respeita à participação dos representantes do Movimento Sindical no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Este órgão de gestão foi criado por solicitação do Movimento Sindical, como corolário do Encontro Nacional

da Previdência realizado nos dias 27 e 28 de Março de 1976, em Coimbra.

Nesse sentido foram levadas à prática diligências junto das entidades competentes com vista à sua concretização, o que viria a ter lugar através da publicação do Decreto-Lei nº. 17/77 de 12 de Janeiro.

A regulamentação deste importante diploma legal decorre do Decreto-Lei nº. 124/77, de 1 de Abril, que no seu art. 6.º prevê a constituição do respectivo órgão de gestão e nele reconhece assento a seis representantes das associações sindicais. A fim de ser garantido o cumprimento das suas disposições, a CGTP-IN tomou posição através do ofício nº. 2500 de 30 de Junho de 1977, junto do ministro dos Assuntos Sociais, e em que se dava conta do deliberado no Conselho Consultivo Nacional da CGTP-IN, ratificado pelo seu Plenário Nacional de 2/7/77 aberto a todas as associações sindicais legalmente existentes. Nele constava a indicação dos representantes sindicais a

Instituto de Gestão Financeira.

O Movimento Sindical, com base no deliberado e no sentido de assegurar a sua representatividade naquele órgão, o mais rapidamente possível, face à natureza e importância dos objectivos perseguidos, tomou posição pública sobre o caso. Até que, por despacho do secretário de Estado da Segurança Social, eng.º Vitor Vasques, de 27 de Outubro, publicado no nº. 266, II série, do Diário da República de 17 de Novembro de 1977, o Movimento Sindical toma conhecimento da nomeação de apenas quatro dos seis representantes que, para o efeito, havia designado.

O Movimento Sindical considera que o despacho de nomeação não respeita os princípios de independência e de autonomia em relação às demais entidades, incluindo a Administração Pública, visto que, para além do próprio despacho não se encontrar fundamentado nos termos legais, esse membro do Governo de ministério substituiu, mesmo, o Movimento Sindical, na designação de dois dos seus representantes.

Faço à posição assumida pelo secretário de Estado da Segurança Social, o Movimento Sindical tomou posição no sentido de ver revogado ou anulado o seu despacho, por ilegal e inconstitucional, recorrendo às vias competentes. Os seus representantes, enquanto o mesmo não for revogado, com todos os seus efeitos (que constituem grave ingerência no Movimento Sindical), exigem o afastamento das pessoas nomeadas, já que não lhes reconhecem qualquer legitimidade para substituir os representantes do Movimento Sindical. Finalmente, alertam para a necessidade de pôr em funcionamento, quanto antes, o órgão em causa, pelo que se consideram totalmente alheios à manutenção da situação de impasse criada pelo referido despacho.

O Movimento Sindical recorre, ainda, face a esta questão, ao Supremo Tribunal Administrativo, tendo constado a indicação dos vocatários para uma próxi-

ma reunião a realizar no dia 28 de Dezembro, onde, como era hábito, e é legal, comparecerão os seis representantes das associações sindicais.

O INATEL não tem capacidade de resposta

A participação dos representantes do Movimento Sindical no Inatel constituiu igualmente, uma das frentes de luta dos trabalhadores. Como resultados principais da reunião nacional de 31/7/77, de Coimbra, ficou decidida a eleição dos representantes do Movimento Sindical, para os Conselhos de Deliberação, e o lançamento da organização do GIDEC, no sentido de organizar os tempos livres dos trabalhadores, no Movimento Sindical e cobrir o espaço que o Inatel não tem capacidade para preencher. Pretende-se, pois, integrar o GIDEC com a necessária reivindicação do tempo integral do Inatel, de acordo com o Caderno Reivindicativo aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

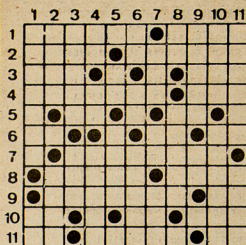
Interessa não esquecer que, dentre as questões que mais interessam aos trabalhadores, alguma vão à Assembleia da República veiculadas por forças políticas reaccionárias que procuram na prática impor situações contrárias aos interesses dos trabalhadores.

O caso do projecto de decreto-lei sobre seguro social no trabalho, apresentado pelos deputados do PSD, na Assembleia da República, o que se encontra a ser discutido pelas várias forças políticas ali representadas. A CGTP-IN divulgou, junto de todo o Movimento Sindical, o seu parecer sobre a questão (rependendo tal projecto), que parcos, ter merecido a aprovação massiva das várias direcções sindicais das Unições.

Resta salientar que, para todas estas frentes de luta, o Departamento de Segurança Social e Condições de Vida da CGTP-IN, está apleto com os elementos suficientes para dar resposta a todas as solicitações das organizações sindicais, e dos seus membros, que requerem o apoio que requerem

PASSATEMPO

PROBLEMA N.º 19



Se resolveu completamente este problema procure nele o nome de um herói capitão de Abril, já desaparecido do cenário do povo que tanto amava.

HORIZONTAIS

- Nome de homem; Pai (infanti)
- Farsão; Tombão
- Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho; Nome de letra
- Tira de couro; Existiu
- Organização popular; Arsenal do Afife
- Viração; Primeira e última letras do alfabeto; Rum
- Chão de glória
- Composição poética; Numeral
- Acúrtis que capitulou; Preparação
- Pronome pessoal; Sufixo de endereço; Botequim (inverso)
- Essai; 4.º mês do ano; Pronome reflexo

VERTICAIS

- Temos que combatê-la com determinação e unidade; Pronome pessoal
- O primeiro homem; Partido Comunista da União Soviética
- Nome de ave; Cidade da Índia que esteve séculos submetida ao colonialismo português do qual se libertou em 1969
- Indústria metálica; República Popular; Doença crônica infectada descrita pela 1.ª vez por Hansen, em 1868
- Unidade de medida na profundidade do mar; Mastique
- Ordem de trabalho; Indústria Nacional; Ror
- Organização das mulheres angolanas; Grito de dor; Adicional
- Povo moçambicano; Gás simples que entra na composição ar
- Tápis; Senhor
- Liquidado; Dinheiro em metal (plural)
- Acálmio (o mar); Cerca formada por arbustos.

COLABORAÇÃO DE MANUEL COELHO

PROBLEMA N.º 20

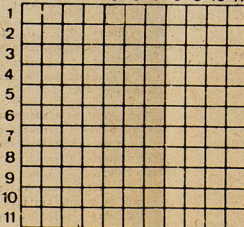
HORIZONTAIS

- Regimento de Artilharia de Lisboa
- Forma pela qual os trabalhadores devem combater a reacção; Rum
- Tornar a meter
- Assentimento Municipal; Mesas lugar
- Posco desenvolvido (popular); Leitura subida (na estrada ou rural)
- Testemunha; Pões o leco no anzol
- Partido de socorro
- Comissão de Trabalhadores; Negra; Aquela
- Assembleia da República; Andam no ar (inv.); Apelido
- Troca; Também (ant); Nome de Mulher
- Artista que parte do ventrículo esquerdo do coração; Apelido

VERTICAIS

- Puerra doce
- Capital da antiga Caldéia; Teatro Experimental; Conjunto de três
- Novo escudo; No centro de capa
- Versejado; Assunto (inverso)
- Reprendida
- Látem (abrev.); Rezo
- Trávia na Itália
- Duê nio; Se firm
- Mili e çem (em romano); Esaurim
- Dois mili (em romano); Bário (smb. quem.); Passada
- Tostadas.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11



Se resolveu este problema encontrará, nas casas tapadas, as iniciais da única grande organização sindical, a nível nacional, dos Trabalhadores Portugueses.

O CONTO DO MÊS



Conto de Natal de

Carlos Malheiro Dias

A consoada

A S argolas, mãe? — perguntou, do catrezinho de bancos, a voz estremunhada da criança, que acordara ao rangido da porta.

— Dorme, rapariga... Não ficas sem a consoada... Tu pai ainda não chegou da feira.

A criança voltou-se no catre, ficou com os olhos abertos, encolhida e emudecida, fitando o fogo da caruma, quase extinto no lar, onde requeitava a ceia do Natal.

Acordada na soleira da porta, a mãe, embrulhada num chale, está a espreita, atenta ao menor rumor que vem da estrada.

Já por duas vezes, com o ramalhar das carvalhas ao vento, ela cuida ouvir tropear ao longe a cavalgadura. Não se ansera um palmo na escuridão da noite de lua nova. Nem um luzeiro de estrela trespassa agora aquele negrume denso que enche os espaços e por onde o vento anda à solta, varejando as carvalheiras das bouças e assoviando nas agulhas dos pinheiros como uma orquestra de flautas.

— Valha-me Deus! O que até lá por fora aquele homem, a estas horas da noite! — murmura a mulher sucumbida.

O mãe, não havia argolas na feira e terá o pai ido por elas à vila...

— Dorme, rapariga! Amanhã já tens as argolas nas orelhas... Por mor delas desandou teu pai, sozinho na água, por essa serra, que mete medo!

Eram a consoada da filha. A colheita em pão e vinho fora de dar graças a Deus. Não havia a pequena de ficar sem as argolas por mais tempo. Logo ao clarear da manhã, o Manuel da Eira selara a água, entalara o varapau debaixo da coxa, lembrado da quadrinha de Redemoinhos, e pusera-se o caminho para a feira de Lanhoso, prometendo estar, de volta ao amortece do sol, para consoar.

Ainda a mulher advertira, recosa:

— Mete-te a caminho cedo. Toma tento com a ladroagem de Redemoinhos!

E o Manuel da Eira, destemido, voltara-se no selim:

— Hoje é o dia em que nasceu o Salvador. Os ladrões também são gente cristã!

E picando a água com a espora, abalara, afoito, pela estrada.

Já no longe, na igreja da freguesia, os sinos tinham tocado para a missa do galo. Rajadas mais fortes de vento enchiam os céus de um borborinho sibilante e agitavam no alpendre os sarmentos das vides ainda por podar.

Súbito, a criança e a mãe erguem-se no catre e no poial da porta.

Uma voz chama, de entre o negrume da noite:

— Ó s' Maria da Eira!

Sobre as travês, o vento parece que arrasta as telhas. Na corte, os porcos grunhem. Uma nuvem de cinzas ergue-se e rodopia no lar, sobre a caruma.

Sem pinga de sangue, a mulher grita, numa ansiedade, afita, empurrando a cancela:

— Quem me chama?

— E entre o rumor do vento distingue a tropada da água,

os passos vagorosos de dois homens.

— Traga a candeia... — torna a voz, na estrada.

A criança está já fora do catre, à espera das argolas, esfregando nas costas da mão os olhos foscos de sono.

Tropeçando na saia, a mulher desengancha a candeia da parede, e à luz mortíca, saindo ao terreiro, vê o seu homem, trazido a braços como morto. Atrás do grupo fúnebre avança a água trópea.

Os homens param. O da frente, encarando com o destino da mulher, resmoneia, estabaforado:

— Toma conta na luz! Não vamos agora ficar neste negrume! O teu homem vem vivo.

Só então ela parece acordar do seu doloroso espanto e solta, erguendo para o céu ventoso os braços, deixando fugir o chale.

— Nossa Senhora! Divino amor de Deus, que estou desgraçada!

— Cale-se, mulher! Derreados vimos nós com este peso! Demos com ele numa vala, caído ao pé da água. Foi pancada que lhe atiraram à falsa fé para o roubar.

Em altos gritos, ela empurra a porta, ajuda a deitar o seu homem no catre. A criança solta, refugiada a um canto, sufocada pelo medo, e enquanto a mulher rasga, com a violência do terror, uma camisa de linho para ligaduras, os dois homens lavam as mãos ensanguentadas num alguidar e atizam o lume da lareira com um graveto de tojo.

Debalde a mulher agora esparge de vinagre o rosto desfigurado do ferido.

Com o braço pendente e as unhas cravadas na palma da mão direita, enlameado e lívido, o Manuel da Eira parece morto, estendido no catre.

— Ele já não tem vida! — clama, num alarido de lágrimas, a viúva, desanimando de abrir aquela mão crispada de defunto.

Os homens deixam de atizar o braseiro, amparam-na e erguem-na do chão, onde ela se deixou cair desanimada, arrancando os cabelos, com um escarúco de gritos e soluços.

Os homens não fecham as mãos. Isto é coisa que ele tem escondida.

Então, novamente, reconfortada por uma última esperança, mais do que em estancar o sangue das feridas, em abrir o punho obstinadamente fechado do seu homem.

Mas desfalece depressa e de novo abate, com a voz estragada de soluços maiores.

Por sua vez, os dois homens tentam, inutilmente, desinir da palma sangrenta os dedos inflexíveis.

— Pai, abra a mão! — geme também a criança, aterrada e aflita.

As suas mãoszinhas molhadas de lágrimas imaginam ter a força, que aos outros falta, para despegar aquela garra.

— Abra a mão, pai.

E de repente, obedecendo à vozita implorante, a mão abre-se e duas argolas de ouro, pequeninas, aparecem, reluzem e tilintam no soalho.



Teatro

ESPECTÁCULOS A VER...

Os grupos independentes de teatro fazem, habitualmente, descontos para associações sindicais, comissões de trabalhadores, ou grupos de trabalhadores que para esse fim se organizam. Além disso, os seus espectáculos podem ser transportados para os próprios locais de trabalho.

Damos a seguir a indicação de alguns espectáculos, actualmente em cena e que recomendamos.

EM LISBOA:

ADÓUË Ó calinas cala a boca

BARRACA Ao qu'isto chego.

BONCREIROS A estratégia do cinema

CASA DA COMÉDIA A dama pé de cabra

CÓMICOS O conde barão

COMUNA A mãe

GRUPO 4 Os macacões

GRUPO TEATRO HOJE Uma abelha na chuva

TEATRO POPULAR ALMADA Aíra o barrete ao ar

OTC A navalha na carne

NO PORTO:

SENA TRUPE Contos cruéis

TEP Os emigrantes



36

O tema é "Tempos Livres"

A partir de agora **Desporto Cultura Turismo Social** passa a estar contigo regularmente nas páginas do «Avançar».

Tempos Livres é o tema. O objectivo: Fornecer-te pistas e sugestões para a tua ocupação.

São artigos, entrevistas, notas críticas sobre o que vamos tendo em matéria de espectáculos, de actividades desportivas, de programas para férias; aqui nos propomos dar-te, mensalmente, algumas

informações úteis para a escolha criteriosa do filme e da peça de teatro a ver, do programa de rádio a escutar, do livro a comprar, do passeio a fazer.

Mas interessa-nos, principalmente, fornecer-te matéria para reflexão sobre a importância da ocupação activa e formativa dos teus momentos de ócio, sobre a necessidade do combate por uma cultura ao serviço dos trabalhadores, sobre os perigos e armadilhas

dessa sinistra empresa de alienação e divisão das classes trabalhadoras que é a modernização da indústria dos tempos livres, na qual o imperialismo e as multinacionais investem a fundo...

Queremos, também, que **Desporto Cultura Turismo Social** seja um espaço (e um pretexto) para o diálogo. Ficamos, portanto, esperando a tua colaboração, as tuas críticas, as tuas sugestões. Numa palavra, a tua participação.

Rádio e televisão

Bombas de Neutralização

A maior parte dos programas transmitidos pelo RDP e pela RTP constituem autênticas **bombas de neutralização**. Neutralização da linguagem e dos valores característicos das classes trabalhadoras portuguesas; neutralização da própria realidade política nacional. Tal como as bombas de neutrões aniquilam todos os seres vivos que se situam na área do rebentamento, deixando intactas as infraestruturas materiais, também estas **BOMBAS DE NEUTRALIZAÇÃO** que estão em tudo o que está vivo na mente do público,

deixando intactos os «edifícios» culturais pré-construídos pela ideologia burguesa. O termo **BOMBAS** aplicado a certos programas de rádio ou de televisão não sequer é inadequado, pois eles são armas potentes na **guerra psicológica** que o imperialismo desencadeou a nível mundial. Mas existe uma diferença essencial entre esses dois tipos de bombas: enquanto as de neutrões não permitem qualquer defesa, as de neutralização só afectam os distraídos ou os mal informados.

Assim, os dois principais meios de defesa contra a propaganda imperialista resultam de nos mantermos informados sobre o que se passa, dia-a-dia, à nossa volta, e de estarmos atentos aos truques que recheiam essa propaganda, veiculada através da rádio e da televisão.

É necessário aprender os métodos utilizados pelos propagandistas do capitalismo para se poder liquidar eficazmente a rede de mentiras, directas ou encobertas, em que pretendem enleiar-nos todos os dias. É indispensável co-

nhecer os objectivos da guerra psicológica comandada desde Washington, para organizarmos as nossas defesas pessoais e colaborarmos na organização das defesas colectivas.

Um programa de rádio ou de televisão, uma pequena notícia, uma simples canção, podem esconder, por detrás de palavras «inocentes», uma poderosa carga de acção psicológica. Apenas para exemplificar a simplicidade do princípio, quem não observou já que, nos desenhos animados feitos nos Estados Unidos, os latino-americanos, e os mexicanos em particular, são invariablymente representados como **ratos preguiçosos**? Pelo contrário, o «gringo» é sempre mais dinâmico, mais esperto, mais inteligente e, sobretudo, como «prémio» das qualidades evidenciadas, é sempre o vencedor das escaramuças que vão surgindo. Este é um dos primeiros passos na escalada da propaganda, a que se seguem esquemas mais complexos e diversificados.

Na rádio e na televisão portuguesas, o reaciona-

rismo tem duas formas essenciais de se assumir: fazendo activamente a propaganda da contra-revolução, ou silenciando em absoluto as lutas e os êxitos do movimento popular. É assim que o Telegiornal divulga exaustivamente a imagem e a voz dos latifundiários da CAP, enquanto, por outro lado, o responsável pelo programa «TV Rural» mais se referiu a assuntos ligados, de perto ou de longe, com a Reforma Agrária. Em ambos os casos existe desinformação, em ambos os casos a estratégia servida é a mesma.

Nos próximos números do «Avançar» abordarei, com o pormenor e a concretização possíveis, os diversos processos de «despoletar» as múltiplas bombas de neutralização. Falarei também de alguns aspectos positivos da programação da RDP e da RTP. Porque, de facto, ainda por lá circulam uns quantos profissionais honestos e competentes, embora rodeados por um bando de indivíduos politicamente degenerados».

**JOÃO ALFERES
GONÇALVES**

Desporto



A fábrica de gelo sob o Pavilhão

"Os subterrâneos da Liberdade"

Há uma obra de Jorge Amado que tem este nome: «Os Subterrâneos da Liberdade». Um livro importante sobre a lutaandestina dos revolucionários no Brasil dos tempos de Getúlio Vargas.

Virá ou não a propósito, mas a verdade é que esse título nos acudiu para subtítulo de uma legenda sobre esta estranha imagem de toda esta maquinaria desta oficina esquisita e com dois operários parados, a trocar impressões.

Mesmo numa revista de trabalhadores como é a «Avalanca», deve fazer uma certa confusão esta fotografia e mais ainda, por vir na secção desportiva e também por já terem insinuado que a liberdade lhe fica por cima, mas não é nada nosa propósito fazer mistério ou inventar charadas.

Explicque-nos, pois: trata-se de uma fábrica de gelo, como outras haverá, naturalmente, mas esta com a particularidade de funcionar no subsolo de um palácio do gelo, de um dos milentados finques de patinagem que existem na União Soviética, onde o hóquei é uma modalidade mais popular do que o futebol.

O hóquei, a patinagem, o desporto — tudo isso, lá em cima, é a liberdade, o gozo de um espectáculo de que se gosta por um preço acessível e em condições excelentes de comodidade.

E esta liberdade vem também a propósito desses tempos «subterrâneos» em que, no Estádio Nacional, avionetas lançavam prospectos sobre a multidão, afirmando que, aqui, sim, temos liberdade, não é como na União Soviética, um povo triste, perseguido, mercado.

Tudo isto se liga, estas ideias, estas recordações — tudo isto, vemos lá, a propósito de uma fábrica de gelo, uma fábrica que produz

o gelo que, no andar de cima, é o piso para as evoluções dos exímios patinadores da União Soviética, país que já ganhou quinze Campeonatos da Europa, quinze mundiais e cinco olímpicos em hóquei no gelo.

Outros números elucídativos: três milhões de crianças praticam o hóquei no gelo e seiscentos mil praticantes participam em provas olímpicas, a todos os níveis.

CARLOS PINHAO

O DIÁLOGO NECESSÁRIO

O diálogo dos intelectuais e artistas com os trabalhadores não é fácil. Melhor: nunca foi fácil numa sociedade de classes. Porque a classe dominante faz da cultura, coutada. Para usufruto dos seus pares, instrumento de inculcação dos seus próprios valores, arma de manipulação ideológica das classes dominadas.

Mesmo quando os intelectuais e os artistas estão com o povo, os trabalhadores, os explorados e oprimidos, (e muitos estão) as engrenagens do aparelho de criação e difusão do produto cultural levanta sérias, quase intransponíveis, obstáculos (quantas vezes subtilíssimos) a relação aberta entre eles. Porque as classes dominantes não gostam de correr riscos e jogam forte no isolamento e na divisão.

Mas, sendo difícil, aquele diálogo é, não apenas possível — indispensável. Por isso, mesmo com limitações e dificuldades, está em curso. E a CGTP, quem contribuir para o reforçar, encontrando-lhe novas formas, alargando-lhe a dimensão.

Assim, propomos a uns e a outros, intelectuais e artistas e trabalhadores, uma experiência viva: a conversa informal, a troca de impressões ou bate-papo à hora do almoço.

Como se segue: os trabalhadores, dum empresa convidam um pequeno grupo (por exemplo: um escritor, um homem de teatro, um artista plástico) para almoçar e, durante o almoço, o diálogo «faz-se».

Julgamos, com esta fórmula, poder superar algumas das habituais difi-

Cinema

Questões à espera de resposta

A partir deste número passará a existir no «Avalanca» uma secção de cinema. Não iremos fazer crítica de filmes. O que não quer dizer, que, em determinada ocasião, não os possamos fazer, desde que haja uma razão bastante importante que justifique que nos detenhamos na crítica ou análise de certo filme. O que pretendemos, antes de mais nada, nesta secção, é sensibilizar os trabalhadores para a abordagem de uma série de problemas ligados a um fenómeno tão complexo como é o cinema. E isto dentro de uma perspectiva que sirva os interesses culturais dos trabalhadores.

Já o dissemos atrás: o cinema é um fenómeno complexo. E são muitos os componentes desse fe-

nómeno. O cinema é uma indústria. Produz, como qualquer outra indústria, uma mercadoria, um bem de consumo, que é o filme. Mas o filme é uma mercadoria especial. É um espectáculo. É como espectáculo transmite-nos um certo tipo de mensagem usando uma linguagem apropriada. É, portanto, também, uma linguagem que, além de tudo, pode assumir uma finalidade artística e cultural.

Ora o filme, enquanto mercadoria, está sujeito, na sociedade capitalista, às leis gerais da produção capitalista e tem como fim último o lucro. (...)

E o filme, enquanto linguagem, enquanto meio de transmissão de uma mensagem, veicula sempre uma posição ideológica em relação à vida, à realidade objectiva. E não pode o filme deixar de reflectir uma posição ideológica porque ele é, sempre, o resultado de um modo de produção social determinado, em que uma certa dinâmica da relação de forças de classe está em jogo. Sendo o filme uma mercadoria, que veicula sempre uma certa atitude ideológica (mesmo quando ela está na aparência escondida ou disfarcada), o filme é em última instância um produto político. Por isso dizemos, desde já, que em todas as circunstâncias, o filme, ainda que não trate directamente de temas políticos, é sempre um acto político.

Já temos aqui esboçados uma série de problemas que nos poderão fazer reflectir sobre o fenómeno do cinema. Nestas páginas procuraremos, na medida do possível, analisar sistematicamente esses problemas e outros deles decorrentes de modo que o cinema seja entendido nos seus múltiplos aspectos: indústria, produção, criação e distribuição do filme-es-

culdades (o formalismo dos colóquios, o problema dos horários) e explorar as potencialidades da hora de maiores disponibilidade e concentração de trabalhadores em tempo de «não trabalho» nas empresas. Esperamos que resulte.

O GIDEC, com o apoio activo dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Espectáculos, da Actividade Cinematográfica e dos Músicos, da Sociedade Portuguesa de Autores e da Associação Portuguesa de Escritores, assegurará a realização dos encontros. Bateria que as Comissões de Trabalhadores ou Intersindical nos contactem, dizendo o «quando» e o «onde», e apontando preferências relativamente ao «que». O resto, será conhecido. Boa sorte.

pectáculo, por um lado; linguagem artística, cultural, ideológica/política, por outro lado.

O cinema, de início uma simples curiosidade científica, transforma-se numa das mais poderosas indústrias do nosso século e, ao mesmo tempo, no maior meio de comunicação de massas (até ao aparecimento da televisão onde, aliás, o cinema continua a existir). Como e porquê? Qual o suporte social de massas que caracterizou (e caracteriza) o público de cinema? Na realidade, o cinema encontrou um desenvolvimento propício dentro do sistema de produção da sociedade capitalista. Nessa medida ele é por excelência um produto típico do progresso tecnológico da sociedade capitalista no início do nosso século. Contudo, ele ganha a sua enorme dimensão artística, e conhece, no mesmo tempo, um dos períodos mais brilhantes da sua história, na União Soviética, após a Revolução de Outubro. Como e porquê? Que atitude cultural nova permitiu que tal acontecesse? Porque motivo se torna o cinema a arte revolucionária por excelência da sociedade soviética em convulsiva mudança?

Por outro lado, como condiciona o sistema capitalista as necessidades e gostos do público de cinema de modo a poder alienar e, portanto, controlar ideologicamente esse mesmo público?

Porque ilude o sistema capitalista a necessidade de um autêntico projecto cultural esclarecedor das grandes massas, não usando plenamente as potencialidades formativas do cinema?

Porque não favorece a exploração comercial capitalista do filme os interesses e as aspirações dos trabalhadores? A quem serve na realidade essa exploração?

Será respondendo nestas páginas a estas questões levantadas que, julgamos, poderemos esclarecer alguns pontos importantes do fenómeno cinematográfico. E na perspectiva que aos trabalhadores é mais interessa

ROGÉRIO PAULO FALA A "ALAVANCA" SOBRE

A actividade cultural nas empresas

Rogério Paulo. Trabalhador do teatro e sindicalista. Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos e membro fundador da Cooperativa de Teatro de Almada. Ultimamente, com José Viana e Maria Du'ce, entre outros artistas, removeu e animou, no concelho de Almada, um curso de iniciação teatral.

Pedimos-lhe que, da sua experiência sobre a actividade cultural nas empresas e, particularmente, no campo do teatro, nos dissesse algumas palavras.

ALAVANCA — São já muitos os aises em que a actividade cultural nas empresas é entendida pelos trabalhadores como uma forma com lematar de lutar pela sua própria libertação e integral emancipação.

Que importância atribui, como homem de teatro e como sindicalista à rosecação de uma correcta política cultural nos locais de trabalho?

ROGÉRIO PAULO — Quando, em 1970, pela primeira vez, viajei à República de Cuba, levava-me a fazer quatro «fábricas de tabaco» em Havana e Santiago. Assisti à confecção dos famosos charutos cubanos — os «uros», como lhes chamam os espanhóis —, que continua a processar-se hoje como há dois séculos. As máquinas modernas estão, quase exclusivamente, reservadas para os produtos de inferior «categoria».

Os uros — tabacos, na linguagem cubana —, continuam a ser enrolados à mão e preparados por tabaqueiros experientes — agora de ambos os sexos —, posto que constituem um dos sectores mais importantes do proletariado da República.

Os operários trabalham sentados e enrolam os charutos sobre uma es-

pécie de «carteiras» das nossas escolas. A cada operário corresponde a sua «carteira», que só abandonam em caso de reforma ou de morte. Essas «carteiras» estão dispostas em enormes salas que, por sua vez, convergem sobre um canto onde está colocado um estrado com uma secretária e uma cadeira. Nessa cadeira senta-se o «intelectual» assim chamado desde sempre — que é um trabalhador mais «letrado», cuja função reside em ler e comentar os artigos de fundo e notícias de jornais e várias obras que se arranjam a literatura, a história, a política. Esta tradição é muito antiga. Antes da Revolução contratavam-se «intelectuais», sem o que os operários se negavam a trabalhar. Após o triunfo da rebelião, a tradição manteve-se e até foi estimulada.

Hoje os «intelectuais» dispõem de um sistema sonoro — microfone, amplificador, altifalantes —, que lhes permite serem ouvidos em todas as dependências da unidade fabril.

A tal prática se atribui a origem de um fenómeno social: os tabaqueiros foram durante muitos anos, a classe de vanguarda do proletariado cubano. Antes de 1959, inúmeros foram as lutas que eles comanda-

ram, inúmeros os combatos dirigidos sindicais que eles forneceram e numerosos os mártires vítimas da feroz repressão dos caciques mandatários do imperialismo neocolonialista.

Quando novamente esteve em Cuba, em 1972 e 1973, pedi na Central Sindical que me deixassem falar com os tabaqueiros. Aceitaram o meu pedido e organizaram-me uma meia dúzia de manhãs nas quais me senti na cadeira do «intelectual» em várias fábricas para falar de Portugal, do



A exploração acaba quando o explorado toma consciência de que é

fascismo da guerra colonial, das lutas do nosso povo.

Muitas vezes me pediram esclarecimentos e sempre nunca interromper o trabalho — e me aplaudiram de uma forma insólita e comovimento: batendo com as espátulas de metal, com as quais cortam as folhas do tabaco, sobre as carteiras.

A experiência revelou-me, pois, na prática, o que a teoria me ensinara: o desenvolvimento cultural do proletariado é o maior aliado da sua luta de libertação.

ALAVANCA — Cuba é,

de facto, um belo exemplo. Estamos, no entanto, em Portugal, e com uma «sada herança», legada pelo deusot regim fascista...

ROGÉRIO PAULO — Em Portugal os processos são, logicamente, outros, mas o princípio é o mesmo.

Durante quase meio século de fascismo, a oligarquia dominante procurou alienar o proletariado português desenvolvendo o desporto de competição e dividindo os trabalhadores através de um «desporto corporativo», que apenas servia para fomentar a discórdia entre os operários de diferentes centros de trabalho. Por outro lado, a pseudo-cultura estabelecida, não era mais do que a propagação de ideias passadistas, decadentes, conformistas e «populuchas».

Por isso mesmo, competes-nos a nós, hoje, neste Portugal que começa a sacudir o obscurantismo, que luta contra uma reacção moribunda, e como tal progressivamente desperdiçada; neste País onde o proletariado vai ganhando consciência da sua enorme força, e como tal, competes-nos a nós, dizia, fomentar as estruturas que permitam um conhecimento cultural e um gosto artístico até agora propriedade privada da burguesia.

ALAVANCA — Pensas então, que o teatro «oderá vir a desmentar um ideal relevante como processo de transmissão e divulgação cultural junto dos trabalhadores? Caso afirmativo, em que bases deve assentar esse trabalho?

ROGÉRIO PAULO — O teatro na empresa pode, de facto, constituir um poder-

so veículo de divulgação cultural junto dos trabalhadores. Mas só o será se a actividade teatral for a companhia por uma agitação cultural — colóquios discussões boletins informativos, visitas a museus e a espectáculos válidos —, comentada e orientada pelos companheiros intelectuais.

A actividade cultural num centro de trabalho deve assentar na real participação dos trabalhadores. São eles que deverão preencher os lugares de actores, artistas, conferencistas. Os intelectuais de profissão — escritores, artistas plásticos, homens de teatro, música ou cinema agrão como orientadores e provocadores da criação de novos valores de uma arte proletária.

Quanto criadores e artistas não existem ignorados no seio da massa trabalhadora deste País? Quantos esperam que os estimulem e orientem?

A afirmação do proletário como classe dirigente deverá corresponder o resurgimento de uma arte proletária.

E quando os trabalhadores portugueses, sobreirem distinguindo o «trigo do joão», os vendilhões que fabricam uma pseudo-arte enlatada,

chamando música a umas choraminguiques idiotas, poesia a umas linhas demagógicas mal alinhadas e teatro a uns esgares alarves, não terão mais lugar na nossa vida de todos os dias. E os autênticos artistas do povo poderão trabalhar e viver e com o povo.

A exploração acaba quando o explorado toma consciência de que o é. A burguesia perderá a sua falsa preponderância quando o proletariado criar as suas próprias armas estéticas e culturais.

A luta sindical começa pelo esclarecimento. O esclarecimento começa pela cultura.

O teatro é um dos veículos de cultura. Mas atenção: veículo de cultura proletária e não veículo da alienatória, sofisticada, cultura burguesa.

Shakespeare, Molière, Gil Vicente, António José da Silva ou Raul Brandão são patrimónios culturais de todos nós. A esses construtores do Mundo há que sacudir a poeira burguesa e demonstrar que são acessíveis a todos.

«A qualidade é o respeito pelo povo», dizia Che Guevara.

Ninguém defende o que não respeita.

Começemos por aí!

GIDEC:

Um empurrão nos tempos livres

A CGTP-IN tomou recentemente medidas para a dinamização, dentro da estrutura do Movimento Sindical, do sector dos **Tempos Livres**.

Não se trata de um tardio reconhecimento da importância das actividades de lazer — desportivas, culturais, recreativas — como forma de contribuir, directa e decisivamente, para a valorização individual e colectiva dos trabalhadores e, daí, para o reforço da sua consciência de classe. Nem da súbita percepção de que, também nos domínios da cultura e do desporto, há asperos combates a travar, numa batalha que tem o triunfo ideológico como prémio, para o vencedor.

Não! O que acontece é que o Movimento Sindical tinha o INATEL como seu instrumento para a

organização dos tempos livres dos trabalhadores e que este organismo, fidejado nas malhas da política do defunto 1.º Governo Constitucional, se encontra, como é do conhecimento público, bloqueado, inoperativo e perdido pelos maus caminhos da recuperação da Ex-FNAT.

Assim, sem perder de vista a reivindicação do Congresso de Todos os Sindicatos da «Gestão integral do INATEL pelo Movimento Sindical» e sem abrandar na luta pela sua concretização, a CGTP-IN avança para o «buraco» aberto pela demissão do INATEL dos seus objectivos primeiros, criando, para apoio e coadjuvação do trabalho a desenvolver pelas Unidades e Sindicatos, o Grupo Intersindical para o Desporto e Cultura (GIDEC).

Uma bomba de longo alcance

Continuação do pag. 31

a outras armas (a decisão foi entretanto levada à consulta dos Estados membros da NATO).

Bom senso boa política

Ao lado dos objectivos de ordem humana, existe também um grande número de considerações de boa política ou de simples bom senso para não se sujar as mãos desta vez.

Assim, a bomba de neutrões aumenta o risco da guerra atómica. O seu emprego, conseqüências e riscos, são de tal modo grandes que, embora a sua utilização seja muito mais fácil (e é este aspecto que os autores do projecto têm em vista), mesmo o mais louco político ou general pensará duas vezes antes de iniciar semelhante guerra.

Além disso, embora a bomba seja produzida nos Estados Unidos, deverá estacionar na Europa Ocidental, para poder ser transportada a relativamente curta distância pelo missile «Lance». Daqui resulta que o campo de batalha eventual das bombas de neutrões americanas não se situará nos Estados Unidos, mas na Europa central ou ocidental. Portanto, os mortos seriam em primeiro lugar europeus e não americanos.

É também certo que, em qualquer caso, a bomba de neutrões torna menos dignas negociações sobre a redução recíproca da produção e não disseminação de armas nucleares. As próprias conversações SALT ficarão bastante comprometidas se for decidida a produção da bomba de neutrões.

Por tudo isto, parece que cada passo na direcção da bomba de neutrões é indigno da Humanidade. Será tão-pouco razoável para os Estados Unidos, que a deverão fabricar e vender, como para a Bélgica, que a deverão comprar e armazenar.

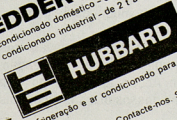
Frio e Ar Condicionado

Proprietários Montagem e Assistência



FEDDERS

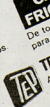
Ar condicionado doméstico - de 1.500 a 26.000 BTU/h
Ar condicionado industrial - de 21 a 500.000 l



HUBBARD

Refrigeração e ar condicionado para veículos

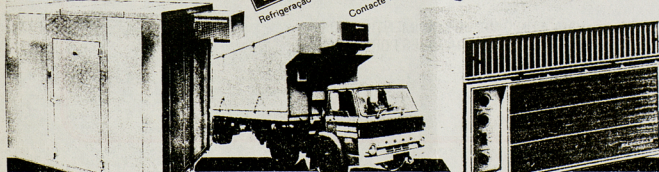
Constate nos Semos



CÁMARAS FRIGORÍFICAS

De todas as capacidades
para frigor. peixe ou carne

TELHADO & PEREIRA, LDA.
Apartado 2838 - USBDA
Dep. Técnico - Telef. 65.95.02-65.61.05
Assistência - Telef. 65.93.85-65.67.78



condições no trabalho

Câmaras frigoríficas e ventilação para cozinhas e refeitórios

**No Plenário Nacional de 29/12/77 foi aprovada,
por unanimidade, a seguinte saudação**

Aos Trabalhadores

Aproximando-se o início do ano de 1978, o Plenário Nacional da CGTP-IN saúda todos os trabalhadores portugueses e expressa a confiança de que a combatividade demonstrada ao longo de 1977 se reforçará e os trabalhadores saberão encontrar as formas de conseguir defender os seus interesses de classe e fazer cumprir o projecto constitucional que aponta para a construção da sociedade dos trabalhadores — a sociedade socialista.

Os trabalhadores portugueses souberam fazer do ano de 1977 um ano histórico do Movimento Sindical, contribuindo decisivamente para o êxito do Congresso de Todos os Sindicatos, passo fundamental para o reforço da unidade do Movimento Sindical.

O reforço da unidade do Movimento Sindical ao longo de 1977 é uma grande vitória de todos os trabalhadores portugueses cuja elevada consciência de classe permitiu derrotar as manobras divisionistas e, consequentemente, reforçar a grande frente da luta de massas para defesa dos nossos interesses de classe.

A luta nas empresas e nos sectores, as grandes manifestações de massas de 22 de Junho, 1.º de Maio e Novembro, as formas de luta para defesa das condições de vida e de trabalho, entre as quais se destacam as vitoriosas greves sectoriais a nível nacional, conduziram a que os trabalhadores portugueses defendessem as grandes conquistas da Revolução iniciada a 25 de Abril, resistissem à ofensiva contra o seu nível de vida e os seus direitos e criassem as condições para uma mudança da política.

Camaradas trabalhadores,

A vossa elevada consciência de classe e combatividade levam-nos a encarar com confiança o ano que agora começa. O reforço da unidade e da organização criarão melhores condições para a concretização do Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos ou seja para a defesa consequente dos nossos direitos e conquistas.

**VIVA A UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL!
VIVAM OS TRABALHADORES PORTUGUESES!**